



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ITALO ALVES PACHECO

**ESTUDO SOBRE PROSPECÇÃO DOS NÍVEIS DE CONHECIMENTO
COM ÊNFASE NA EDUCAÇÃO FINANCEIRA DIRECIONADO AOS
ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Palmas

2021

ITALO ALVES PACHECO

**ESTUDO SOBRE PROSPECÇÃO DOS NÍVEIS DE CONHECIMENTO
COM ÊNFASE NA EDUCAÇÃO FINANCEIRA DIRECIONADO AOS
ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Trabalho de conclusão de curso avaliado e apresentado à Universidade Federal do Tocantins – UFT, referente ao Curso de Ciências Contábeis do Câmpus Universitário de Palmas do Estado do Tocantins.

Orientadora Professora e Doutora Marli Terezinha Vieira.

Palmas

2021

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Sistema de
Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

A474e Alves Pacheco, Italo.
 ESTUDO SOBRE PROSPECÇÃO DOS NÍVEIS DE CONHECIMENTO COM ÊNFASE
 NA EDUCAÇÃO FINANCEIRADIRECIONADO AOS ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS
 CONTÁBEIS. / Italo Alves Pacheco. – Palmas, TO, 2021.
 123 f.

 Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de
 Palmas - Curso de Ciências Contábeis, 2021.
 Orientador: Marli Terezinha Vieira

 1. Educação Financeira. 2. Planejamento financeiro. 3. Orçamento Doméstico. 4.
 Poupança e Investimento. I. Título

CDD 657

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FOLHA DE APROVAÇÃO

ITALO ALVES PACHECO

ESTUDO SOBRE PROSPECÇÃO DOS NÍVEIS DE CONHECIMENTO COM ÊNFASE NA EDUCAÇÃO FINANCEIRA DIRECIONADO AOS ALUNOS DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Trabalho de conclusão de curso avaliado e apresentado à Universidade Federal do Tocantins – UFT, referente ao Curso de Ciências Contábeis do Câmpus Universitário de Palmas do Estado do Tocantins.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Marli Terezinha Vieira

Fundação Universidade Federal do Tocantins
Orientadora

Prof.^o Delson Henrique Gomes

Fundação Universidade Federal do Tocantins
Examinador

Prof.^o Carlos Vicente Berner

Fundação Universidade Federal do Tocantins
Examinador

RESUMO

A educação financeira é um conhecimento necessário, e contempla a interdisciplinaridade relacionada às Ciências Sociais, Econômicas, Matemáticas, Contábeis, de Direito, Administrativas e Financeiras, entre outras. O seu ensino propicia a capacitação do indivíduo para assumir o papel decisório, em suas relações econômicas, pessoais e coletivas, compreendendo que o educar relacionado a finanças, é prática emancipatória, que engloba conhecimentos e habilidades para exercício da cidadania, e deve ser praticado pela sociedade como um todo, pois todos estabelecem em determinado momento de suas vidas, relação direta com o dinheiro. Com o aumento da complexidade dos produtos financeiros, e a democratização do acesso ao crédito, torna-se imprescindível a capacitação das famílias brasileiras para o consumo consciente. O profissional de contabilidade no decorrer da sua graduação recebe conhecimentos acerca da gestão, orçamento e planejamento financeiro, esses conhecimentos são postos em prática no atendimento a sociedade que se apresenta como empresários, pessoas, organizações, entre outros. Neste sentido, faz-se necessária a apresentação de uma formação básica de instruções, conhecimentos, informações e experiências, para a atuação profissional contabilista, contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico, com responsabilidade social.

Palavras-chave: Educação Financeira. Planejamento Financeiro. Orçamento Doméstico. Poupança e Investimento.

ABSTRACT

Financial education is a necessary knowledge, and includes interdisciplinarity related to Social, Economic, Mathematics, Accounting, Law, Administrative and Financial Sciences, among others. Their teaching provides the individual's training to assume the decision-making role, in their economic, personal and collective relations, understanding that education related to finance is an emancipatory practice, which encompasses knowledge and skills for the exercise of citizenship, and should be practiced by the society as a whole, as all establish, at a certain point in their lives, a direct relationship with money. With the increasing complexity of financial products, and the democratization of access to credit, it is essential to train Brazilian families for conscientious consumption. The accounting professional during their graduation receives knowledge about management, budgeting and financial planning, this knowledge is put into practice in serving society that presents itself as entrepreneurs, people, organizations, among others. In this sense, it is necessary to present a basic training of instructions, knowledge, information and experiences, for professional accountant performance, contributing to socioeconomic development, with social responsibility.

Keywords: Financial Education. Financial Planning. Household Budget. Savings and Investment.

LISTA DE TABELAS, FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1 – Superior em Administração e Finanças, Perito-contador, Atuário e guarda-livros.....	25
Gráfico 1 - Quanto ao Sexo.....	58
Tabela 1 – Curso Geral.....	23
Tabela 2 – Curso Superior.....	24
Tabela 3 – Curso de Ciências Contábeis e Atuariais.....	26
Tabela 4 – Conteúdos Curriculares.....	28
Tabela 5 – Grade Curricular do Curso de Ciências Contábeis UFT	30
Tabela 6 - Estrutura da Planilha de Orçamento Doméstico.....	39
Tabela 7 – Taxa de juros cheque especial.....	47
Tabela 8 – Taxa de Juros cartão de crédito parcelado.....	48
Tabela 9 – Perfil dos usuários de cartão de crédito mapeados.....	50
Tabela 10 – Tipos de Dívida (% família).....	52
Tabela 11 – Número de Ingressos por processo seletivo, matriculados e concluintes em Cursos de graduação presencial, por sexo segundo categoria administrativa em 2019.....	59
Tabela 12 – Quanto a idade.....	59
Tabela 13 – Emprego e desocupação.....	61
Tabela 14 – Renda Familiar.....	62
Tabela 15 – Renda Própria.....	64
Tabela 16 – Endividamento.....	65
Tabela 17 – Você Sabe o significado de educação financeira?.....	66
Tabela 18 – Você já recebeu ensinamentos sobre educação financeira nas escolas públicas ou privadas, e educação familiar exercida por parte de seus pais?.....	67
Tabela 19 – grau de importância da educação financeira.....	69
Tabela 20 – Você sabe o significado de educação financeira?.....	70
Tabela 21 – Grau de importância do planejamento financeiro.....	71
Tabela 22 – Você sabe o significado de orçamento doméstico ou familiar?.....	72
Tabela 23 – Grau de importância do Orçamento Doméstico.....	73
Tabela 24 – Elaboração do orçamento doméstico em planilha Excel ou papel.....	74
Tabela 25 - Você sabe a definição de impostos, taxas e contribuições?...	75

Tabela 26 – Você sabe a definição de receita e despesa?.....	76
Tabela 27 - Significado de investimento.....	76
Tabela 28 – Grau de importância do investimento.....	77
Tabela 29 – Já Investiu?.....	78
Tabela 30 – Tipos de investimentos realizados.....	79
Tabela 31 – Serviços de crédito de instituições financeiras e bancos.....	81
Tabela 32 – Qual seu grau de satisfação com o aprendizado no Curso de Ciências Contábeis?.....	83
Tabela 33 – Com relação ao aprendizado do Curso de Ciências Contábeis, neste período de pandemia, qual seu nível de satisfação?.....	85
Tabela 34 - Você compreende as aulas e as informações passadas durante as aulas de modo geral.....	86
Tabela 35 - Conhecimento sobre finanças no Curso de Ciências Contábeis?.....	87
Tabela 36 – Ética profissional é importante?.....	88
Tabela 37 – Conhece os princípios da contabilidade?.....	89

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO	12
2.1 EDUCAÇÃO: CONCEITO, HISTORIOGRAFIA E O ENSINO DE NÍVEL SUPERIOR	13
2.2. HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E EVOLUÇÃO DA GRADE CURRICULAR	22
2.2.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS E O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	29
2.3. A EDUCAÇÃO FINANCEIRA	32
2.3.1. PLANEJAMENTO FINANCEIRO	37
2.3.2. ORÇAMENTO FAMILIAR	38
2.3.3. INVESTIMENTOS	40
2.3.4. CONCESSÃO DE CRÉDITO BANCÁRIO, SERVIÇO DE CRÉDITO E ENDIVIDAMENTO	45
2.4 VISÃO PANORÂMICA ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS NA PAANDEMIA	51
2.5 O PROFISSIONAL CONTADOR E A RESPONSABILIDADE SOCIAL	53
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS	54
3.1. QUANTO A COLETA DE DADOS, INSTRUMENTO DE PESQUISA E CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	54
3.2. QUANTO A ANÁLISE DE DADOS	56
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	56
4.1 PERFIL SOCIOECONÔMICO	58
4.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA: RESULTADOS DA PESQUISA SOBRE CNHECIMENTOS E PRÁTICAS	66
4.3 APRENDIZADO, SATISFAÇÃO E ENSINO A DISTÂNCIA DURANTE A PANDEMIA, COMPREENSÃO DAS AULAS E IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE FINANÇAS NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS	83
4.4 ÉTICA PROFISSIONAL E OS PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE	88
5. CONCLUSÕES	89
7.REFERÊNCIAS	93
APÊNDICE I – QUESTIONÁRIO	103
APÊNDICE II – TABULAÇÃO DOS RESULTADOS	113

1. INTRODUÇÃO

Desde o princípio da civilização humana e seus primeiros registros históricos, com o desenvolvimento da linguística e escrita, é possível observar as transformações humanas de grupos, comunidades, populações e nações, sobre o viés antropológico, filosófico, econômico e social, bem como o desenvolvimento da estrutura organizacional, cultural e política, tendo como um grande fenômeno a ser considerado, nessas relações entre o ser e a natureza, a educação.

O fenômeno educativo se apresenta de diferentes formas, e assumindo características diversas, em torno do mundo, em razão das diferenças étnicas, culturais, regionais, sociais e políticas, no processo de evolução do homem. E, é estudado por pesquisadores e cientistas, que buscam entender a complexidade do processo de ensino individual e coletivo, diferindo em conceitos e perspectivas, de acordo com o período a ser observado, a comunidade a qual participam, sobre uma determinada organização política, que influi nas suas concepções da educação, conceitos, classificações e definições.

A educação é vista por muitos sociólogos, como um processo de transformação e aprimoramento individual, na interação com o coletivo, sendo este evento regido pelas informações transpassada por gerações, onde consolida-se de forma progressiva a evolução destes conhecimentos e experiências, com o objetivo de melhorar as condições de vida, econômicas e de trabalho, de uma sociedade humana, no âmbito da coletividade, podendo o processo educacional se apresentar na formalidade (teórico), ou através do ensino manual (prático).

Embora muitos pensadores divirjam entre as características semânticas da educação, de acordo com o período em que viveram, por muitas vezes ela se apresentar com o propósito de atender os setores de produção ou interesses estatais ou religiosos, e não ter sido disposta a população no sentido amplo e democrático do acesso à informação, através do ensino público. Assim, alguns momentos da história humana, foi marcado pela restrição de acesso ao conhecimento na Idade Média, ou um processo educativo com finalidade específica de exploração do trabalho, como por exemplo na Revolução Industrial do século XVII, e não assumindo caráter emancipatório. Entretanto, a educação traz a luz do conhecimento, ampliando o campo de visão das pessoas e modificando suas vidas, em aspectos sociais e

econômicos. Neste sentido, através da dialética tem se discutido conceitos e definições de educação, no decorrer da história humana.

Partindo do pressuposto de que o fenômeno educativo se manifesta, num processo contínuo evolutivo e de aprimoramento humano, na interação com o coletivo, para dar vazão a melhoria de vida do indivíduo ou grupo ao qual pertence, em relação às questões de sobrevivência, satisfação e manutenção da vida, em especial o trabalho realizado na agricultura, objetivando a produção de alimentos, no comércio para troca de alimentos e itens produzidos na manufatura e artesanato, e posteriormente na indústria, período caracterizado pelo ensinamento de conhecimento técnico específico, com a mecanização dos meios de produção. Então, começou a surgir a necessidade do desenvolvimento de novas áreas do conhecimento, como o desenvolvimento da comunicação e linguística, associado às ciências políticas e ao comércio, entre outras.

Com a evolução do comércio e a necessidade das trocas comerciais, prática denominada “escambo”, que acontecia entre diferentes povos, e a evolução das relações de agricultura, artesanato e comércio, surgiu na história humana o elemento da moeda, e a necessidade de mensurar e atribuir valores as relações comerciais, o que deu vazão a conhecimentos relacionados ao que hoje conhecemos como matemática financeira, sendo fruto do aprimoramento dos conhecimentos compreendidos nas relações econômicas, entre diferentes povos e nações.

Em dado momento da cronologia antropológica, apresentou-se a necessidade, da caracterização de um novo nível do conhecimento, sendo assim, a educação primária e secundária, não supria mais os interesses do estado, mercado e trabalho, necessitando de maior especialização para melhoria das condições de vida do ser humano, o que resultou na introdução a um novo nível de ensino, a educação superior.

Neste sentido surge o ensino superior, com o objetivo de formar cidadãos com maior nível de conhecimento, para atender as necessidades especiais da sociedade civil, do estado e do mercado. Surge então a figura do guarda-livros primeiro profissional de contabilidade, que praticava atividades relacionadas ao registro patrimonial em livros diário, com anotações referentes às relações econômicas e comerciais, de diferente entidades.

Com esforço realizado pela sociedade civil, pensadores e estudiosos do viés

contábil, organizações de profissionais de contabilidade, foi instituído o Curso de Ciências Contábeis e Atuariais no Brasil. O curso buscou reconhecimento da necessidade de formação de profissionais com conhecimentos técnicos científicos especiais, para atender as necessidades de mercado da época.

Com o desenvolvimento econômico e tecnológico mundial, e a aparição do mercado financeiro, se caracterizando como o início de uma nova era dos investimentos, que demandavam de maior conhecimento sobre operacionalização sistêmica e informatizada da bolsa de valores, e após o acontecimento de crises no mercado financeiro norte americano. Evidenciou-se a necessidade de maior regulamentação e normatização das informações de empresas de capital aberto, o que acarretou no fenômeno da internacionalização da contabilidade, e posterior convergência das normas a padrões internacionais, com a aparição dos Códigos de Pronunciamentos Contábeis. A Comissão de Valores Imobiliários tem papel fundamental na fiscalização e regulamentação das relações da sociedade civil e organizações, com o mercado financeiro e de investimentos.

A cada dia as informações referentes ao uso do dinheiro se tornam mais complexas, com o surgimento de produtos financeiros diversos e serviços bancários de crédito, sendo um fator influente nas relações de consumo, a democratização do acesso ao crédito, aliada a um marketing extensivo que motiva o consumo, sem apresentar informações na completude, para o exercício consciente do consumo e contratação de serviços. O que demanda maior disseminação de informações financeiras, sobre investimentos, taxas de juros, tributos, entre outros itens que compõem o orçamento doméstico das famílias brasileiras.

Com a atual crise econômica em 2021, e o aumento das taxas de desocupação e desemprego, torna-se cada dia mais essencial a alfabetização financeira dos brasileiros, pois educar sobre finanças pode constituir fenômeno transformador da qualidade de vida de quem os pratica. E, estudos demonstram que um indivíduo em situação de endividamento financeiro, pode prejudicar sua atuação profissional e rendimento nas relações de trabalho e produção, o que pode acarretar em um maior nível de desemprego.

O profissional contador se caracteriza como essencial no atual momento de crise, em que muitas empresas necessitam de maior controle financeiro e compreensão de seus recursos, e situação da sua empresa. Sendo o profissional

capaz de produzir dados tempestivos que auxiliem determinada entidade, a tomada de decisão consciente, sobre os próximos passos e estratégias, para sobrevivência empresarial e saída da crise.

Durante a formação do ensino superior de um graduando em Ciências Contábeis, são apresentadas disciplinas que introduzem o conhecimento direcionado a finanças, e respectivamente a contabilidade financeira, sobre gestão de negócios, orçamento, planejamento, prospecção de lucros, aquisição de bens, investimentos, entre outros conhecimentos empregados, que têm relação direta com o dinheiro, e por sua vez o patrimônio.

As habilidades e competências que a sociedade civil espera que sejam desempenhadas pelo contador, em contribuição social após formação, levam em consideração a ética profissional e responsabilidade social, sendo o profissional capaz de simplificar as informações e torná-las mais compreensivas, e de uso dos usuários das informações. E para que isto ocorra espera-se o domínio do conhecimento técnico específico, e capacidade de transmitir este conhecimento, em caráter social, assumindo papel transformador em sua região de atuação, e sendo capaz de influir na transformação das condições de vida e socioeconômicas da sociedade

Neste sentido, o trabalho a ser apresentado consiste em pesquisa para percepção dos níveis de conhecimento dos alunos do curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal do Tocantins, sobre educação financeira e as práticas relacionadas a finanças. Tendo como principais objetivos da pesquisa uma percepção dos níveis de conhecimento dos alunos no viés financeiro, e se os mesmo praticam tais conhecimentos. Portanto, o presente estudo consiste em pesquisa de campo direcionada aos discentes do início e final do curso.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

No referencial teórico são abordadas informações que explanam, conceituam e descrevem os assuntos abordados nesta pesquisa, em que se justifica a relevância dos estudos. O presente trabalho está fundamentado com a conceituação dos principais conceitos sobre educação, bem como a historiografia do ensino, no transcorrer da história da humanidade, o surgimento dos cursos de nível superior, com ênfase no curso de Ciências Contábeis, a relação entre os profissionais de

contabilidade e a educação financeira, informações relacionadas ao ensino sobre finanças, e características sobre o atual “status” social e econômico em tempos de pandemia, no Brasil.

2.1. EDUCAÇÃO: CONCEITO, HISTORIOGRAFIA E O ENSINO DE NÍVEL SUPERIOR

Para se entender a essência, o conceito e a natureza da educação, é necessário se considerar e reconhecer a complexidade do fenômeno educacional, e para dar significado e compreensão. Muitos autores entendem que não basta a atribuição do senso comum, nem então somente as acepções ideológicas ou filosóficas, nem ao menos a univocidade de alguns paradigmas e metodologias investigativas, exigindo assim múltiplos esforços para construção de uma teoria da educação, que permita a exata compreensão de educação, em que se traduz no fenômeno educativo das práticas humanas (RICHARD, 1911; DURKHEIM, 1922; Apud AMADO, 2011).

Então, com o estudo das bibliografias de diferentes pesquisadores, Amado (2011) conclui, que educação se trata de uma caminhada em prol do aperfeiçoamento, em que membros de um determinado grupo ou comunidade humana, com o apoio de outros membros de outros grupos realizam, na promoção intencional do desenvolvimento, sendo este, individual, cultural ou social, na medida em que é fornecido ao ser humano um “patrimônio comum”, podendo ser caracterizado como material, espiritual e de outras competências, e que valha a pena ser transmitido, ao mesmo tempo o ser humano se prepara para exercer sobre este patrimônio constantes adaptações.

Amado (2011) elucida, que na filosofia foram postas questões acerca das relações entre o homem, a vida, e os valores que a educação assenta, levando em consideração o plano filosófico sob perspectiva da antropologia filosófica e da política, em que se propõe metas e objetivos, que buscam orientar o aperfeiçoamento individual respectivo ao processo educativo.

Estudos realizados sobre a perspectiva de sociólogos sobre educação dos autores Marx (1813–1873), Durkheim (1858–1917) e Weber (1864–1920), implicam que anterior a percepção e compreensão sobre o fenômeno educativo é necessário

entender os métodos de análise de cada pesquisador, a respeito dos fenômenos sociais, englobando a sociedade, a economia, o Estado, a religião, o trabalho, entre outros aspectos que estão correlacionados as interações humanas. E o processo de aprimoramento educacional sofrido por diferentes grupos sociais em decorrer da história (ALMEIDA, 2016).

Almeida (2016) dispõe, que antes da reflexão da abordagem conceitual de Durkheim sobre educação, é preciso entender as teorias e métodos defendidos pelo autor, que sempre defendeu a autonomia da sociologia como ciência, a diferenciando dos estudos psicológicos e filosóficos, e compreendia como sendo necessário um afastamento do pesquisador sociólogo de suas ideias e convicções pessoais, para integralidade da pesquisa e resultados obtidos, sendo enfatizada a neutralidade do estudioso e pesquisador.

Nesse sentido, Durkheim defendia que a educação apresenta como principal objetivo a construção social, constituindo um ser que participa da coletividade do meio comum social, e que a educação tem duas funções principais, sendo estas: função homogeneizadora que se apresentava na formação de um cidadão, seu ser social no sentido geral, ensinando a todos os indivíduos de um determinado grupo seus costumes, leis, direitos e deveres, valores, e a função diferenciadora transmitindo o seu papel social enquanto membro de uma classe determinada, comunidade ou grupo da sociedade, isto é, transmitindo conhecimentos sobre a função de um indivíduo e seu lugar, enquanto membro do coletivo, para que haja ordem e funcionamento da sociedade como um todo, preservando o estado de anomia (idem, 2016).

Almeida (2016) aponta, que diferentemente de Durkheim, o pesquisador Karl Marx não detinha de preocupações em conduzir uma ciência estritamente social, e na abordagem de seus estudos e pesquisas, eram utilizadas diversas áreas do conhecimento, utilizando da criticidade como principal ferramenta, em contraposição ao sistema econômico capitalista e as instituições as quais ele representava, e o fruto de suas pesquisas constituiu o método do materialismo histórico, pregando práxis que se entendia como a união dialética da teoria e prática, na transformação da realidade

Karl Marx não apresentou uma análise conceitual precisa sobre educação, considerando uma tarefa de alta complexidade. No entanto, ao se fazer uma interface com os conceitos abordados pelo pesquisador sobre o conceito do trabalho, é possível correlacionar seus pensamentos com o conceito de educação, em que o pesquisador

entendia como trabalho: o processo que relaciona o homem à natureza, trazendo a matéria natural como uma potência, e sendo o homem regulado em suas ações, mediado e controlado pela força da natureza pertencente a corporeidade, agindo assim, sobre a externalidade, e modificando sua própria natureza com esta interação (MARX, 2013, Apud ALMEIDA, 2016).

Contudo, Almeida (2016) elucida, que Marxs e Engels produziram pesquisas que introduziam pensamentos a respeito de educação na sociedade capitalista, e como ela se caracterizava, e entendiam a educação do período da revolução industrial, era objetivamente um processo de aprimoramento para os interesses do capital, e criticavam o fato da educação não se apresentar em caráter emancipatório, e sim como um processo de alienação das massas, que ensinava indivíduos, para exercer função produtiva no mercado de trabalho, direcionando seus esforços ao sistema capitalista, que recebia os frutos da produção da sociedade.

Almeida (2016) compreende, que o pensamento marxista sobre educação, tratava de uma pluralidade, e não apenas de um conceito isolado, que não se tratava apenas de um ambiente escolar, mas em sua totalidade de interações sociais exercidas por um indivíduo, em suas vivências, onde a capacitação ou treinamento, como exemplo, enfatiza as relações de trabalho.

Almeida (2016) percebe, que diferente das análises realizadas por Durkheim e Marx, que tratavam suas pesquisas no sentido da coletividade, a abordagem de Max Weber trazia uma abordagem de estudos do indivíduo de forma singular, e suas ações e interações sociais, com enfoque na conduta do ser humano e seu comportamento. Sendo assim, Weber entendia que educação, se tratava de um processo de aprimoramento racional, onde havia o desencantamento pelo mundo, e suas observações se relacionam com o capitalismo, e que a função da educação era a construção de um ser burocrático especializado, para atender os interesses do Estado, pautando-se nas interações tradicionais de trabalho, legais e burocráticas.

Entendendo a diversidade étnica, política, econômica e cultural, que caracteriza a formação de diferentes sociedades em torno do mundo, Queiroz e Farias (2018) conduziram, uma pesquisa bibliográfica sobre as produções de Vlarimir Ilyich Ulianov, russo conhecido pelo pseudônimo de Lenin, e suas perspectivas e conceitos sobre educação.

Para Lenin o processo educativo se apresentava em três aspectos, sendo

estes, o prático, o político e o de classe, e em uma das suas obras o livro “Que fazer”, entendia a educação como atividade orientadora e prática, capaz de causar transformação social, e que o papel que deve ser desempenhado pela educação, é o desenvolvimento da mentalidade das massas, e que a educação formal é imprescindível no desenvolvimento de uma formação crítica, para combater velhos preconceitos, sendo considerando um processo de reeducação, sobre o aspecto de um trabalho educativo e cultural (QUEIROZ; FARIAS, 2018).

A educação é tratada por diferentes ciências como fenômeno antropológico, cultural, social, entre outros, de transformação do ser humano, e em estudos realizados por Rörh (2011) a respeito, do pensamento filosófico e pedagógico de Otto Friedrich Bollnow, um pedagogo, arquiteto e filósofo alemão, que entendia como pretensões primordiais da educação a formação do ser humano, e compreendia a necessidade da confiança na vida humana, Otto enfatiza a necessidade de depositar confiança no educando, para que seja possível o desenvolvimento humano.

Otto defendia que para a compreensão acertada de educação correlacionada com a vida do ser humano, é necessário entender a disposição psíquica e emocional do educando, em um ambiente humano, onde há o envolvimento de pessoas, podendo estas serem educadas durante a infância ou fase adulta, e o êxito do processo educativo, ocorre com a boa determinação das atitudes emocionais das pessoas envolvidas neste fenômeno, em um atmosfera pedagógica, onde se compreenda os estados emocionais e de humor, as relações de antipatia e simpatia, dos indivíduos que participam do educar (BOLLNOW, 1971b, Apud RÖHR, 2011).

Sobre o viés pedagógico e filosófico Noveli (2001) apresenta, estudos direcionados a bibliografia de Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), o filósofo alemão, que teve sua vida marcada pela atividade docente, sendo este professor, conselheiro escolar, reitor universitário, e exercendo o papel de consultor do estado da área da educação, e praticando o debate filosófico sobre o fenômeno educativo durante toda sua carreira.

Na construção do senso de educação, o filósofo Hegel sempre tratou do tema de forma apaixonada, em que não se é possível dissociar seus pensamentos do iluminismo da época, em que apresentava anseios em popularizar o conhecimento, e tendo concepções existencialistas, em que atribuía ao homem em antemão, que o ser humano não possuía naturalmente a clareza de ideias e pensamentos, porém, busca

incessantemente aprender e compreender (NOVELI, 2001).

Neste sentido, Hegel não considerava a educação, um mero processo de transmissão e recepção de informações, pois o indivíduo ao saber, também oferece sobre suas perspectivas o que absorve, deixando este de ser um receptor passivo, e que o processo educativo pode se suscitar de maneira inconsciente, ao decorrer das vivências de um indivíduo, e sua interação com a vida da sociedade a qual está introduzido (idem, 2001).

Noveli (2001) entende, que educação é capaz de proporcionar o renascimento de um indivíduo, trazendo autonomia para o mesmo, e que a educação tratar-se-á existência do homem e de como este se torna "individualidade coletivizada e coletividade individualizada".

Costa (2015) demonstra, em seus estudos realizados sobre Paulo Freire (1921-1997), educador brasileiro que pensava a educação em dois sentidos, o sentido geral e o específico, sendo estes: o geral consiste na concepção filosófica e científica que envolve o conhecimento e suas práticas, e a específica em que o conhecimento se traduz em um processo social, que acontece através da ação e reflexão transformadora do ser humano sobre a vida e a realidade, e conceituando e definindo especificamente a educação, como o processo continuado de formação do conhecimento.

Saviani (2008) contextualiza, a historiografia da educação no Brasil em seis períodos, sendo estes: o início histórico dado através dos primeiros registros de instituições de educação, às instituições denominadas "colégios jesuítas", que se iniciaram no processo de colonização portuguesa, entre os anos de 1549 a 1759, o segundo período marcado pelas "aulas régias", entre os anos de 1759 a 1827, o terceiro período, que se caracteriza pelas tentativas de implantação e organização da educação, com a responsabilização do poder público, representado na figura do governo imperial e as províncias, entre os anos de 1827 a 1890.

O quarto período, caracterizado pela instituição das escolas primárias estatais, com grupos escolares, que ganhou força pelos ideais iluministas republicanos, entre os anos de 1890 a 1931, e o quinto período definido pela regulamentação nacional das escolas de nível superior, primárias e secundárias, onde os ideais pedagógicos buscavam inovação do ensino no Brasil, ocorrendo entre os anos 1931 a 1961, e o sexto período, onde ocorreu a consolidação da educação

nacional, abrangendo toda a rede pública de ensino, nas esferas municipal, estadual, federal, e rede privada de ensino, que foram indiretamente moldadas no processo de evolução do país, e este período corresponde aos anos de 1961 até os dias atuais (idem, 2008).

Masola e Allevato (2017) contam, que a respeito dos primeiros indícios de educação de nível superior, temos a criação dos cursos de Artes e Teologia, nos colégios Jesuítas, no ano de 1572. No entanto, a educação realizada nas escolas jesuítas, não convinha aos interesses comerciais portugueses, e em 1759 ocorreu a expulsão dos jesuítas, por parte de Sebastião José de Carvalho e Melo C. de Oeiras.

No Rio de Janeiro ocorreu outro importante marco da história das Instituições de Ensino Superior - IES, no Brasil, sendo a implementação dos cursos literários e teológicos, no ano de 1776, e no ano de 1798 houve o Seminário de Olinda, que em sua estrutura escolar, já apresentava uma organização lógica dos cursos, bem como um plano de ensino formulado antecipadamente com conteúdos pré-estabelecidos (PILETTI, 2000, Apud MASOLA; ALLEVATO, 2017).

Historicamente, o nosso modelo administrativo educacional tem-se caracterizado, no que diz respeito ao ensino fundamental e médio – ou, conforme legislações anteriores, primário e secundário –, por uma alternância entre a prevalência da descentralização ou da centralização, de que são exemplos, respectivamente, as Reformas Francisco Campos, de 1931, e Gustavo Capanema, de 1942.

A partir do ano de 1808 houve, a criação de cursos de nível superior, para suprir a necessidade do Estado, na qualificação de profissionais liberais e prestadores de serviço essenciais, e para atender as burocracias, sendo os cursos: Medicina, Cirurgia e Matemática, para suprir a necessidade de capacitação no serviço militar; Desenho técnico, Economia, Química, Agronomia, Arquitetura, para atender as atividades relacionadas a burocracia do estado; os Cursos da Academia de Belas Artes, História, Música e Desenho; e posterior ao processo de independência do Brasil no ano de 1822, foram implementados os cursos de Direito (CUNHA, 2007; JUNIOR, 2009, Apud, MASOLA; ALLEVATO, 2017).

Em relação ao ensino superior, um importante marco histórico foi o Ato Adicional de 1834, em que houve expansão das competências do Governo Geral, e

houve a promoção na capital do império, no caso o Rio de Janeiro, de políticas para o provimento do ensino superior em todo o território nacional (SILVA, 1969; Apud CAVALCANTE, 2000)

Sobre o viés das Ciências Econômicas Feijó et al (2013) enfatizam, que a educação, se tornou um importante Indicador de Desenvolvimento Humano - IDH, a partir do ano de 1990, e corresponde a uma das três dimensões do desenvolvimento humano, que são: educação, longevidade e renda per capita.

A partir da década de 1990, com a contribuição de Amartya Sen, foram desenvolvidas metodologias de indicadores de desenvolvimento humano (IDH, ver Anexo ao capítulo), que consideram, além da dimensão econômica de bem-estar (ou seja, o PIB per capita), outras dimensões como o acesso à educação e a serviços de saúde.

Cavalcante (2000) informa, que na historiografia do modelo educacional administrativo, que se caracterizava, no que compunha as questões legislativas, havia a organização do ensino fundamental e médio, que correspondem respectivamente ao primário e secundário, caracterizados por momentos de centralização e descentralização da educação, em que se dá exemplos, sendo estes: a reforma de Francisco Luís da Silva Campos, no ano de 1931, e Gustavo Capanema Filho, no ano de 1942.

O primeiro dispositivo legal que introduzia e direcionava a educação no Brasil, como competência estatal e suas bases em âmbito nacional, foi a Lei nº 4.024 de 20 de Dezembro de 1961 (BRASIL), fixando as diretrizes da educação nacional, a partir deste marco, começou-se a delinear modelo de administração educacional federativo, sucedida pela Lei nº. 5.692 de 11 de Agosto de 1971, que tratava de diretrizes do ensino de 1º e 2º grau, e Lei nº. 5.540 de 28 de novembro de 1968, que tratava da consolidação do sistema de ensino superior, em que a tutela do ensino de 1º e 2º foi atribuída aos estados, e o ensino superior a União.

No ano de 1996, foi publicada a Lei nº. 9.394, de 20 de novembro de 1996, que trazia maiores responsabilidades administrativas às gestões municipais da educação básica brasileira, em que ocorreu a transferência de supervisão da educação para os governos estaduais, e a criação dos conselhos estaduais de educação, sobre as IES que eram mantidas pelos Estados, distrito federal e municípios (CAVALCANTE, 2000).

A educação é um direito social garantido a todos os brasileiros, através da Constituição Federal de 1988 art. 205, e a partir deste princípio o Governo do Brasil, deve disponibilizar aos cidadãos brasileiros o acesso à educação (BRASIL, 1988), e tendo a organização do ensino em dois níveis através da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, o estabelecimento do ensino organizado em educação básica, composta pelo ensino infantil, ensino fundamental e ensino médio, e o Ensino Superior, composta pelos cursos de bacharelado, licenciatura e tecnologia (BRASIL,1996).

Peroni e Flores (2014) versam, que após no período pós Constituição Federal de 88, ocorreu o processo de elaboração do Plano Nacional de Educação - PNE, com a mobilização da sociedade civil organizada, no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública - FNDEP, houve a elaboração da primeira proposta para a PNE, construída de forma continuada durante o acontecimento dos Congressos Nacionais de Educação - CONED, dos anos de 1996 e 1997, e foi apresentada ao Congresso Nacional como o Projeto de Lei - PL nº.4.155 de 1998 (BRASIL, 1988).

Entretanto, o Ministério da Educação solicitou que a PL nº. 4.173/98 fosse apensado a PL, proposta inicialmente, e em 2001 foi finalmente aprovado, na forma da Lei nº.10.172 de 09 de janeiro de 2001 (BRASIL, 2001), onde foram estabelecidas diretrizes, metas e objetivos para a educação durante a primeira década do século XXI, este Plano Nacional de Educação transmitia parcialmente anseios da sociedade civil e pública, naquela época.

Após a implementação da PNE, houve veto presidencial realizada pelo então presidente da época Fernando Henrique Cardoso, em nove pontos da lei, relativo ao financiamento dos recursos para desenvolvimento do Plano, nos itens 11.3 e subitem 1, do texto original que consolidava uma elevação dos gastos públicos com educação, sendo o percentual de 0,5% do Produto Interno Bruto - PIB anual, de forma a atingir no fim da década o percentual mínimo de 7% (PERONI; FLORES, 2014).

Lima (2012) analisa, que os vetos do governo FHC (1995-2002) trouxeram o aumento gradativo das Instituições de Ensino Superior - IES privadas, em contraposição a um crescimento inferior nas ofertas de ensino superior das IES públicas, e 2 principais fatores relacionados a este quadro, seriam: a diversificação de do ensino, em que muitas instituições não se apresentavam como universitárias, não precisando assim de determinação legal, implementação de pesquisa e extensão, e o

segundo fator, a priorização do acesso a cursos de curta duração, sequenciais, a distância, com a proposição do aligeiramento das formações acadêmicas e a certificação vigente, no ano de 2002.

Não houve revogação dos vetos realizados por FHC, na continuidade da execução da PNE de 2001 à 2010, porém o governo realizou um esforço conjunto de ações, para reformulação do Ensino de Nível Superior brasileiro, que se tornou uma prioridade nas ações políticas do presidencial, em que foi instituído o Sistema de Avaliação e Progresso do Ensino Superior - SINAPES, no ano de 2003, houve a instituição do Programa Universidade para Todos - PROUNI, no ano de 2004, e visando o acesso democrático, houve a reserva de vagas para estudantes egressos da rede pública de ensino, como alvos essenciais a população indígena e negra, em 2004, regulamentação do ensino EAD, em 2006, e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, entre outros (idem, 2012).

Sobre o processo de diversificação Mancedo et al (2016) incluem, que além das modalidades de ensino superior terminais, que dispõem de diplomas e certificados, que se apresentavam como ensino a distância (EAD), semipresencial e presencial, houve a composição de novas modalidades de IES, como os Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, fomentados no ano de 2008, com uma reestruturação da organização institucional, e um ensino superior, que tem como objetivo o atendimento ao mercado de trabalho, muitas vezes realizado em formato compacto, e duração inferior a composição anteriormente vista, no formato de bacharelado e licenciatura interdisciplinar, tendência relacionada a internacionalização do ensino de nível superior.

Segundo informações do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (2009), houve um aumento considerável na primeira década do século XXI, as IES privadas em 2002, totalizavam o quantitativo de 1.637 e públicas o quantitativo de 195, em contraposição ao senso de 2009, que apresentava o quantitativo de 1442 IES privadas e 2314 IES públicas, sendo 1966 faculdades isoladas, 35 Institutos Federais, 127 centros universitários, 186 universidades, em todo território nacional, nas esferas municipal, estadual e federal de ensino.

Moraes e Kalnin (2018) apontam, que a percepção brasileira acerca da educação de nível superior, apresenta dimensão política direcionada à ação

emancipatória do ser humano e o desenvolvimento de um sistema educacional, objetivando a transformação formal e política de um indivíduo.

Além das características emancipatórias que corroboram, para um ensino efetivo da educação superior, deve-se buscar uma formação integral do educando, contemplando o desenvolvimento e autonomia, e a qualidade de ensino, que tem sentido dinâmico, e é socialmente construída de acordo com as necessidades da população, pautando-se de valores democráticos, assegurando a liberdade, cidadania e justiça (MORAES; KALNIN, 2018).

2.2. HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS E A EVOLUÇÃO DA GRADE CURRICULAR

Peleias e Bacci (2004) apresentam, como importantes marcos iniciais da organização de ensino relacionada à Ciências Contábeis no Brasil, a promulgação do Alvará de 15 de Julho de 1809, onde iniciou-se o ensino contábil no Brasil, através das aulas de comércio, sob o título “aulas práticas”, posteriormente Visconde de Cairu introduz um sistema de Direito do Comércio, e em 1833 foi publicada a obra “A Metafísica da Contabilidade Comercial”, onde houve a introdução do conhecimento sobre o método das partidas dobradas, e em 23 de julho de 1846, houve a publicação do Decreto nº. 456, que regulamentava as aulas de comércio, com duração de dois anos, propondo disciplinas como: direito comercial, economia política, geografia, matemática e prática das principais operações e atos comerciais.

No contexto histórico das primeiras práticas, que deram vazio à educação superior voltada para a contabilidade, no Brasil império, foi regulamentada a atuação dos profissionais liberais pela primeira vez, onde foi reconhecida oficialmente a profissão do guarda-livros, através do Decreto Imperial nº 4.475, de 18 de fevereiro de 1870, e em 1890 no Rio de Janeiro a Escola Politécnica começou a oferecer as disciplinas de Direito Administrativo e Contabilidade, foi a primeira associação feita entre o direito e a contabilidade, e o objetivo da disciplina era o ensino da escrituração mercantil (PELEIA; BACCI, 2004).

Em 1920 através do projeto de lei do Senador Raymundo de Miranda, foi determinado que as escriturações comerciais, fossem realizadas por sócios autorizados, pelo guarda-livros habilitado ou contrato social, o que sucedeu na

fundação dos primeiros órgãos de classe brasileiros, em defesa dos interesses dos profissionais de contabilidade (idem, 2004).

Soares et al (2011) contribuem, que através da publicação do Decreto nº 17.329, de 28 de maio de 1926, o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil regulamenta o ensino técnico comercial, e implementa cursos de formação geral e superior, com duração de 4 anos e 3 anos. Os cursos geral e superior, apresentavam diversas disciplinas relacionadas à contabilidade, conforme a Tabela 1 - Curso Geral, e, sendo:

Tabela 1 - Curso Geral

Primeiro Ano
<ul style="list-style-type: none"> ● Instrução moral e cívica; ● Português; ● Francês; ● Inglês; ● Mathematicas: arithmetica (parte pratica): algebra (até equações do 1º grau, inclusive)- (Cinco aulas por semana: tres de arithmetica e duas de algebra); ● Contabilidade; ● Geographia física e politica, Aula de calligraphia.
Segundo ano
<ul style="list-style-type: none"> ● Português; ● Francês; ● Inglês; ● Mathematicas: arithmetica (theorica e pratica); algebra (theorica e pratica, até equações do 2º grau, inclusive) - (Cinco aulas por semana: tres de arithmetica e duas de algebra); ● Contabilidade mercantil; métodos de classificação de papéis e sistemas de fichas; ● Chorographia do Brasil; ● Historia geral e especialmente do Brasil; ● Aula de datilografia e desenho a mão livre aplicado ao comércio.
Terceiro ano
<ul style="list-style-type: none"> ● Português ● Francês ● Inglês ● Contabilidade agricola e industrial ● Algebra (equações biquadradas, irracionais, logaritmos. e suas principais aplicações); geometria (plana e no espaço) - (Quatro aulas por semana: duas de cada matéria) ● Noções de geographia economica e de história do commercio; da agricultura e da industria; ● Noções de física, química e historia natural; Aula de mecanografia e de desenho.

Quarto ano
<ul style="list-style-type: none"> ● Matemáticas applicadas, comprehendendo binômios e series; tipos de empréstimos; cálculo de probabilidades e seguros de causa e vida; ● Contabilidade bancaria e de companhias de seguros; ● Contabilidade publica (classificação da despesa e da receita); ● Complementos de physica, chimica e história natural, applicadas ao commercio; ● Noções de direito constitucional, civil (pessoas, dominios e actos juridicos) e comercial (actos e sociedades mercantis); prática juridico-commercial; ● Legislação de fazenda e aduaneira; ● Noções de mercologia e tecnologia mercadológica; ● Aula pratica de comércio e de processos de propaganda comercial e anúncios; ● Aula de Stenographia.

Fonte: Adaptado do nº 17.329, de 28 de maio de 1926.

No curso geral observa-se que em relação do ensino relacionado diretamente e de forma indireta com a educação financeira, temos o estudo de disciplinas relacionadas a matemática, ao cálculo de seguros de vida, contabilidade bancária, entre outros. E, relacionada ao curso superior, a Tabela 2 - Curso Superior, apresenta as informações das disciplinas, que são:

Tabela 2 - Curso Superior

Primeiro Ano
<ul style="list-style-type: none"> ● Alemão, italiano ou espanhol; ● Matemáticas applicadas às operações commerciaes; ● Geografia humana; geografia comercial; ● Tecnologia industrial e mercantil; ● Contabilidade administrativa, agricola e industrial.
Segundo ano
<ul style="list-style-type: none"> ● Alemão, italiano ou espanhol; ● Obrigações de direito civil, direito comercial e marítimo; ● Economia política; ciencia das finanças; ● Historia do commercio, da agricultura e da industria; ● Direito constitucional e administrativo; ciência da administração.
Terceiro ano
<ul style="list-style-type: none"> ● Alemão, italiano ou espanhol; ● Contabilidade mercantil comparada e banco modelo; ● Direito internacional, diplomacia, historia dos tratados e correspondência consular e diplomática; ● Direito industrial e legislação operaria; ● Psicologia applicada ao commercio; noções de arte decorativa

Fonte: Adaptado do Decreto nº 17.329, de 28 de maio de 1926.

As informações trazidas através do Decreto nº. 17.329/1926, sobre as disciplinas dos cursos geral e superior, conforme descrito nas tabelas 1 e 2, relacionados ao comércio, já apresentam disciplinas relacionadas a contabilidade e finanças, sendo exemplos a matéria de matemáticas aplicadas do curso geral, que traz na sua grade interdisciplinar os ensinamentos sobre empréstimos e seguros de vidas, e as matérias de ciências da finanças e contabilidade mercantil e banco modelo, do curso superior, entre outras.

Soares et al (2004) informam, que em 1931 o ensino comercial foi segmentado nos cursos Superior em Administração e Finanças, Perito-contador, Atuário e guarda, e tinham duração de 3 anos, conforme Figura 1 - Superior em Administração e Finanças, Perito-contador, Atuário e guarda- livros, que são:

Figura 1 - Superior em Administração e Finanças, Perito-contador, Atuário e guarda- livros

	Guarda-livros	Atuário	Perito-Contador	Adm. e Finanças
1º ano	Contabilidade; Matemática comercial; Direito Comercial; Estenografia; Mecanografia.	Contabilidade; Matemática comercial; Direito constitucional e civil; Legislação fiscal; Estenografia; Mecanografia.	Contabilidade; Matemática comercial; Direito constitucional e civil; Legislação fiscal; Estenografia; Mecanografia.	Contabilidade de transportes; Matemática financeira; Geografia econômica; Direito constitucional e civil; Economia Política.
2º ano	Contabilidade mercantil; Matemática comercial; Legislação fiscal; Técnica comercial; Estenografia; Mecanografia.	Contabilidade Mercantil; Matemática financeira; Direito Comercial Terrestre; Economia Política e Finanças; Merceologia e tecnologia merceológica; Técnica Comercial e Processos de Propaganda.	Contabilidade Mercantil; Matemática financeira; Direito Comercial Terrestre; Economia Política e Finanças; Merceologia e tecnologia merceológica; Técnica Comercial e Processos de Propaganda.	Contabilidade Pública; Finanças e Economia Bancária; Direito internacional comercial; Ciência da administração; Legislação consular; Psicologia, lógica e ética.
3º ano		Contabilidade de seguros; Cálculo atuarial; Legislação de seguros; Estatística; Seminário Econômico.	Contabilidade Industrial e Agrícola; Contabilidade bancária; História do comércio, indústria e agricultura; Prática do processo civil e comercial; Seminário econômico; Estatística.	Direito administrativo; Política comercial e regime aduaneiro comparado; História econômica da América e fontes da riqueza nacional; Direito industrial e operário; Direito internacional; Sociologia.

Fonte: Soares et al. (2004) adaptado do Decreto n. 20.158 de 1931

E em 1945 após esforços da sociedade civil e organizações de profissionais de contabilidade, houve a primeira reestruturação do ensino em que foi implementado o curso de Ciências Contábeis e Atuariais e Ciências Econômicas, com duração de 4 anos, através do Decreto Lei nº. 7.988, de 22 de setembro de 1945, de autoria do presidente Getúlio Vargas, e em se tratando do Curso de Ciências Contábeis, em seu Art 3º. fornecia as disciplinas que seriam praticadas durante o ensino de nível superior,

conforme Tabela 3 - Curso de Ciências Contábeis e Atuariais, sendo:

Tabela 3 - Curso de Ciências Contábeis e Atuariais

Primeira Série
<ul style="list-style-type: none"> ● Análise matemática. ● Estatística gera e aplicada. ● Contabilidade Geral. ● Ciência da administração. ● Economia política.
Segunda Série
<ul style="list-style-type: none"> ● Matemática financeira. ● Ciência das finanças. ● Estatística matemática e demográfica. ● Organização e contabilidade industrial e agrícola. ● Instituição de direito público.
Terceira Série
<ul style="list-style-type: none"> ● Matemática atuarial. ● Organização e contabilidade bancária. ● Finanças das empresas. ● Técnica comercial. ● Instituições de direito civil e comercia
Quarta Série
<ul style="list-style-type: none"> ● Organização e contabilidade de seguros. ● Contabilidade pública. ● Revisões e perícia contábil. ● Instituições de direito social. ● Legislação tributária e fiscal. ● Prática de processo civil e comercial.

Fonte: Adaptado do Decreto Lei nº. 7.988, de 22 de setembro de 1945.

Com a grade disciplinar do curso de nível superior introduzido em 1945, houve maior estruturação das disciplinas, e em relação a contabilidade relacionada ao âmbito das finanças, é possível se verificar matérias introdutórias e de conhecimento específico relacionado a finanças, como exemplos as matérias de Finanças das Empresas e Matemática Financeira, entre outras, que se relacionam a gestão contábil financeira.

Reis e Silva (2007) apontam, que em 1946 foram fundados os primeiros Conselhos Federais e Regionais de Contabilidade, através do Decreto-Lei 9.295 de

27 de maio de 1946, com a finalidade de reger e fiscalizar a atuação dos profissionais contábeis, tanto na área técnica com a formação técnica em contabilidade, como na educação de ensino superior através da graduação universitária em Ciências Contábeis e Atuariais, tendo como patrono do primeiro CRC, o senador João Lyra. Então, as Normas Brasileiras de Contabilidade surgiram, no ano de 1981, publicadas pelo Conselho de Contabilidade, em que houve a divisão das normas brasileiras de contabilidade, em normas técnicas e profissionais (idem, 2007).

Reis e Silva (2007) entendem, como um importante esforço no Brasil para padronização das normas, o realizado por Finney e Miller, sendo fomentado na Universidade de São Paulo - USP, o que resultou no processo de evolução do pensamento contábil, e posteriormente na década de 90, o professor Antônio Lopes de Sá, evolui as concepções das abordagens tratadas sobre a metodologia do Patrimonialismo de Masi, o que originou a Escola Neopatrimonialista, consagrando a Teoria geral da Contabilidade, que nasceu da junção de teorias anteriormente criadas por Lopes de Sá, como a Teoria da Dinâmica de Circulação, Teoria do Equilíbrio e Teoria das Funções Sistemáticas do Patrimônio Aziendal.

Esses foram os principais eventos históricos que deram vazão ao início da estruturação das Ciências Contábeis como é vista atualmente, passando por constantes modificações, de acordo com as mudanças sociopolíticas e legislativas, e tendo em vista também o fenômeno da internacionalização da educação superior. Neste sentido, um importante acontecimento levantado por Reis e Silva (2007) elucidam, que devido a quebra da Bolsa de Valores em Nova York, em 1929, surgiram novas necessidades de padronização dos registros contábeis, e patronizar a forma com que se faz contabilidade com introdução aos princípios das Ciências Contábeis, o que resultou posteriormente, na convergências das Normas Brasileiras de Contabilidade, as *International Accounting Standards* - IAS, e o nascimento dos Códigos de Pronunciamentos Contábeis - CPC's, que norteiam as atividades do profissional contador atualmente.

Com o objetivo de mensurar a qualidade do ensino de nível superior, no ano de 1995, foi criado o sistema de avaliação da Educação Superior, através da Lei nº 9.131, de 24 de novembro do referido ano (BRASIL, 1995), que tinha por objetivo metodológico a aplicação de prova direcionada a alunos em fase de conclusão, que foi substituído pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes, no ano de 2004,

passando a avaliar também alunos ingressantes na graduação de nível superior (QUINTANA; PERAZO; FERNANDES, 2013).

Portanto, no ano de 2004 através da Resolução CNE/CES nº. 10, de 16 de Dezembro de 2004 (MEC, 2004) surgiram, as diretrizes básicas a serem observadas, pelas Instituições de Ensino Superior, no curso de graduação em Ciências Contábeis, e trazia como perfil profissional de seu formando, o que traga relevância a responsabilidade social dos discentes, e articulação técnica e instrumental, sendo articulada com outras áreas de conhecimento, e em seus conhecimentos e habilidades a utilização das terminologias de forma adequada, em linguagem técnica própria, demonstrando uma visão completa da atividade do contador, com aptidão para elaboração de relatórios e demonstrativos contábeis, com a aplicação adequada da legislação, promovendo a geração de informações contábeis, fazendo a prestação de contas da sua atividade perante a sociedade com responsabilidade, entre outras aptidões.

E que apresente em sua grade curricular, atendendo o projeto pedagógico de ensino, nos eixos de formação básica, profissional e teórico-prática, os seguintes conhecimentos, conforme Tabela 4 - Conteúdos Curriculares, que são:

Tabela - 4 - Conteúdos Curriculares

Eixos		
Formação Básica	Formação Profissional	Formação Teórico-prática
Estudos relacionados com outras áreas do conhecimento, sobretudo Administração, Economia, Direito, Métodos Quantitativos, Matemática e Estatística.	Estudos específicos atinentes às Teorias da Contabilidade, além de suas relações com a Atuária, e da Auditoria, da Controladoria e suas aplicações peculiares ao setor público e privado.	Estágio curricular supervisionado, Atividades Complementares, Estudos Independentes, Conteúdos Optativos, Prática em Laboratório de Informática utilizando softwares atualizados para Contabilidade.

Fonte: Adaptação da Resolução CNE/CES nº. 10, de 16 de Dezembro de 2004.

O Sistema Nacional de Avaliação - SINAES que foi criado através da Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004, é composto por três fatores, sendo estes, avaliação das instituições, do desempenho estudantil e dos cursos, tendo como principais aspectos avaliativos os eixos de ensino, pesquisa e extensão, a responsabilidade social, a gestão institucional, as instalações, corpo docente, entre outros aspectos.

Portanto, possui instrumentos complementares como avaliação interna e externa, o ENADE, entre outras informações, que resultam em uma visão panorâmica da qualidade dos cursos de ensino superior, sendo os resultados supervisionados, pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, sobre a operacionalização do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacional - INEP (QUINTANA, PERAZO, FERNANDES, 2013).

Quintana, Perazo e Fernandes (2013) desenvolveram, estudos entre os anos de 2006 e 2009, para entender a relação entre a carga horária das disciplinas de contabilidade financeira e orçamentária, em diferentes Instituições de Ensino Superior, e a relação com a classificação no ENADE, enfatizando que com a complexidade dos desafios da economia, e a expansão do mercado competitivo, é de suma importância a capacitação dos profissionais contadores, para planejamento e controle de recursos, alocando-os de forma a diluir os custos, e que o sucesso empresarial necessita de uma boa gestão financeira, realizada com responsabilidade social e compromisso ético.

Os resultados alcançados por Quintana, Perazo e Fernandes (2013) não revelaram uma relação significativa, entre carga horário das disciplinas que trabalham conhecimento sobre finanças e orçamento, e a avaliação do ENADE, e atribuem ao resultado o número reduzido de questões avaliativas, relacionadas ao campo de finanças e orçamento.

2.2.1. UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS E O CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Flores, Pereira e Carvalho (2006) elucidam, que Universidade Federal do Tocantins, teve origem na criação inicial da Universidade do estado do Tocantins - UNITINS, através do Decreto Estadual nº. 252, de 21 de fevereiro de 1990, e em 1996 a instituição passou de uma universidade de direito público, estruturada como autarquia, para uma instituição de ensino público do direito privado, após grande mobilização da sociedade civil, durante anos, em prol da criação de uma universidade federal, em 26 de maio de 2000, através da mensagem presidencial nº. 745, de autoria do Presidente Fernando Henrique Cardoso, consolidou-se a promessa da criação de uma universidade federal, o que deu vazão no Projeto de Lei nº 3.126 de 2000, quando

aprovado pela Câmara e Senado, que resultou na Lei nº. 10.032 de 23 de outubro de 2000, em que ficou instituída a Universidade Federal do Tocantins - UFT.

O Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal do Tocantins foi criado, a partir do Decreto Estadual nº. 9.203, de 13 de dezembro de 1993, e segundo dados extraídos do portal da Universidade Federal do Tocantins, tem como objetivo geral do curso a formação de profissionais contadores com competência para atuação técnica-científica e humanista, englobando a capacitação ética, científica, técnica, social e cultural. E com o objetivo específico a formação de profissionais aptos a prática do controle patrimonial de entidades, capacitando-os para visão gerencial e planejamento de ações de tomada de decisão, com o estímulo ao desenvolvimento de práticas contábeis de assessoria gerencial, com formação ética profissional, e a capacidade de desenvolver ferramentas de incentivo a estudos e pesquisas, para intervenção social (UFT, 2016).

O Plano Pedagógico do Curso - PPC (2015) enfatiza, como competências estratégicas a serem desenvolvidas pela UFT, no ensino superior: o comprometimento com valores éticos, científicos, culturais e sociais, buscando sempre a inovação e qualidade no ensino, com incentivo a criatividade, para um exercício profissional do graduado, que englobe a responsabilidade social e respeito das diversidades; e em se tratando das competências adquiridas no Curso de Ciências Contábeis, estão listados conhecimentos que propiciem ao graduando conhecimentos sobre o cenário econômico e financeiro, no âmbito nacional e internacional.

O curso apresenta a duração de 4 anos, composta em 8 períodos, trazendo diversas disciplinas que tratam do conhecimento sobre finanças, conforme Tabela 5 - Grade Curricular do Curso de Ciências Contábeis da UFT, que são:

Tabela 5 - Grade Curricular do Curso de Ciências Contábeis UFT

DISCIPLINA	Período
<ul style="list-style-type: none"> ● Matemática aplicada às Ciências Contábeis; ● Sociologia das Organizações; ● Instituições do Direito Público e Privado; ● Economia e Mercados Globalizados; 	1º. PRIMEIRO PERÍODO

<ul style="list-style-type: none"> ● Contabilidade Básica I; ● Português Instrumental: produção de texto técnico e científico. 	
<ul style="list-style-type: none"> ● Estatística; ● Contabilidade Básica II ● Direito Comercial e Societário ● Legislação Previdenciária e Trabalhista; ● Tópicos de Administração ● Metodologia Científica Aplicada à Contabilidade 	2º. SEGUNDO PERÍODO
<ul style="list-style-type: none"> ● Matemática Financeira; ● Sistema de Informações e Informática; ● Legislação Tributária; ● Contabilidade Intermediária; ● Teoria da Contabilidade 	3º. TERCEIRO PERÍODO
<ul style="list-style-type: none"> ● Contabilidade de Custos; ● Finanças e Mercados de Capitais; ● Legislação e Ética do Contador; ● Contabilidade Tributária; ● Orçamento e Finanças Públicas. 	4º. QUARTO PERÍODO
<ul style="list-style-type: none"> ● Análise das Demonstrações Contábeis; ● Gestão de Custos; ● Laboratório Contábil I; ● Contabilidade Governamental; ● Tópicos Especiais de Contabilidade. 	5º. QUINTO PERÍODO

<ul style="list-style-type: none"> ● Administração Financeira e Orçamento Empresarial; ● Auditoria I; ● Laboratório Contábil II; ● Contabilidade Imobiliária e de Serviços; ● Contabilidade Rural. 	6º. SEXTO PERÍODO
<ul style="list-style-type: none"> ● Auditoria II; ● Contabilidade das Instituições Financeiras; ● Contabilidade Gerencial; ● TCC- Projeto; ● Estágio I. 	7º. SÉTIMO PERÍODO
<ul style="list-style-type: none"> ● Controladoria; ● Contabilidade Ambiental e Balanço Social; ● Perícia e Arbitragem; ● Estágio II; ● TCC- Monografia 	8º. OITAVO PERÍODO

Fonte: Adaptado do Projeto Pedagógico do Curso de Ciências Contábeis, 2015.

A tabela 5 apresenta a grade curricular de ensino dos acadêmicos do curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal do Tocantins. Observa-se a existência de disciplinas, que empregam conhecimentos que se relacionam com a educação financeira direta e indiretamente, como a matemática financeira, contabilidade básica, direito comercial e societário, contabilidade tributária, orçamento e finanças públicas, contabilidade das instituições financeiras, entre outras.

2.3. EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OECD (2005) organização formada por 36 países membros, a qual o Brasil participa, entende,

que a educação financeira pode ser definida, como um processo no qual investidores e consumidores financeiros aprimoram sua compreensão dos produtos, entendendo conceitos e os respectivos riscos, e através das informações e instruções recebidas, desenvolvem a confiança e habilidade, se tornando mais conscientes das oportunidades e riscos da aplicação do dinheiro, trazendo reflexos na vida econômica, e bem estar financeiro, de quem participa do processo educativo.

A OCDE (2005) defende em seus princípios e recomendações, a necessidade da promoção da educação financeira, baseada na propagação de informações e instruções financeiras de forma democrática, e que os programas devem ser desenvolvidos e coordenados com competência, se concentrando em questões prioritárias, tendo em vista as circunstâncias econômicas de cada nação, onde faz-se necessário um planejamento da vida financeira, com o implemento de informações sobre poupança, seguro e gestão de dívidas, sendo uma ferramenta importante para a promoção do desenvolvimento econômico do país.

Enfatizando a necessidade da participação de instituições financeiras, com políticas de proteção ao consumidor, com uma boa governança e responsabilidade social, promovendo também a conscientização de clientes no firmamento de compromissos de longo prazo, sendo a alfabetização financeira disseminada em grande escala, e entendida como processo contínuo de aprendizado, vitalício e permanente, entre outras recomendações (OCDE, 2005)

Donadio, Campanario e Rangel (2012) explicam, que muitos pesquisadores consideram “educação financeira” sinônimo de “alfabetização financeira”, e que a educação sobre finanças apresenta duas dimensões, sendo elas: a dimensão da compreensibilidade e entendimento, representada pelo conhecimento financeiro de cada indivíduo, e a aplicação do conhecimento recebido na gestão de suas próprias finanças.

Olivieri (2013) entende que, ao se pensar em finanças, logo faz-se uma associação ao dinheiro, e que o ser humano se relaciona com o dinheiro desde o nascimento até sua morte, e Abreu (2014) contribuem, que para entender sobre finanças, é necessário compreender que finanças está diretamente relacionada ao processo decisório, e segundo existe três condições necessárias para que haja sentido o estudo de finanças, sendo elas: a necessidade de se tomar uma decisão, o envolvimento da decisão com valores monetários (dinheiro), e o objetivo da criação

de um valor que a represente.

Para Olivieri (2013) a educação financeira se apresenta, como um processo contínuo de aprendizagem, tornando o ser humano integralmente capaz, de assumir um processo de tomada de decisão, se tornando o indivíduo capaz de se responsabilizar pelos seus atos, referentes ao uso do dinheiro, com equilíbrio e qualidade de vida, sendo um processo interno individualizado. Neste sentido, a autora traz como importante papel da educação financeira a conscientização, transmissão de conhecimentos e aprendizados de novas regras, para equilíbrio de valores, na utilização do dinheiro, e que esses valores devem já serem introduzidos, nos primeiros anos de vida de uma criança.

Sobre a educação de crianças Destefani (2015) elucida, que as crianças estão em constante aprendizagem, e absorvem conversas, posturas, gestos e comportamentos, de seus respectivos pais, e em uma sociedade influenciada pela publicidade, que estimula o consumo de produtos, é necessária que haja a proteção infantil, e educação das crianças, não no sentido da economicidade, mas para aprender a lidar com o dinheiro, entender seu valor econômico, e a diferença entre o consumo de produtos necessários de forma benéfica, e o consumismo em exagero.

Silva (2016) versa, que a educação financeira infantil deveria ser provida, em casa, mas nas famílias de muitos brasileiros, os pais não possuem o conhecimento necessário, para um planejamento financeiro e do orçamento familiar organizado, deixando em segundo plano, o que resulta no desenvolvimento de jovens que não entendem as diferenças entre consumo e poupança, não se trata, da quantia de recursos disponíveis para consumo e investimento, mas como lidamos com os recursos que temos a disposição.

Silva (2016) discorre, que no Brasil a educação financeira não está presente no convívio familiar, e nas escolas também não são repassados conhecimentos sobre educação financeira, uma prática necessária tendo em vista que o desenvolvimento das crianças. Mesmo com a publicação do Decreto nº.7.397, de 22 de dezembro de 2010 (BRASIL, 2010) que versava, sobre a instituição da Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, a mesma se dava em caráter facultativo e multidisciplinar, não contemplando a educação infantil (CERBASI, 2011).

Cerbasi (2011) compreendia, em relação aos aspectos sociais e influências sofridas nas últimas décadas nas novas gerações de pais e filhos, que a falta de

conhecimentos sobre educação financeira nas famílias, ocorre em decorrência dos acontecimentos históricos brasileiros, na década de 80, o pensamento que norteava as famílias brasileiras, era que a aquisição de imóveis era via de regra sinônimo de enriquecimento, e posteriormente a Brasil mergulha em um ambiente inflacionário descontrolado, em que não se era possível fazer a previsão de remunerações, do mês subsequente, e em 1999, o sistema financeiro apresentava grande fragilidade, e com a instituição de regras rígidas institucionais e poucas opções de investimento, diferente do que é visto nos dias atuais, onde há informação disponível na internet, em jornais e revistas, entre outros meios de comunicação, as pessoas que passaram por esse processo da história, e as gerações que as sucederam, não receberam a devida educação familiar financeira.

Teixeira (2016) enfatiza, que os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN, do ano de 1999, possuem alinhamento com a visibilidade da implementação de políticas de Educação Financeira, pois dava ênfase a realização de um ensino, que tem por objeto atender as necessidades sociais profissionais e culturais, para que a população para proceder suas relações de consumo com prudência e tomar decisões pessoais e profissionais da melhor forma.

Vieira, Oliveira e Pessoa (2019) apontam, que a preocupação da sociedade civil e governo, no desenvolvimento de políticas nacionais voltadas a finanças, não ocorreu de forma aleatória, e que em pesquisas realizadas pelo Comitê Nacional de Educação Financeira - CONEF, Banco Central do Brasil e Departamento de Educação Financeira, analisando o contexto econômico do país e sua evolução, no período de 2002 a 2007, muitos aspectos demográficos e socioeconômicos, se modificaram, o que ocasionou mudança dos padrões de consumo, investimento e poupança.

Hoffmann e Moro (2012) citam, que através da composição de um Grupo de Trabalho - GT, composto pelo Banco Central, Comissão de Valores Mobiliários, Secretaria de Previdência Complementar e Superintendência de Seguro Privado, foram elaboradas as primeiras propostas da Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, em que sugeriu a composição de inventário nacional das iniciativas e projetos voltados para Educação Financeira, que eram realizados no país na época, além da proposta de mapeamento do grau de conhecimento financeiro da população, foram previstas na ENEF, a educação de adultos, e medidas voltadas a educação financeira, nas escolas.

Com relação a educação de jovens e adultos, Hurtado e Freitas (2020) discorrem, que em 2018 através de orientações do ministério da Educação - MEC, o tema Educação Financeira foi introduzido nas discussões da Base Nacional Comum Curricular - BNCC, para potencializar a autonomia dos estudantes e despertar a consciência crítica, nas práticas financeiras, foi defendido a implementação de conceitos básicos de economia e finanças.

As políticas de educação financeira relacionadas as empresas são necessárias, e tem sua importância justificada segundo Santos (2013), devido a afetação da produção de trabalhadores, que se encontram em “status” de vulnerabilidade, e em pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, com os funcionários de sua própria instituição, foi identificado que 42% dos 135 funcionários participantes da pesquisa, estavam em situação de estresse, e recorriam em média 25 vezes por ano, a suas chefias imediatas para solicitar o abono de faltas, o que concerne na teoria de que funcionários com problemas financeiros faltam mais, aos seus respectivos empregos(FGV, 2009, Apud, SANTOS, 2013).

Santos (2013) destaca, que em suas pesquisas com trabalhadores de uma determinada empresa, os principais fatores que levaram ao endividamento dos funcionários, a falta de planejamento de finanças, o marketing publicitário, a facilidade em se obter crédito, e este último fator por sua vez, leva as pessoas a praticarem o consumo, superior a suas condições de quitação.

Com desenvolvimento de projeto realizado pela Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF (2018), e coordenado pela Associação de Educação financeira do Brasil - AEF Brasil, foi realizado o 2º. Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira, com o objetivo de aprofundar os conhecimentos sobre as iniciativas de educação financeira realizadas pela sociedade civil, empresas, instituições e governo. Sendo, através desse mapeamento realizado no ano de 2018, que através de questionário realizado, identificou-se 1383 iniciativas respondentes que começaram o questionaram e 526 completaram o cadastro, em se tratando de instituições de ensino, constatou-se que 90% dos respondentes, correspondem a rede pública de ensino, sendo 78% Escolas Públicas, 7% Escolas Privadas, 6% Universidades Públicas, 2% Secretarias de Educação, 1% Universidade Privada e 1% Escolas Técnicas.

O Mapeamento Nacional das Iniciativas de Educação Financeira, que dos 393

respondentes, em que questiona o apoio das secretarias municipal, estadual e federal de ensino e educação as políticas de educação financeira, o percentual de 56% afirma receber apoio para a promoção da educação, através da Secretaria de Educação Estadual, com destaque ao Tocantins, que apresenta um percentual de 69% sobre os que recebem apoio das secretarias estaduais de educação.

Uma observação realizada no Mapeamento das Iniciativas de Educação Financeira, é que devido a grande maioria das iniciativas mapeadas, representarei iniciativas da rede de ensino do Tocantins, o estado com o maior número de iniciativas mapeadas, colocou a região norte como a região com maiores iniciativas mapeadas, e em que o Tocantins apresenta 70% das iniciativas da região Norte Mapeadas, e a Região Norte apresenta 30% das iniciativas de todo o Brasil, assumindo o primeiro lugar (ENEF, 2018).

2.3.1. PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Bugarim et al (2011) defendem, que para obter um futuro financeiro seguro, é preciso orientar seu dinheiro, de forma a prevenir possíveis gastos inesperados, que ocorreram em natureza emergencial, sendo necessário planejar a forma com que o dinheiro é gerido, e que planejar as finanças de um indivíduo ou família, é uma tarefa de pouca complexidade, mas que demanda tempo de organização.

Pimentel e filho (2019) salientam, que controle e planejamento financeiro, são requisitos imprescindíveis, para se obter uma boa gestão financeira, e que as boas práticas financeiras estão diretamente relacionadas, ao maior interesse da pessoa que a pratica, e que não sendo possível substituir uma cultura financeira próprio, pelo auxílio de um consultor financeiro.

Ferreira e Galdolfi (2018) versam, que a não contabilização de receitas, dificulta o planejamento financeiro, e do ponto de vista das famílias, a falta de consciência na mensuração dos ganhos e entradas de recursos, traz afetação a percepção de valores, e no momento em que se planeja as finanças, se obtém o conhecimento necessário, para tomada de decisão, constituindo alternativas, para diminuição do endividamento e aumento de capital, melhorando as condições de vida, e bem estar de quem planeja.

Cerbasi (2009) entende, como estratégia inicial para o desenvolver do

planejamento financeiro “garimpar” as contas, com o objetivo de identificar os recursos sobressalentes, e que investir mal ainda é melhor que investir de forma alguma, sendo oportuno através do tempo e estudos, o desenvolvimento do investidor, que adquire conhecimentos provenientes da prática, selecionando melhores alternativas de investimento, e dando maior eficiência a poupança. Neste sentido, a eficiência do planejamento de um indivíduo ou família, corresponde a um equilíbrio orçamentário, que concerne na constituição de gastos, inferior ao quantitativo que se recebe, sendo oportuno a concepção de investimentos das diferenças entre receita e despesa, com maior regularidade, ou assumir a prática inicial de se investir.

O orçamento doméstico é aliado do planejamento financeiro, sendo uma ferramenta capaz de demonstrar antecipadamente receitas e despesas, que possam ocorrer em um período o qual se observa (BUGARIM, 2011).

2.3.2. ORÇAMENTO DOMÉSTICO

A educação financeira é um processo de autoconsciência e análise comportamental, e segundo Cerbasi (2009), é possível se detectar um comportamento, com predisposição ao desequilíbrio orçamentário, apresentando dois casos, em que é possível identificar condutas errôneas acerca do controle de finanças, planejamento e orçamento, que são: se os indivíduos da família afirmarem, gastar o saldo bancário, ao máximo de sua disponibilidade, já se assume uma caracterização irresponsável do uso do dinheiro, pois a ausência de orientação do dinheiro, para construção de reservas, negligencia o futuro; e se você pratica a disciplina do controle de gastos e suas dívidas, e mesmo assim seu controle não demonstra suficiência, para constituir reservas regularmente, a situação é mais crítica. Portanto, o conhecimento sem ações decisórias, não traz resultados, sendo mais assertivo a viabilização de iniciativas de poupança regular, e maior qualidade no consumo, podendo haver margem para o consumo de itens não essenciais. Então, Cerbasi (2009) enfatiza, que deve haver o lançamento de gastos, em uma planilha podendo, esta ser construída com mecanismos da informática, como por exemplo o Excel, ou em um papel em branco, facilitando a comparação mês a mês, de todos os gastos e receitas.

A Planilha pode ser organizada de diversas formas, desde que apresente os

elementos de despesas fixas e variáveis, receitas fixas e variáveis de acordo com o período de sua realização, investimentos, aplicações e poupança, tendo como resultado final saldo remanescente ou recurso disponível, sendo uma possível organização, o modelo estrutural de Cerbasi (2009), que foi adaptado na Tabela 6 - Estrutura da Planilha de Orçamento Doméstico, que é:

Tabela 6 - Estrutura da Planilha de Orçamento Doméstico

Classificação (Tipos e exemplos)	Descrição da conta/ Nome	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês N
Receitas, rendimentos, ganhos, entrada de dinheiro, recebimentos	Ex: Salários ou Rendimentos Líquidos, ou Rendimentos e Salários Brutos menos Impostos Retidos Na Fonte, INSS, entre outros.	Valor em R\$ (reais) Relação das receitas líquidas ou Relação das receitas brutas - Relação dos tributos na Fonte = Total da receita líquida no período					
Contas, obrigações, saídas, despesas, pagamentos.	Ex: Conta de Água, Luz, Compras no Supermercado, aluguéis, compras parceladas no cartão, entre outros.	(-) Relação das Despesas Fixas Água Luz Alimentação Habitação Despesas Pessoais Impostos (-) Relação das Despesas Eventuais					
Resultado Período Atual	Ex: Saldo disponível no Banco ou em dinheiro	= Saldo Disponível					
Resultado Remanescent e do mês Anterior	Ex: Saldo disponível no Banco ou em dinheiro/cédula ou moeda.	+ Dinheiro que sobrou do mês anterior					
Investimentos	Ex: Cardeneta, Títulos Públicos Tesouro Direto, CDB, LCI, LCA, Debêntures, Ações de empresas, Fundos de Investimentos, Fundos Imobiliários, entre outros.	- Aplicações Feitas					

Resultado final	Ex: Saldo disponível no Banco ou em dinheiro/cédula ou moeda.	= Dinheiro disponível
-----------------	---	-----------------------

Fonte: Adaptado de Cerbasi (2009).

A Pesquisa de Orçamento Familiar - POF, realizada pelo IBGE, tem por objetivo identificar estruturas de consumo das famílias brasileiras, seus gastos e rendimentos, e o comportamento das variações patrimoniais dos brasileiros, a partir da análise do orçamento doméstico de cada indivíduo. No senso, de 2017-2018 faz-se a investigação e análise da qualidade de vida das pessoas no Brasil, sobre o indicador nutricional per capita, através dos padrões de consumo de alimentos, e demonstra que na última década em comparação com o senso de 2008-2009, houve uma redução no consumo de alimentos essenciais como carne, arroz, frutas, entre outros alimentos (IBGE, 2021). Neste sentido, entende-se que o brasileiro tem tido menores disponibilidades que causaram afetação na sua questão nutricional.

2.3.3. INVESTIMENTO

Com a realização do orçamento familiar, e um bom planejamento das finanças, começam a aparecer os primeiros resultados, e sobrar dinheiro no fim do mês. O que fazer com os recursos sobressalentes da prática do planejamento e orçamento doméstico? A resposta correta para esta pergunta é investir.

A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (2020) em seu Raio X dos investidores brasileiro, consolida dados que demonstram a situação do Brasil, e alguns reflexos do início da pandemia, sobre o comportamento dos investidores brasileiros, em que em 2019 segundo a pesquisa, 62% dos brasileiros não praticou nenhuma economia, o que os deixa em situação de vulnerabilidade, ao não consolidar reservas em tempos de crise e o aumento do desemprego, a pesquisa alcança uma confiabilidade de 95%, em que foram entrevistados 3.433 pessoas economicamente ativas, correspondendo as classes sociais A, B e C, em 149 municípios, correspondendo as classes sociais A, B e C, e demonstra equivalência a 96,3 milhões de habitantes do Brasil.

A pesquisa revela que 44% da população brasileira economicamente ativa, possui algum tipo de aplicação financeira, um aumento de 2% quando comparado

com o exercício de 2018, 10% da população brasileira economicamente ativa, praticou os primeiros investimentos em 2019, e o número de pessoas que alegam não consumir produtos financeiros, praticar aplicações e investimentos, subiu 2% de 2018 para 2019, em que apresenta uma representação de 58% dos brasileiros que recebem alguma renda ou aposentadoria (AMBINA, 2020).

Coelho e Camargo (2012) entendem, o sistema financeiro como sendo conjunto de instituições, mecanismos e instrumentos financeiros, que canalizam a poupança, com o objetivo de aplicar em determinado setor, em caráter de empréstimo, com a determinação de juros, e riscos de créditos envolvidos em cada operação, e que a intermediação necessita de operadores, que oferecem produtos que satisfazem as necessidades do consumidor ou investidor, quanto às exigências de remuneração, níveis de risco, prazos e retornos.

Bugarim et al. (2011) considera que investimento produtivo corresponde a aplicações na produção de bens e serviços, que poderão futuramente ser disponibilizados para consumidores, com geração de emprego e renda, por exemplo, a poupança que é aplicada no setor produtivo, através do investimento na bolsa de valores. Quando investe-se no mercado financeiro, através da oferta de “papéis realizada por instituições financeiras, também constitui-se uma aplicação do setor produtivo, pois os recursos são emprestados a empresas, que por sua vez ampliam seus negócios, gerando resultados para os acionistas

O Banco Central do Brasil (2013) classifica os investimentos em duas categorias, que são: renda fixa que consiste em investimentos, que são remunerados com taxas e juros, em período definidos, sendo as taxas classificadas em prefixadas (calcula-se a taxa no momento do resgate) ou pós fixadas (em que é utilizado uma base na variação de indexadores previamente estabelecidos, opcionalmente acrescidos de juros e taxas); e renda variável, que consiste em investimentos, cuja remuneração não pode ser prospectada no ato da aplicação, esta modalidade envolve maiores riscos, quanto a rentabilidade e o risco de crédito.

Freire (2012) informa, que quanto maior o risco do investimento maior sua rentabilidade, e que cada investidor possui um certo nível de tolerância, ao assumir riscos em suas aplicações, em fundos de investimento, e tem um nível de propensão a alocar suas poupanças em produtos financeiros de maior risco.

Na classificação dos perfis de investidores Freire (2012) considera, que pode

se identificar 4 perfis de investidor, sendo eles: o “mais prudente” que para consumir produtos financeiros, exige maiores garantias, e seus rendimentos são compatíveis com as taxas de juros de curto prazo; o “equilibrado” age prioritariamente protegendo seu capital investido, este objetiva rendimentos com taxas de juros de curto ou médio prazo; o “mais dinâmico” que dá preferência a aplicações financeiras tradicionais, com o objetivo de rendimentos superiores às taxas de juros, sem assumir grandes riscos, podendo haver flutuações negativas em suas aplicações em médio prazo; e o “arrojado” que objetiva rendimentos mais elevados, assumindo riscos de flutuações, eventuais perdas, dentro de limites previamente impostos, este geralmente consome produtos financeiros com maior complexidade.

Com relação aos riscos Coelho e Camargo (2012) entendem, que qualquer produto do mercado financeiro entrega vantagens e desvantagens, tendo cada um seu nível de risco, que é proporcional ao retorno financeiro, podendo se classificar como risco de ativo, que é da desvalorização do ativo ao qual se representa, uma carteira de investimento ou ativo específico, com a redução proposta pelos autores, através da variabilidade de ativos, pois quanto maior a concentração em um único produto financeiro, maior o risco do aplicado, e o risco de mercado que não pode ser reduzido, devido a influência dos fatores macroeconômicos, que afetam todas as instituições, e seus respectivos ativos.

Com a publicação da Lei nº. 6.385, de 07 de dezembro de 1976, foi criada a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, instituição que tem como principais atividades, a regularização e fiscalização de aplicações e Fundos de Investimento Financeiro - FIF, com exceção dos títulos da dívida pública nas esferas municipal, estadual e federal, conforme disposto no § 1º desta lei, e confere a CVM as atribuições, que são:

“A emissão e distribuição de valores mobiliários no mercado; a negociação e intermediação no mercado de valores mobiliários; a negociação e intermediação no mercado de derivativos; a organização, o funcionamento e as operações das Bolsas de Valores; a organização, o funcionamento e as operações das Bolsas de Mercadorias e Futuros; a administração de carteiras e a custódia de valores mobiliários; a auditoria das companhias abertas; os serviços de consultor e analista de valores mobiliários (BRASIL, 1976, Art.1º)”.

A CVM regulamenta os fundos mútuos de ações ou Fundos de Carteira Livre, que segundo Filho (2012), que embora possuam uma grande variedade, são agrupados em categorias, e tem suas informações publicadas em jornais diariamente,

e a rentabilidade dos FIF's é obtida, na razão das quotas apresentadas no primeiro dia útil do mês subsequente pelo primeiro dia útil do mês em que se vive.

Os produtos financeiros disponíveis no mercado, estão em constante modificação, a medida dos avanços tecnológicos, e a diversificação dos perfis de consumo e necessidades de consumo, as opções de investimento se apresentam de forma mais variadas, necessitando, cada vez, de maiores informações, e se caracterizando com certa complexidade, o que demanda tempo de estudo para reconhecimento das características de cada investimento, e Bugarim et al. (2012) aponta, explica e atribui como exemplos de investimento, os títulos públicos, caderneta de poupança, fundos de investimentos, Certificado de Depósito Bancário – CDB e ações.

Os Títulos Públicos que consistem em títulos emitidos pelo governo, para financiar suas atividades e pagar sua dívida, sendo a Secretaria do Tesouro Nacional -STN, o órgão responsável pela, emissão, regulação e controle, e possuem grande diversidade, e cada um apresenta características próprias quanto a prazos, garantias, rentabilidade, e o rendimento do juros pode se apresentar em condição mista, pós fixado ou pré-fixado, os Títulos Públicos Federais do Tesouro Nacional, podem ser adquiridos por qualquer investidor que possua Cadastro de Pessoa Física - CPF, e conta bancária, sendo um título em que se cobra taxa de custódia, realizada pela Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia, taxa de manutenção da conta de custódia do investidor, e taxa de prestação de serviço, e as aplicações nesta espécie de título estão suscetíveis ao valor de mercado, refletindo queda ou perda de capital, quando os preços negociados no mercado caem, em contraposição quando a valorização do título a aumento do saldo do investidor (idem, 2012).

A Caderneta de Poupança, que consiste em um investimento conservador, que pode ser praticado inclusive por menores de idade, os investimentos na caderneta tem garantia em suas aplicações no valor limite de até R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) por inscrição de pessoa física, Através do Fundo Garantidor de Crédito - FGC, e sua rentabilidade é creditada mensalmente, e seus valores de rendimento consistem em taxa de juros de 0,5% ao mês aplicados nos respectivos valores da Taxa Referencial – TR (idem, 2012).

os Fundos de Investimentos, que se caracterizam como recursos de pessoas físicas e jurídicas, em que se aplica os recursos em um fundo para compra de bens,

os quais todos os investidores possuem uma proporção, de acordo com os valores investidos, seus principais riscos correspondem a carteira e seus respectivos ativos, sendo caracterizados por riscos de liquidez, mercado e crédito, são investimentos de maior complexidade, que necessitam de um certo nível de informação, para tomada de decisão, tendo a CVM a característica de regulação, fiscalização e padronização das informações sobre os respectivos fundos (idem, 2012).

O Certificado de Depósito Bancário - CDB e Recibo de Depósito Bancário RDB que são títulos caracterizados como de renda fixa, em que bancos comerciais praticam a captação de recursos, que serão utilizados para financiar, tomadores de empréstimo, em que se pratica o reembolso futuro dos valores do título, adicionada de taxa de juros pactuada durante a transação (idem, 2012).

Investimentos em ações que consistem em valores mobiliários emitidos pelas Sociedades Anônimas S/A's, que correspondem a uma fração do capital social das organizações, as ações são oferecidas por companhias de capital aberto, e os investidores que consomem este produto financeiro, se tornam acionistas da empresa, e a propriedade da ação é constatada através de certificado de ações ou extrato de posição acionária, e seus rendimentos ocorrem através da valorização do capital empresa, e a distribuição de lucros e dividendos, sendo um investimento que assume riscos, e devido a sua complexidade necessita de um certo nível de informações, os principais riscos são de mercado, de liquidez e de realização (idem, 2012).

Com relação aos investimentos em títulos nominativos, apresentar-se a Letra de Crédito Imobiliário, que foi instituída pela Lei nº.10.931, de 02 de agosto de 2004, de livre negociação, que pode ser realizada por correntistas da Caixa e oferece garantia de hipoteca ou alienação fiduciária, rendimentos com taxa de juros pós-fixada, e prazo mínimo para resgate de 90 dias, denominada carência regulatória, com rendimentos isentos de Imposto de Renda – IR (BRASIL, 2004).

Com o avanço da tecnologia e a evolução da informática e da internet, e para aprimorar as relações de comércio e consumo, temos o surgimento de um novo produto financeiro a moeda digital ou criptomoeda, que Draf (2016) compara, com o “teorema da regressão” em princípios, pois a consistência da moeda dar-se por meio de trocas, e foi criada com objetivo de facilitar as negociações, em todo mundo, através da internet.

A Bitcoin se configura, como uma nova forma de troca na história das relações

comerciais humanas, assim como ocorreu, no surgimento dos metais e das moedas, e se caracterizando como um grande desafio para os juristas, no que tange a compreensão da sua organização, categorização e legalização (DRAFT, 2016).

A criptomoeda criada em 2009 a Bitcoin, possui algumas características, que as difere das opções de investimento atuais, sendo possível ser investida por qualquer indivíduo que disponha de um computador, para instalação de um aplicativo denominado “minerador”, ela é aceita em casas de cambio, inclusive para troca em reais, seu crescimento é proporcional ao número de mineradores e lojas que praticam as trocas, com criptomoeda (FAUST, 2011).

O Banco Central do Brasil publicou no dia 20 de Agosto de 2020, a Portaria nº. 108.092, que dispõe sobre a criação do Grupo de Trabalho Interdepartamental - GTI (BCB, 2020), que dá ênfase ao desenvolvimento dos contratos inteligentes “*smart contracts*”, e condiciona os estudos a serem realizados pelo GTI em seu Art. 2º. as seguintes finalidades que são:

“Iniciativas de emissão de moedas digitais por bancos centrais; desafios de emissão de moeda digital pelo Banco Central do Brasil; benefícios para a sociedade; avaliação de modelos de emissão de moeda digital no contexto de pagamentos digitais do país, especialmente após o pleno funcionamento do arranjo de pagamentos instantâneos instituído pelo Banco Central do Brasil (Pix); proposição de modelo de emissão de moeda digital, com identificação de riscos, incluindo a segurança cibernética, a proteção de dados e a aderência normativa e regulatória; e análise de impactos do modelo proposto sobre a inclusão financeira, a estabilidade financeira e a condução das políticas monetária e econômica”(BCB, 2020, Art. 2º).

O BCB (2020) entende, que anterior a implementação de uma moeda digital brasileira, faz-se necessária a discussão com a sociedade civil, e análise dos impactos que poderiam beneficiar o Brasil, na emissão de *Central Bank Digital Currency* - CBDC, em complemento a evolução das perspectivas de mercado, e evolução tecnológico em torno do mundo.

2.3.4. CONCESSÃO DE CRÉDITO BANCÁRIO, SERVIÇOS DE CRÉDITO E O ENDIVIDAMENTO.

Cooper e Toltz (2018) percebem, que o acesso ao crédito tem se tornado cada dia mais amplo, se tornando cada vez mais necessário que os indivíduos que consomem produtos e serviços de instituições financeiras, despertem a criticidade dos

benefícios bancários, pois só com o despertar da compreensão de fatores que influenciam os sistemas de financiamento, um indivíduo se tornar apto a praticar o seu consumo.

Para atuação consciente sobre uso do crédito bancário, envolvendo cartões de crédito ofertados, entre outros benefícios, faz-se necessária a educação de jovens e adultos, para compreensão das perspectivas que abrangem a economicidade, disponibilidade e facilidade de crédito, em contraposição a capacidade de pagamento, e comprometimento de renda (COOPER; TOLTZ, 2018).

Donadio, Campanario e Rangel (2012) descrevem, que no Brasil o endividamento das famílias brasileiras apresentou um resultado crítico, sendo que as dívidas relacionadas a cartões de crédito, cheques especiais, consignados, financiamentos e empréstimos para aquisição de veículo e compra de imóveis, alcançou o montante de R\$ 715,19 bilhões no final do ano 2011, e os autores questionam a capacidade dos brasileiros de consumir benefícios disponibilizados pelas instituições financeiras, e a relação da alfabetização financeira com as dívidas.

O Mundo nas últimas décadas passou pelo fenômeno da democratização do crédito, o que tornou produtos financeiros como o cartão de crédito, cada vez mais acessível, até mesmo podendo ser utilizado por famílias caracterizadas por baixa renda, um benefício que conduziu muitas pessoas a contração de dívidas, em que observa-se um perfil de consumo, onde se paga mais juros, sendo este um dos seguimentos mais lucrativos das instituições financeiras (LITWIN, 2008, Apud DONADIO; CAMPANARIO; RANGEL, 2012).

A Associação Brasileira de Empresas de Cartão de Crédito e Serviços - ABECS informa, o crescimento exponencial entre os anos de 2000 e 2011, em que o número de cartões de crédito em 2011 atingiu o quantitativo de 173 milhões de cartões, que comparado com o ano de 2000, em que apresentava 28,5 milhões de cartões, sofreu um crescimento de 509%, sendo que em relação a movimentações financeiras ocorreu um crescimento de 745%, e passou de R\$ 45,7 bilhões para o quantitativo de R\$ 386 bilhões (DONADIO; CAMPANARIO; RANGEL, 2012).

Donadio, Campanario e Rangel (2012) concluem, que o acesso a cartões de crédito por parte da população de baixa renda, tem sido prejudicial para as famílias brasileiras, sendo preocupante a falta de alfabetização financeira, para composição de um perfil de consumo mais crítico, sem que haja o entendimento das

consequências do uso, bem como os juros implicantes das operações destes serviços financeiros.

Existe grande variação entre as taxas de juros em instituições bancárias, conforme aponta o Banco Central do Brasil (2021), em relação aos juros mensais e anuais do cheque especial que variam de 14,44% ao ano à 364,82% ao ano, conforme a Tabela 7 - Taxa de juros cheque especial, que apresenta a margem de juros do mês de junho de 2021, com as informações, que são:

Tabela 7 - Taxa de juros cheque especial

Posição	Instituição	Taxas de juros	
		% a.m.	% a.a.
1	BCO RIBEIRAO PRETO S.A.	1,16	14,84
2	BCO CREFISA S.A.	1,45	18,89
3	BCO CEDULA S.A.	1,45	18,92
4	BCO ALFA S.A.	2,32	31,65
5	BCO BMG S.A.	3,46	50,36
6	BCO FATOR S.A.	4,41	67,88
7	BCO MODAL S.A.	4,41	67,88
8	BANCO SEMEAR	4,41	67,88
9	BANCO SICOOB S.A.	4,42	68,10
10	BCO SOFISA S.A.	4,88	77,14
11	BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	5,15	82,68
12	BCO DO EST. DO PA S.A.	5,17	83,09
13	BCO CCB BRASIL S.A.	5,37	87,36
14	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	5,54	91,06
15	BCO BANESTES S.A.	5,81	96,85
16	BRB - BCO DE BRASILIA S.A.	5,89	98,72
17	BCO BS2 S.A.	6,00	101,22
18	BANCO INTER	6,33	108,98
19	BCO C6 S.A.	6,98	124,61
20	BCO DAYCOVAL S.A	7,00	125,22
21	BANCO BTG PACTUAL S.A.	7,58	140,30
22	BCO DA AMAZONIA S.A.	7,83	147,05
23	BCO DO BRASIL S.A.	7,86	147,94

24	BCO DO ESTADO DO RS S.A.	7,94	150,13
25	BCO SAFRA S.A.	8,00	151,75
26	BANCO ORIGINAL	8,00	151,86
27	BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	8,09	154,44
28	BANCO PAN	8,21	157,73
29	BCO RENDIMENTO S.A.	8,21	157,84
30	BCO DIGIMAI S.A.	8,23	158,45
31	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	8,24	158,56
32	BCO DO EST. DE SE S.A.	8,25	158,95
33	BCO AGIBANK S.A.	8,27	159,60
34	BCO TRIANGULO S.A.	8,27	159,60
35	ITAÚ UNIBANCO S.A.	8,28	159,65
36	BCO BRADESCO S.A.	8,38	162,62
37	BCO PAULISTA S.A.	13,66	364,82

Fonte: Banco Central do Brasil (2021).

As demonstrações das variações de juros e taxas bancárias, demonstram a importância da consulta das melhores oportunidades, tendo em vista a grande diferença de valores, em que se assume, de acordo com o respectivo banco de interesse. Considerando as informações do portal do BCB (2021), observa-se grande variação também nos serviços de cartão de crédito, e em se tratando do cartão de crédito parcelado o juros ao ano varia de 34,68% a 498,31%, conforme Tabela 8 – Taxa de Juros cartão de crédito parcelado, com as seguintes informações, que são:

Tabela 8 – Taxa de Juros cartão de crédito parcelado

Posição	Instituição	Taxa de juros	
		% a.m.	% a.a.
1	BCO C6 S.A.	2,51	34,68
2	FACTA S.A. CFI	2,73	38,09
3	BANCO INTER	3,40	49,37
4	BCO SENFF S.A.	3,58	52,52
5	BANCO BARI S.A.	3,82	56,74
6	BCO AGIBANK S.A.	3,94	58,97
7	BRB - BCO DE BRASILIA S.A.	4,04	60,84
8	BCO TRIANGULO S.A.	4,16	63,10

9	BCO SOROCRED S.A. – BM	4,35	66,64
10	BCO SOFISA S.A.	4,49	69,32
11	KREDILIG S.A. – CFI	4,56	70,77
12	BCO DAYCOVAL S.A	4,72	73,94
13	BCO DO EST. DO PA S.A.	4,73	74,19
14	BCO MODAL S.A.	5,01	79,89
15	BCO XP S.A.	5,08	81,13
16	BCO DO ESTADO DO RS S.A.	5,16	82,93
17	BANCO SICOOB S.A.	5,17	83,13
18	HS FINANCEIRA	5,28	85,50
19	BCO CETELEM S.A.	5,33	86,42
20	BCO BMG S.A.	5,52	90,53
21	OMNI SA CFI	5,54	91,02
22	VIA CERTA FINANCIADORA S.A. – CFI	5,89	98,61
23	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	6,04	102,23
24	BCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.	6,14	104,53
25	BANCO BTG PACTUAL S.A.	6,27	107,50
26	BANCO BRADESCARD	6,56	114,42
27	M PAGAMENTOS S.A. CFI	6,85	121,49
28	BCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.	6,92	123,10
29	BANCO ORIGINAL	7,01	125,51
30	MERCADO CRÉDITO SCFI S.A.	7,11	127,99
31	BCO BRADESCO S.A.	7,32	133,46
32	BANCO DIGIO	7,34	133,98
33	CREDIARE CFI S.A.	7,50	138,14
34	BCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	7,71	143,77
35	BCO DO BRASIL S.A.	7,84	147,47
36	LUIZACRED S.A. SCFI	7,90	148,98
37	HIPERCARD BM S.A.	8,04	152,88
38	BCO BANESTES S.A.	8,54	167,30
39	BCO ITAUCARD S.A.	8,57	168,14
40	FIN. ITAU CBD CFI	8,57	168,29
41	BCO DIGIMAIS S.A.	8,62	169,57

42	BANCO INVESTCRED UNIBANCO S.A.	8,62	169,75
43	BCO SAFRA S.A.	9,31	190,87
44	BCO CSF S.A.	9,34	192,03
45	NU FINANCEIRA S.A. CFI	9,56	198,97
46	CARUANA SCFI	9,94	211,80
47	BCO BV S.A.	9,99	213,58
48	MIDWAY S.A. – SCFI	10,36	226,29
49	PORTOSEG S.A. CFI	10,68	237,93
50	PEFISA S.A. – CFI	11,52	269,94
51	REALIZE CFI S.A.	11,86	283,72
52	BCO LOSANGO S.A.	12,52	311,89
53	BANCO PAN	13,39	351,67
54	WILL FINANCEIRA S.A.CFI	14,01	382,15
55	BCO DO EST. DE SE S.A.	16,08	498,31

Fonte: Banco Central do Brasil (2021).

Em pesquisa realizada pelo Banco Central do Brasil (2017), para composição do relatório de economia bancário, objetivando determinar o perfil dos usuários de cartão de crédito, que a maioria dos usuários possuem escolaridade de nível médio completo e estão em emprego formal de trabalho, conforme Tabela 9 – Perfil dos usuários de cartão de crédito, que contem as seguintes informações, que são:

Tabela 9 – Perfil dos usuários de cartão de crédito mapeados

Item	Apenas a vista ou pac. Com lojista	Rotativo regular	Rotativo não regular
Escolaridade (% dos indivíduos)			
Até Fundamental incompleto	6,4%	7,8%	7,3%
Fundamental completo	6,7%	8,4%	8,4%
Médio incompleto	4,3%	5,5%	6,7%
Médio completo	42,3%	50,7%	55,5%
A partir de superior incompleto	40,4%	27,6%	22,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%
Emprego e programas sociais (%)			
Emprego formal	71,4%	63,5%	54,3%
Recebe Seguro-Desemprego	2,1%	2,6%	3,9%

Demitido sem auxílio ^{1/}	12,9%	13,5%	20,5%
Beneficiário do Bolsa Família	19,9%	28,2%	29,6%
Idade (número de anos)	40,3	40,5	36,7
	(12,6)	(13,0)	(12,6)
Tempo de emprego (número de meses)	77,1	65,8	44,9
	(97,1)	(90,0)	(75,8)
Renda + Auxílios (R\$ mil)	3.478	2.302	1.751
	(5.354)	(3.551)	(2.823)
Saldo devedor no cartão de crédito (R\$ mil)	3.437	3.831	3.510
	(5.611)	(6.522)	(7.192)
Número de indivíduos	14.530.944	9.878.152	1.726.662

Fonte: RAIS; BGSD; MDS; BCB.

A pesquisa demonstra que a maioria dos usuários possuem escolaridade de nível médio completo e estão em emprego formal de trabalho, e o relatório aponta que quanto maior o grau de endividamento do indivíduo, maior o consumo de serviços com taxas de juros mais elevadas, e que indivíduos com maiores rendimentos, escolaridade e idade mais avançada costumam pagar menos juros (BCB, 2017)

2.4. VISÃO PANORÂMICA ECONÔMICA DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS NA PANDEMIA

A pandemia do Covid-19 resultou em uma crise sanitária global, e teve seus primeiros indícios em na China, em 01 de Dezembro de 2019, e no Brasil em 26 de fevereiro de 2020, no município de São Paulo. A crise pandêmica resultou em afetações sociais, culturais, políticas e econômicas (ARAUJO; BRANDÃO, 2021).

A pandemia trouxe agravamento as condições socioeconômicas das famílias brasileiras e empresas, segundo informações apresentadas pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa de Geografia e Estatística - IBGE, 20 estados brasileiros apresentaram taxa de desocupação recorde, no ano de 2020, com um aumento percentual de 1,6%, em relação ao exercício de 2019, apresentando um percentual de 13,5% brasileiros desocupados, tendo como região mais afetada o Nordeste, e a menos afetada o Sul. O intervalo de ocupação do país sofreu queda de 7,3 milhões de brasileiros residentes

do país, resultando no menor número de série anual, com o quantitativo de 86,1 milhões de brasileiros ocupados, conclui-se com esses dados que menos da metade da população com idade apta ao exercício profissional, encontra-se empregada (BARROS, 2021).

Araujo e Brandão (2021) aborda, que o desemprego estrutural e conjuntural, são reflexos da informalidade, e muitos trabalhadores brasileiros não conseguem quem o respectivo ingresso na formalidade de trabalho, devido às exigências impostas pelos empregadores, sendo que, a baixa qualificação no quadro atual inviabiliza o emprego formal, em uma situação que a procura crescente por emprego demonstra o aumento da informalidade de trabalho.

Informações Publicadas na Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - PEIC, em dezembro de 2020, demonstra que 66,3% das famílias brasileiras encontram-se endividadas, as famílias que relataram que suas dívidas se caracterizam de produtos financeiros, que são: cheque pré-datado, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, cartão de crédito, e prestações referentes à compra de imóveis e veículos (CNC, 2020). Conforme Tabela 10 - Tipos de Dívida (% família), que são:

Tabela 10 – Tipos de Dívida (% família)

Tipo de dívida (% de famílias)			
Dezembro de 2020			
Tipo	Total	Renda familiar mensal	
		Até 10 SM	+ de 10 SM
Cartão de Crédito	79,4%	80,2%	76,4%
Cheque Especial	5,5%	5,3%	6,0%
Cheque Pré-Datado	0,8%	0,8%	0,7%
Crédito Consignado	5,5%	5,3%	6,5%
Crédito Pessoal	7,6%	8,0%	5,9%
Carnês	16,5%	18,0%	9,9%
Financiamento de Carro	10,2%	8,8%	17,0%
Financiamento de Casa	9,3%	7,1%	19,0%
Outras dívidas	1,7%	1,8%	1,1%
Não sabe	0,1%	0,1%	0,1%
Não respondeu	0,2%	0,2%	0,0%

Fonte: CNC, 2020.

A crise da pandemia trouxe novos desafios para os profissionais de

contabilidade, com as Leis de redução de jornada de trabalho e segurança do emprego, os auxílios a sociedade em status de vulnerabilidade social, e algumas suspensões de atividade comercial, devido a decretos de “*lock down*” e isolamento. Os contadores encontram novos desafios para gerenciamento de crise, planejamento, e produzem informações para a sociedade empresária, e a população como um todo. Então, Valentina (2021) entende, que junto aos empresários de pequenas, médias ou grandes empresas, é necessária a figura do contador, para o enfrentamento das incertezas, desafios e mudanças, deste período pandêmico, e pode apontar soluções na retomada econômica, que se constitui como grande desafio.

2.5. CONTADOR E A RESPONSABILIDADE SOCIAL

Trindade e Brodani (2005) afirmam, que o Contador é profissional responsável pelo desenvolvimento socioeconômico da humanidade. No decorrer da sua evolução profissional, o profissional de contabilidade desenvolve habilidades e conhecimentos, capazes de modificar a condição de vida das pessoas. Suas competências agregam valores éticos, consciência crítica, espírito investigativo, e dispõe que são atribuições do contador, efetuar o levantamento de dados de uma determinada entidade ou indivíduo, fornecendo informações econômicas e financeiras, para sobrevivência das organizações ou pessoas, às quais presta serviço.

Os contadores têm grande relevância sobre a perspectiva empresarial, sua formação de grade curricular, no processo de graduação, engloba diversas áreas do conhecimento, os capacitando, para coordenação de equipes, controle de processos, e gestão financeira e orçamentária. E tendo por competência, a necessidade de manter-se atualizado, quanto às alterações em leis e normas, e acompanhando aspectos patrimoniais, sociais, econômicos e financeiras, das empresas às quais prestam serviço. Onde os serviços contábeis mostram-se cada dia mais necessários, fornecendo informações tempestivas que auxiliam gestores na tomada de decisão (QUINTANA, 2010).

Na realização dos serviços contábeis, muitos contadores se deparam com empresas que não praticam o princípio da entidade. Uma gestão financeira pessoal, traz reflexos na gestão empresarial, e o empresário deve ter disciplina a conduzir o controle financeiro de sua empresa e sua vida, de forma separada. O controle

financeiro é necessário, para evitar endividamentos, e dar condições para investimentos na empresa, diminuindo pagamentos de juros e o aparecimento de despesas de pessoa nos gastos da empresa, nos pagamentos realizados pela organização. O nível de entendimento do princípio da entidade é proporcional, ao nível de organização do controle financeiro (PIMENTEL; FILHO, 2019).

A responsabilidade social também pressupõe o papel conscientizador de quem a pratica, e em relação a área fiscal, o contador sendo o profissional que estabelece relação direta com o contribuinte, deve primar pela justiça social, através de uma conduta ética moral, que vise o equilíbrio fiscal. Recolher impostos assume apenas uma parcela das obrigações do profissional contábil. Sendo oportuno o papel de conscientização tributário através da informação, que compõe atribuição essencial profissional, contribuindo para o desenvolvimento de cidadãos, através da educação fiscal (BAIALARDI; PETRI; ROSA, 2015).

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Para se entender os aspectos semânticos em torno da concepção de metodologia, é necessário iniciar a explanação sobre o significado de método, que segundo Richardson, tratar-se-á do caminho, maneira ou forma, que se percorre ou utiliza para alcançar determinado objetivo ou finalidade (RICHARDSON, 1999, Apud SILVA, 2014). Neste sentido, os aspectos metodológicos estão estruturados em explanações sobre a coleta de dados, instrumento de pesquisa e caracterização da pesquisa, que Silva (2014) entende, como sendo o caminho determinado por um pesquisador, na realização de seus estudos, que permita a comprovação dos resultados por outros estudiosos; e tratamento das informações coletadas e especificações da análise de dados.

3.1. QUANTO A COLETA DE DADOS, INSTRUMENTO DE PESQUISA E CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A técnica de amostragem utilizada na pesquisa, consiste na amostragem estratificada, que segundo Paula (2019), é utilizada quando há disposição de divisão da população ou subpopulações, de diferentes tamanhos e considerando diversos aspectos, em que se deve alcançar a representatividade de cada população. A

seleção da amostra é realizada com o levantamento de alunos ativos matriculados em disciplinas, no 1º período (início do curso) e 8º período (conclusão do curso), no curso de Ciências Contábeis da UFT.

O instrumento de coleta de dados consiste em um questionário contendo 29 (trinta) perguntas fechadas, em que 8 (oito) perguntas remetem ao perfil socioeconômico, 15 (quinze) perguntas correspondem a conhecimentos sobre finanças, e 6 (seis) perguntas correspondem a pesquisa de satisfação em relação aos conhecimentos empreendidos durante a graduação.

Para coleta de dados foi utilizada a plataforma “*Google Forms*”, sendo os convites para participação da pesquisa encaminhados por lista de transmissão aos discentes do curso, e através da disponibilização de link de acesso ao formulário em comunicação realizada nos grupos de “*whatsapp*” das disciplinas. O Formulário consiste em uma adaptação do trabalho de dissertação realizado por Trindade (2009).

A população da amostra consiste nos alunos matriculados em disciplinas do primeiro período e último período, quantificados em 33 (trinta e quatro) alunos do primeiro período, aos quais foi encaminhado o convite para participação da pesquisa, através de lista de transmissão, resultando em 14 respostas, caracterizando a primeira subpopulação denominada “alunos no início do curso”, e 31 (trinta e um) alunos do último período convidados via link de acesso ao formulário, em que 18 responderam o questionário, resultando em uma população de 64 alunos, e uma amostragem de 32, o que corresponde a 50% da expectativa de respostas.

No formulário estão presentes perguntas de identificação das características fisiológicas, sociais e econômicas, como sexo, idade, renda familiar, entre outras, perguntas de afirmação ou negação, contendo as alternativas sim, que corresponde a afirmativa, não que corresponde a negação e talvez, que demonstra incerteza ao responder o questionário. Também, constam perguntas em escala likert, criada pelo psicólogo norte-americano Rensis Likert (1903-1981), que consiste em escala psicométrica utilizada para mensurar atitude, intensidade e satisfação, em cinco ou mais níveis distintos, onde se mensura importância, compreensão, satisfação, entre outros, medindo qualidades desejadas com base numérica, em que o usuário responde em concordância ou desacordo com o enunciado da pergunta (LUCIAN; DORNELAS, 2015).

Ao realizar o cruzamento dos dados procura-se responder o objetivo da

pesquisa. Com o levantamento dos dados oriundos do questionário aplicado, são elaborados tabelas e gráficos oriundos de planilhas de Excel. A classificação da pesquisa é denominada como descritiva, com o registro dos fatos apontados na coleta de dados, pois em relação ao tratamento dos dados, a pesquisa descritiva de acordo com Cervo (2002) observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-lo por ela procura-se descobrir, com a precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e características, nesse caso a relação conhecimentos financeiros e planejamento financeiro.

A análise de dados será utilizada para identificar a relação do parágrafo anterior, com os alunos do 1º e 8º, no curso de Ciências Contábeis da UFT. O tratamento dos dados é de cunho quantitativo, que segundo Bardin (197) acontece pela abordagem de frequência de surgimento ou aparição de determinado elemento, e qualitativa adequando-se ao tipo de pesquisa proposto.

3.2. QUANTO A ANÁLISE DE DADOS

Bardin (1977) entende, que a análise de conteúdo pode ser compreendida, como sendo, o conjunto de técnicas analíticas utilizadas, com a adoção de procedimentos, que visam o alcance de determinado objetivo, para descrição de conteúdos, seus indicadores que podem ser quantitativos ou não, que tornam possível a inferência dos conhecimentos adotados na pesquisa, em relação às condições das informações variáveis inferidas.

A organização da análise utilizada, consiste nas três etapas de organização de análise, que são: a primeira etapa que se denomina pré-análise, que consiste em promover a operacionalidade sistêmica das ideias iniciais, conduzindo um esquema de desenvolvimento e construindo um plano de análise, escolhe o material a ser analisado, formulando as hipóteses e indicadores que fundamentam as interpretações finais; segunda etapa é denominada de fase exploratória, onde ocorre a análise propriamente dita, é a fase onde ocorre a codificação dos dados coletados, numeração, entre outros, é a fase que demanda maior tempo; e a terceira etapa consiste no tratamento de dados obtidos, considerações e interpretação dos resultados, os resultados do material analisado nesta etapa, podem ser tratados com

operações estatísticas simples ou complexas, desde que significativos e fiéis, dão vasão a inferências e interpretações do objetivo proposto da pesquisa (Bardin, 1977).

As perguntas do questionário foram enumerados para tabulação, determinação da frequência relativa, frequência acumulada, e frequência acumulada relativa, procedimento este que consiste na codificação dos resultados alcançados através do instrumento de coleta, que Bardin (1977) versa, que se trata do processo de transformação de dado que são: a enumeração em que se deve distinguir os elementos que caracterizam como unidades de registro, que corresponde a uma unidade de significação codificada que se relaciona com o segmento do conteúdo, visando a categorização, e regra de contagem utilizada, em que se considera a frequência, a presença e a direção, das representações numéricas; o recorte para escolha das unidades; e a classificação e agregação, que torna permissivo a comparabilidade das informações, de forma a atingir a representação do conteúdo, de modo a responder o objetivo da pesquisa.

Nesta pesquisa os processos de codificação e categorização, ocorrem simultaneamente, tendo em vista, as três fases e os objetivos propostos, integrando as perguntas dos questionários, nas fases de construção do perfil socioeconômico dos alunos do curso de Ciências Contábeis, conhecimentos e práticas sobre educação financeira, e percepção do nível de satisfação com os conhecimentos empreendidos no curso durante o ensino híbrido, devido ao período de pandemia. Bardin (1977) compreende que a categorização é a divisão dos componentes da pesquisa, se caracterizando como o processo de classificação de elementos constitutivos, com critérios pré-estabelecidos, através de rubricas, classes, entre outros, em que se reúnem grupos de elementos, com a titulação realizada na observância das características comuns.

Posteriormente, realiza-se a inferência de caráter específico e geral, onde busca-se suprir o objetivo da pesquisa e apontar resultados, com uma interpretação controlada dos resultados obtidos, levando em consideração a conectividade das ações, procedimentos, instrumentos de coleta utilizados, e as propostas e indagações da pesquisa (Bardin, 1977).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

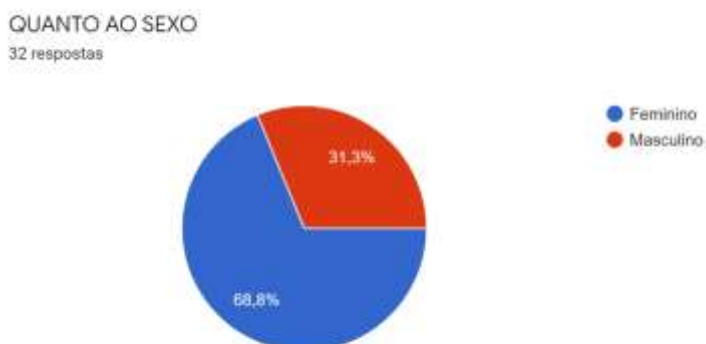
Ao realizar a coleta de dados, devida codificação e categorização das informações, com a produção dos gráficos e tabelas, a pesquisa alcança a disposição, para apresentação dos resultados, em que se descreve as respostas evidenciadas no questionário, que corresponde a construção e demonstração, do perfil socioeconômico dos alunos, conhecimentos e práticas sobre educação financeira e nível de satisfação e aprendizado, durante o curso.

4.1. PERFIL SOCIOECONÔMICO

A princípio é traçado o perfil fisiológico dos entrevistados e de identificação de gênero, em que foi apresentada as opções de sexo masculino, sexo feminimo e outros. Guerra (2014) versa, que o sexo faz referência a elementos corpóreos, como seios, aparelho reprodutivo, genitálias, entre outros, e a identidade de gênero corresponde a experiências subjetivas, em que um indivíduo independe de sua caracterização biológica, e se identifica conforme sua percepção, na construção de uma identificação que pode se apresentar como binária (mulher ou homem), ou não-binária que correspondem aos gêneros que diferem da binariedade.

Com relação ao sexo, foi identificada a predominância de entrevistados do sexo feminimo, em relação ao masculino, em que 22 indivíduos participantes da amostra, se caracterizaram como sexo feminino, e 10 indivíduos participantes da amostra se caracterizaram, como sendo do sexo masculino, conforme Gráfico 1 - Quanto ao Sexo, que são:

Gráfico 1 - Quanto ao Sexo



Fonte: Resultados da pesquisa "Google forms"

Os resultados gráficos demonstram que a proporcionalidade de mulheres, em relação aos homens é de 68,8% de respondentes do “sexo feminino”, 31,3% do “sexo masculino”, e 0% dos respondentes se identificaram em “Outros”. O Censo da Educação Superior (MEC, 2019), demonstra maior proporção do sexo feminino nas IES, tanto nas categorias administrativas de instituições públicas, quanto privadas, conforme Tabela 11 – número de Ingressos por processo seletivo, matriculados e concluintes em Cursos de graduação presencial, por sexo segundo categoria administrativa em 2019, que são:

Tabela 11 – número de Ingressos por processo seletivo, matriculados e concluintes em Cursos de graduação presencial, por sexo segundo categoria administrativa em 2019

Categoria Administrativa	Ingressos por processo seletivo			Matrículas			Concluintes		
	Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino	Total	Feminino	Masculino
Total	1.751.122	965.548	785.574	6.153.560	3.430.115	2.723.445	934.037	551.521	382.516
Pública	471.114	231.212	239.902	1.922.489	978.915	943.574	239.206	134.498	104.708
Federal	309.014	149.794	159.220	1.254.065	625.272	628.793	144.828	79.906	64.922
Estadual	141.848	70.157	71.691	582.134	304.561	277.573	79.998	46.090	33.908
Municipal	20.252	11.261	8.991	86.290	49.082	37.208	14.380	8.502	5.878
Privada	1.280.008	734.336	545.672	4.231.071	2.451.200	1.779.871	694.831	417.023	277.808

Fonte: Mec/Inep; Tabela elaborada por Inep/Deed

Em relação a idade dos alunos do curso de Ciências Contábeis, do primeiro e último período, apresenta-se a classificação dos entrevistados, com idade inferior a 20 anos de idade, entre 21 e 25 anos de idade, entre 26 e 30 anos de idade, entre 31 e 35 anos de idade, entre 36 e 40 anos de idade, e superior a quarenta anos de idade, organizados em primeiro período e oitavo período, conforme Tabela 12 - Quanto a idade, que são:

Tabela 12 - Quanto a idade

PRIMEIRO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
idade menor de 20	11	11	78,57%	78,57%
21 a 25 anos	2	13	14,29%	92,86%
26 a 30	0	13	0,00%	92,86%
31 a 35	1	14	7,14%	100,00%
36 a 40	0	14	0,00%	100,00%
superior a 40 anos	0	14	0,00%	100,00%
TOTAL	14		100,00%	
ÚLTIMO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
idade menor de 20	0	0	0,00%	0,00%
21 a 25 anos	8	8	44,44%	44,44%
26 a 30	6	14	33,33%	77,78%
31 a 35	1	15	5,56%	83,33%
36 a 40	1	16	5,56%	88,89%
superior a 40 anos	2	18	11,11%	100,00%
TOTAL	18		100,00%	

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que no 1º (primeiro) período encontra-se maior número de discentes, classificados com idade inferior a 20 anos de idade, com frequência absoluta quantificada em 11 graduandos, que representam 78,57% (setenta e oito vírgula cinquenta e sete por cento) dos entrevistados do primeiro período, 2 graduandos com idade entre 21 e 25 anos, que representa 14,29% (quatorze vírgula vinte e nove por cento) dos entrevistados, 1 aluno com idade entre 31 anos de idade e 35, que representa 7,14% dos entrevistados. No 8º (oitavo) período encontra-se maior representatividade de discentes com idade entre 21 e 25 anos, com o quantitativo de 8 graduandos, o que tendo em vista a periodicidade e duração do curso aproximado em 4 anos, refere-se a uma evolução gradativa temporal, que em comparativo com o primeiro período, se justifica pela idade mais significativa quantitativamente em que se encontram os egressos, e corresponde a um percentual de 44,44% dos alunos em fase de conclusão de curso, também apresentam-se nos resultados 6 alunos com idade entre 25 e 30 anos, que representa 33,33% dos entrevistados, 1 aluno com idade entre 31 e 35 anos de idade, que representa 5,56%

dos entrevistados, 1 aluno com idade entre 36 e 40 anos, que representa 5,56% dos entrevistados, e 2 alunos com idade superior a 40 anos de idade, que representa 11,11% dos entrevistados. (PARAGRAFO GRANDE)

Na análise da desocupação e situação de empregabilidade da amostra, pergunta-se se atualmente os respondentes da pesquisa encontram-se empregados, fornecendo as opções de afirmativa “sim, estou empregado”, negativa “não, estou desempregado” e outros, para aqueles que se encontram em atividade em que recebem rendimentos, em que não se caracteriza um vínculo empregatício, conforme Tabela 13 - Emprego e desocupação, que são:

Tabela 13 - Emprego e desocupação

PRIMEIRO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
SIM, ESTOU EMPREGADO	8	8	57,14%	57,14%
NÃO, ESTOU DESEMPREGADO	6	14	42,86%	100%
OUTRO	0	14	0%	100%
TOTAL	14		100,00%	
ÚLTIMO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
SIM, ESTOU.	15	15	83,33%	83,33%
NÃO, ESTOU DESEMPREGADO	2	17	11,11%	94,44%
OUTRO	1	18	5,56%	100,00%
TOTAL	18		100,00%	

Fonte: Elaboração própria.

Nos resultados relacionados aos alunos do 1º período, constata-se que a maioria se encontra empregada, com o quantitativo de 8 alunos empregados, que corresponde a 57,14% dos respondentes, 6 alunos encontram em situação de desemprego, que representa 42,86%. Nos resultados do 8º período, encontram-se empregados 83,33% dos respondentes, com o quantitativo de 15 alunos, em situação de emprego, na análise de comparabilidade com os alunos do primeiro período, demonstra nível de emprego dos discentes em estágio de conclusão de curso, 2 alunos estão desempregados, representando 11,11% dos respondentes, e 1 aluno apresentou em situação de estágio, o que não corresponde a vínculo de emprego,

que representa 5,56% dos respondentes.

Ao se explicar o perfil socioeconômico dos alunos, faz-se necessário o conhecimento acerca da renda familiar e renda própria, em que foi categorizado com referência ao salário mínimo em 2021, que corresponde ao valor de R\$ 1.100,00 (mil e cem reais), e em se tratando de renda familiar foram fornecidas aos entrevistados as alternativas inferior a 1 salário mínimo, no valor de R\$ 1.100,00, entre 1 salário mínimo e 3 salários mínimos, no valor entre R\$ 1.100,00 e R\$ 3.300,00, superior a 3 salários mínimos e inferior a 6 salários mínimos, no valor entre R\$ 3.300,00 e R\$ 6.600,00, superior a 6 salários mínimo e inferior a 9 salários mínimos, no valor entre R\$ 6.600,00 e R\$ 9.900,00, e superior a 9 salários mínimos, com valor superior a R\$ 9.900,00. A Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, considera como integrantes de uma família, em seu Art. 20º parágrafo §1º versa, que a composição familiar dar-se pelo cônjuge ou companheiro, pais, quando houver ausência paterna ou materna, por madrasta ou padrasto, irmãos quando no estado civil solteiro, filhos, enteados quando solteiros, menores sob tutela que residam sobre o mesmo teto (BRASIL, 1993). Na Tabela 14 - Renda Familiar, são apresentados os resultados da informações colhidas da amostra, que são:

Tabela 14 - Renda Familiar

PRIMEIRO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
Inferior a 1 salário mínimo, no valor de 1100	2	2	14,29%	14,29%
Entre 1 salário mínimo e 3 salários mínimos	7	9	50,00%	64,29%
Superior a 3 salários mínimos e inferior a 6 salários mínimos	3	12	21,43%	85,71%
Superior a 6 salários mínimo e inferior a 9 salários mínimos	1	13	7,14%	92,86%
Superior a 9 salários mínimos	1	14	7,14%	100,00%
TOTAL	14		100,00%	
ÚLTIMO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada

Inferior a 1 salário mínimo, no valor de 1100	2	2	11,11%	11,11%
Entre 1 salário mínimo e 3 salários mínimos	12	14	66,67%	77,78%
Superior a 3 salários mínimos e inferior a 6 salários mínimos	3	17	16,67%	94,44%
Superior a 6 salários mínimo e inferior a 9 salários mínimos	1	18	5,56%	100,00%
Superior a 9 salários mínimos	0	0	0,00%	100,00%
TOTAL	18		100,00%	

Fonte Elaboração própria.

Com a apresentação dos dados coletados, observa-se que no primeiro período, o quantitativo de 2 respondentes possuem renda familiar inferior ao salário mínimo, correspondendo a 14,29% dos entrevistados, 7 respondentes possuem renda familiar entre um salário mínimo e três salários mínimos, o que corresponde a 50% dos entrevistados, 3 respondentes possuem renda familiar entre salários três salários mínimos e seis salários mínimos, que indica o percentual de 21,43% dos entrevistados, 1 aluno com renda familiar entre seis salários mínimos e nove salários mínimos, representando o percentual de 7,14% dos entrevistados, 1 aluno com renda familiar superior a nove salários mínimos, representando o percentual de 7,14% dos entrevistados. No oitavo período, a renda familiar dos respondentes é identificada, como sendo inferior a um salário mínimo para 2 alunos entrevistados, que representam 11,11% dos respondentes, superior a um salário mínimo e inferior três salários mínimos para 12 alunos, que representa 66,67% dos respondentes, superior a 3 salários mínimos e inferior a seis salários mínimos para três alunos, que representa 16,67%, e um aluno apresenta renda familiar superior a seis salários mínimos e inferior a nove salários mínimos, o que representa o percentual de 5,56% dos alunos em estágio de conclusão de curso.

Denota-se que tanto em relação ao primeiro período quanto em relação ao último, existem alunos com renda familiar inferior a um salário mínimo, no valor de R\$ 1.100,00, mensurados no total de 4 alunos, o que os classifica com o “status” de vulnerabilidade, podendo evoluir para uma situação de risco social. Filho (2017) contribui, que existem diversos fatores que podem tornar o indivíduo vulnerável socialmente, sendo a pobreza elemento agravante da situação de vulnerabilidade,

potencializando riscos.

Para tratar da renda própria, foram fornecidas aos respondentes, as alternativas de não possui renda, renda inferior a um salário mínimo, superior a um salário mínimo e inferior a três salários mínimos, superior a três salários mínimos e inferior a seis salários mínimos, e superior a 6 salários mínimos. Portanto, os resultados estão representados na Tabela 15 - Renda Própria, que são:

Tabela 15 - Renda Própria

PRIMEIRO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
Nenhuma renda	6	6	42,86%	42,86%
Inferior a 1 salário mínimo, no valor de 1100	6	12	42,86%	85,71%
Superior a 1 salário mínimo e inferior a 3 salários mínimos	2	14	14,29%	100,00%
Superior a 3 salários mínimos e inferior a 6 salários mínimos	0	14	0,00%	100,00%
Superior a 6 salários mínimos	0	14	0,00%	100,00%
TOTAL	14		100,00%	
ÚLTIMO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
Nenhuma renda	1	1	5,56%	5,56%
Inferior a 1 salário mínimo, no valor de 1100	2	3	11,11%	16,67%
Superior a 1 salário mínimo e inferior a 3 salários mínimos	14	17	77,78%	94,44%
Superior a 3 salários mínimos e inferior a 6 salários mínimos	1	18	5,56%	100,00%
Superior a 6 salários mínimos	0	0	0,00%	100,00%
TOTAL	18		100,00%	

Fonte: Elaboração própria.

Em relação à renda própria é verificado que no primeiro período, o quantitativo de 6 alunos não possuem renda própria, que corresponde a 42,86% dos

entrevistados, 6 alunos possuem renda inferior a um salário mínimo, caracterizando o percentual de 42,86% dos entrevistados, e 14,29% dos respondentes possuem salário mínimo superior a um salário mínimo e inferior a três salários mínimos, sendo o quantitativo de 2 alunos.

No oitavo período a grande maioria, possui renda entre um salário mínimo e três salários mínimos, se tratando de 14 alunos que correspondem ao percentual de 77,78% dos respondentes, apenas um aluno não possui renda, representando 5,56% dos entrevistados, 2 alunos apresentam renda inferior a um salário mínimo, sendo o percentual de entrevistados de 11,11%, e 1 aluno apresenta salário superior a três salários mínimos e inferior a seis salários mínimos, representando 5,56% da amostra.

Em relação ao endividamento é fornecida uma escala psicométrica de frequência, que leva em consideração o nível de concordância e discordância, com cinco níveis de escala do grau de endividamento, em que se apresenta os graus nenhum pouco, pouco, neutro, muito, extremamente, para consideração de quanto cada respondente se considera endividado. Neste sentido, na Tabela 16 - Endividamento, são apresentados os dados coletados pelos respondentes, que são:

Tabela 16 - Endividamento

PRIMEIRO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
Nenhum pouco	8	8	57,14%	57,14%
Pouco	4	12	28,57%	85,71%
Neutro	2	14	14,29%	100,00%
Muito	0	14	0,00%	100,00%
Extremamente	0	14	0,00%	100,00%
TOTAL	14		100,00%	
ÚLTIMO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
Nenhum pouco	6	6	33,33%	33,33%
Pouco	10	16	55,56%	88,89%
Neutro	1	17	5,56%	94,44%
Muito	1	18	5,56%	100,00%
Extremamente	0	18	0,00%	100,00%
TOTAL	18		100,00%	

Fonte: Elaboração própria.

Na análise das respostas, é possível evidenciar que os alunos que se encontram no primeiro período, em sua maioria não se consideram nenhum pouco endividados, sendo quantificado em 8 dos respondentes o que corresponde a 57,14% dos questionários respondidos, 28,57 se consideram pouco endividados, sendo 4 dos respondentes, e 2 alunos apresentam neutralidade em suas considerações de endividamento, o que representa 14,29% das respostas.

No estágio de conclusão do curso, 6 dos respondentes se consideram nenhum pouco endividados, o que corresponde ao percentual de 33,33%, 10 se consideram pouco endividados, correspondendo ao percentual de 55,56%, 1 aluno entende-se na neutralidade com relação às dívidas, caracterizando 5,56% da amostra, e 1 aluno entende-se como muito endividado, com o percentual de 5,56% dos respondentes. A relação de níveis de endividamento é proporcional a capacidade de quitação das dívidas consolidadas, nas despesas domésticas, e em uma análise de comparabilidade, os alunos em processo de conclusão do curso possuem maior senso, situação ou compreensão, de estarem endividados, com relação aos do início do curso.

4.2. EDUCAÇÃO FINANCEIRA: RESULTADOS DA PESQUISA SOBRE CONHECIMENTOS E PRÁTICAS

Com a conclusão das perguntas sobre o perfil socioeconômico dos alunos do curso de Ciências Contábeis, inicia-se o levantamento de informações quanto às práticas sobre finanças e conhecimentos sobre o viés da educação financeira. Neste sentido, apresentar-se-á a Tabela 17 - Você Sabe o significado de educação financeira? As alternativas fornecidas nesta pergunta são de sim para afirmação, e não para negação, com as informações coletadas, que são:

Tabela 17 - Você Sabe o significado de educação financeira?

PRIMEIRO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
SIM	14	14	100,00%	100,00%
NÃO	0	14	0,00%	100%
TOTAL	14		100,00%	

ÚLTIMO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
SIM	18	18	100,00%	100,00%
NÃO	0	18	0,00%	100%
TOTAL	18		100,00%	

Fonte: Elaboração própria.

Ao se questionar os alunos quanto a percepção do significado e definição de educação financeiras, constatou-se que tanto os discentes do início do curso quanto os discentes em fase de conclusão do curso, afirmam conhecer o significado de educação financeira, correspondendo ao quantitativo de 14 alunos respondentes no início do curso, e 18 respondentes no final do curso, em que todos selecionaram a resposta afirmativa sim, caracterizando 100% dos entrevistados.

Conforme abordado na pesquisa, a educação financeira é um ensino interdisciplinar, que acompanha a formação do indivíduo da infância à fase adulta, e pode ser disseminada em diferentes aspectos, como pelos pais e familiares, nas instituições de ensino primário e secundário, na faculdade, entre outros. Neste sentido, pergunta-se aos alunos quais os meios de instrução que propiciaram conhecimento acerca da educação sobre finanças, fornecendo as opções, que são: no aprendizado familiar com os pais, em instituições de ensino pré-escolar (ex: creche, pré-vestibular, etc), na escola durante o ensino fundamental, na escola durante o ensino médio, na faculdade, não aprendeu sobre educação financeira, e não sabe responder a pergunta, sendo possível a seleção de mais de uma alternativa, devido as diferentes possibilidades de acesso a educação financeira.

Portanto, a Tabela 18 - Você já recebeu ensinamentos sobre educação financeira nas escolas públicas ou privadas, e educação familiar exercida por parte de seus pais? Apresenta os resultados da coleta de informações, que são:

Tabela 18 - Você já recebeu ensinamentos sobre educação financeira nas escolas públicas ou privadas, e educação familiar exercida por parte de seus pais?

PRIMEIRO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
Aprendi sobre educação financeira com meus pais	8	8	50,00%	50,00%

Aprendi sobre educação financeira no ensino fundamental	0	8	0,00%	50,00%
Aprendi sobre no ensino médio	2	10	12,50%	62,50%
Aprendi sobre educação financeira no pré-escolar	0	10	0,00%	62,50%
Aprendi sobre educação financeira na faculdade	3	13	18,75%	81,25%
Não aprendi sobre educação financeira	3	16	18,75%	100,00%
Não sei responder.	0	16	0,00%	100,00%
TOTAL	16		100,00%	
ÚLTIMO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
Aprendi sobre educação financeira com meus pais	7	7	35,00%	35,00%
Aprendi sobre educação financeira no ensino fundamental	0	7	0,00%	35,00%
Aprendi sobre no ensino médio	3	10	15,00%	50,00%
Aprendi sobre educação financeira no pré-escolar	0	10	0,00%	50,00%
Aprendi sobre educação financeira na faculdade	10	20	50,00%	100,00%
Não aprendi sobre educação financeira	0	20	0,00%	100,00%
Não sei responder.	0	20	0,00%	100,00%
TOTAL	20		100,00%	

Fonte: Elaboração própria.

Os alunos do primeiro período apresentaram como principais fontes a educação com os pais com a frequência relativa de 50%, totalizando 8 respostas, em seguida a educação na faculdade em que ocorreu a seleção por parte de 3 respondentes, correspondendo ao percentual de 18,75%, no ensino médio houve 2 seleções, representando o percentual de 12,50\$, e 3 respondentes não presenciaram educação financeira, nem por parte dos pais e nem em instituições de ensino, caracterizando 18,75% da amostra.

Os alunos em estágio de conclusão do curso informaram com maior representatividade numérica, a educação financeira empreendida na faculdade

correspondendo a 50% das seleções de opções, com o total de 10 respondentes, evidenciaram o ensino de educação financeira na faculdade em determinado momento do curso, posterior a educação com os pais representa 35% das seleções de alternativas, em que os graduandos alegam ter aprendido sobre educação financeira em ambiente familiar, 15% receberam conhecimentos sobre educação financeira no ensino médio, com o quantitativo de 3 seleções, e em se tratando dos alunos em fase de conclusão, não houve marcação da alternativa, em que se não aprendeu sobre educação financeira em nenhuma das alternativas.

A comparação dos resultados obtidos na Tabela 14, demonstra uma evolução do aprendizado na categoria aprendizado com na faculdade, pelos critérios de seleção é possível observar que a frequência relativa do aprendizado na faculdade no primeiro período correspondia ao percentual de 18,75%, que correspondia a três respondentes consideram ter aprendido sobre educação financeira na faculdade, e em se tratando dos alunos em estágio de conclusão, a frequência relativa corresponde a 50% das seleções, em que 10 alunos informam ter obtido conhecimentos e aprendizado sobre educação financeira na faculdade, e em se tratado da proporção da amostra dos 18 participantes da pesquisa direcionada aos alunos do oitavo período, 10 responderam marcaram a alternativa, 55,55% dos respondentes consideram a faculdade como fonte de aprendizado sobre finanças.

Para definir o grau de importância que os participantes da pesquisa consideram, acerca de educação financeira, é constituída no construto do questionário, pergunta em escala likert, sobre o quanto eles consideram educação financeira importante, fornecendo as opções extremamente não importante, pouco importante, neutro, importante e muito importante. Então, a Tabela 19 - grau de importância da educação financeira, apresenta os resultados, que são:

Tabela 19 – grau de importância da educação financeira

PRIMEIRO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
extremamente não importante	2	2	14,29%	14,29%
pouco importante	0	2	0,00%	14,29%
Neutro	0	2	0,00%	14,29%
Importante	1	3	7,14%	21,43%
muito importante	11	14	78,57%	100,00%

TOTAL	14		100,00%	
ÚLTIMO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
extremamente não importante	6	6	33,33%	33,33%
pouco importante	0	6	0,00%	33,33%
Neutro	0	6	0,00%	33,33%
Importante	0	6	0,00%	33,33%
muito importante	12	18	66,67%	100,00%
TOTAL	18		100,00%	

Fonte: elaboração própria.

Na conciliação das informações da escala psicométrica, entende-se que os resultados obtidos correspondem ao nível de concordância ou discordância com o enunciado da pergunta. Os resultados do primeiro período demonstram que 14,29% dos participantes, sendo estes 2 respondentes, não consideram educação financeira importante, e 78,57% consideram educação financeira muito importante, com o quantitativo de 11 respondentes. Em relação aos alunos do último período, 14 consideraram educação financeira muito importante, representando o percentual de 66,67%, e 6 consideraram extremamente não importante, resultando na frequência relativa de 33,33% das respostas.

Na abordagem de conhecimentos sobre planejamento financeiro, foi perguntado aos participantes da pesquisa, se os mesmos entendiam a concepção ou significado de planejamento financeiro, com a opção de resposta sim ou não, para afirmação e negação. Portanto, a Tabela 20 – Você sabe o significado de planejamento financeiro? Apresenta os seguintes resultados, que são:

Tabela 20 – Você sabe o significado de planejamento financeiro?

PRIMEIRO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
SIM	14	14	100,00%	100,00%
NÃO	0	14	0,00%	100%
TOTAL	14		100,00%	
ÚLTIMO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada

SIM	18	18	100,00%	100,00%
NÃO	0	18	0,00%	100%
TOTAL	18		100,00%	

Fonte: Elaboração própria.

Todos os participantes da pesquisa afirmaram entender o significado de planejamento financeiro, sendo o total de 14 respondentes do primeiro período, e 18 respondentes do oitavo período, totalizando 100% da amostra.

Para definir o grau de importância considerado entre os participantes da pesquisa do primeiro período e do oitavo período, sobre o planejamento financeiro, constitui-se questionamento em escala likert, com cinco níveis representados em extremamente não importante, pouco importante, neutro, importante e muito importante, A Tabela 21 - Grau de importância do planejamento financeiro, traz os resultados da percepção dos acadêmicos sobre a importância do planejamento financeiro, que são:

Tabela 21 – Grau de importância do planejamento financeiro

PRIMEIRO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
Extremamente não importante	1	1	7,14%	7,14%
Pouco importante	0	1	0,00%	7,14%
Neutro	0	1	0,00%	7,14%
Importante	1	2	7,14%	14,29%
Muito importante	12	14	85,71%	100,00%
TOTAL	14		100,00%	
ÚLTIMO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
Extremamente não importante	3	3	16,67%	16,67%
Pouco importante	0	3	0,00%	16,67%
Neutro	0	3	0,00%	16,67%
Importante	1	4	5,56%	22,22%
Muito importante	14	18	77,78%	100,00%
TOTAL	18		100,00%	

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao grau de importância do planejamento financeiro, os participantes da pesquisa do primeiro período definem em sua maioria, como sendo muito

importante, com o quantitativo de 12 respondentes, que representa 85,71%, 7,14% considera importante, 7,14% considera extremamente não importante. Os acadêmicos do último período, também apresentam maior concordância, com o tema planejamento financeiro ser muito importante, representados no quantitativo de 14 dos participantes da pesquisa, correspondendo ao percentual de 77,78%, 3 respondentes consideram planejamento financeiro extremamente não importante, o que representa 16,67% dos participantes, e 1 aluno definiu o tema como importante, representando o percentual de 5,56% dos graduandos.

As ferramentas abordadas nas boas práticas da educação financeira, que corresponde a uma determinação comportamental aliada ao conhecimento e criticidade, são realizadas através de ferramentas como o planejamento financeiro e orçamento doméstico, que permite ao indivíduo a percepção da sua vida financeira, seus rendimentos e despesas, investimentos e poupança, o que propicia condições de melhoria de vida, e construção de novos planos de vida. Neste sentido, foi realizada pergunta aos participantes, para entender se os acadêmicos de Ciências Contábeis, compreendem o significado de orçamento doméstico e familiar.

A pergunta se caracteriza como afirmativa ou de negação, e apresenta as opções sim ou não, conforme descrito na Tabela 22 – Você sabe o significado de orçamento doméstico ou familiar? Sendo as informações:

Tabela 22 – Você sabe o significado de orçamento doméstico ou familiar?

PRIMEIRO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
SIM	14	14	100,00%	100,00%
NÃO	0	14	0,00%	100%
TOTAL	14		100,00%	
ÚLTIMO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
SIM	17	17	94,44%	94,44%
NÃO	1	18	5,56%	100%
TOTAL	18		100,00%	

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que em se tratando de orçamento familiar, no primeiro período 100% dos respondentes assumem ter o entendimento do significado de orçamento

doméstico ou familiar, com o quantitativo de 14 participantes da pesquisa, e em se tratando do último período 17 participantes afirmam conhecer o significado de orçamento doméstico, representando 94,44% dos respondentes, e 5,56% dos participantes não conhecem o significado de orçamento doméstico, em que apenas 1 aluno negou saber o significado.

Para aferir o grau de importância e percepção dos alunos sobre orçamento doméstico, constitui-se pergunta em escala likert, com cinco níveis de escala, fornecendo as alternativas extremamente não importantes, pouco importantes, neutras, importantes e muito importantes. Neste sentido, a Tabela 23 - Grau de importância do Orçamento Doméstico apresenta os resultados da pergunta, que são:

Tabela 23 - Grau de importância do Orçamento Doméstico

PRIMEIRO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
Extremamente não importante	1	1	7,14%	7,14%
Pouco importante	0	1	0,00%	7,14%
Neutro	0	1	0,00%	7,14%
Importante	4	5	28,57%	35,71%
Muito importante	9	14	64,29%	100,00%
TOTAL	14		100,00%	
ÚLTIMO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
Extremamente não importante	3	3	16,67%	16,67%
Pouco importante	0	3	0,00%	16,67%
Neutro	1	4	5,56%	22,22%
Importante	1	5	5,56%	27,78%
Muito importante	13	18	72,22%	100,00%
TOTAL	18		100,00%	

Fonte: Elaboração própria.

Para os acadêmicos do início do curso, a maior parcela dos respondentes considerou o orçamento doméstico muito importante, no quantitativo de 9 participantes, refletindo 64,29% dos participantes, 4 participantes consideraram como sendo importante, com o percentual de 28,57% dos respondentes, e 7,14% entenderam ser extremamente não importante, no quantitativo de um aluno. E, nos

dados informados pelos alunos em fase de conclusão de curso, 13 participantes consideraram o orçamento doméstico como sendo muito importante, no percentual de 72,22% das respostas, 16,67% consideraram como sendo extremamente não importante, no quantitativo de 3 alunos, 1 aluno apresentou percepção neutra de importância, correspondendo a 5,56% dos respondentes, e 1 aluno considerou como sendo importante a temática.

Após o entendimento do grau de importância dado aos alunos sobre orçamento doméstico, e o quantitativo de alunos que tem conhecimento do seu significado, procura-se entender se este conhecimento e grau de importância, é posto em prática, em suas relações pessoais com o dinheiro. Portanto, a Tabela 24 – Elaboração do orçamento doméstico em planilha Excel ou papel, consiste em perguntar aos alunos, se eles utilizam de ferramentas para controle de despesas e receitas pessoais, em que são fornecidas as alternativas sim para afirmação e não para negação, e as informações resultantes deste questionamento são apresentadas, como sendo:

Tabela 24 – Elaboração do orçamento doméstico em planilha Excel ou papel

PRIMEIRO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
SIM	5	5	35,71%	35,71%
NÃO	9	14	64,29%	100%
TOTAL	14		100,00%	
ÚLTIMO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
SIM	15	15	83,33%	83,33%
NÃO	3	18	16,67%	100%
TOTAL	18		100,00%	

Fonte: Elaboração própria.

Evidencia-se que no primeiro período, a grande maioria dos acadêmicos não realiza o orçamento doméstico em papéis ou planilhas informatizadas, o que corresponde a 64% dos respondentes, com o quantitativo de 9 participantes, e 5 participantes realizam o orçamento doméstico em papéis ou planilhas, correspondendo ao percentual de 35,71% dos respondentes. Quando realizada a comparação de conhecimento e prática, das tabelas 18 e 19, a comparabilidade demonstra que os valores de quem considera orçamento doméstico muito importante,

são inversamente proporcionais aos que realizam o orçamento doméstico na prática, o que denota que o entendimento da importância, não é usual ou prática comportamental, em relação aos alunos do primeiro período.

Os alunos em conclusão do curso em sua maioria realizam o orçamento doméstico em planilhas ou papéis, o que pressupõe maior aplicabilidade dos conhecimentos sobre finanças, em que 83,33% dos respondentes (15 alunos), e 16,67% não realizam o orçamento doméstico, o que corresponde ao quantitativo de 3 dos respondentes.

Sabendo que fazem parte da grade curricular dos alunos do Curso de Ciências Contábeis, a aprendizagem sobre contabilidade tributária, em que se aprende sobre tributos, impostos, taxas e contribuições, entre outros ensinamentos, contabilidade básica e fundamentos de contabilidade, em que se aprende sobre contas patrimoniais, sua natureza, contas de resultado, conceitos gerais de despesas e receitas, e que os conhecimentos empreendidos nessas áreas, se correlacionam com os utilizados para elaboração do orçamento doméstico.

Neste sentido, foi formulada pergunta direcionada aos acadêmicos, sobre o conhecimento da definição de impostos, taxas e contribuições, e a Tabela 25 - Você sabe a definição de impostos, taxas e contribuições? Apresenta os seguintes resultados, que são:

Tabela 25 - Você sabe a definição de impostos, taxas e contribuições?

PRIMEIRO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
SIM	10	10	71,43%	71,43%
NÃO	1	11	7,14%	78,57%
Talvez	3	14	21,43%	100%
TOTAL	14		100,00%	
ÚLTIMO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
SIM	18	18	100,00%	100,00%
NÃO	0	18	0,00%	100,00%
Talvez	0	18	0,00%	100%
TOTAL	18		100,00%	

Fonte: Elaboração própria.

Nos primeiros períodos grande parte dos alunos afirmaram entender conhecer a definição de impostos, taxas e contribuições, representando o percentual, de

71,43% dos respondentes no quantitativo de 10 alunos, 3 alunos marcaram a opção talvez, o que denota insegurança ao responder sobre as definições, e se caracteriza no percentual de 21,43%, e 1 aluno afirmou não saber a definição de impostos, taxas e contribuições, no percentual de 7,14% dos respondentes. Em relação aos alunos do último período, todos os participantes da pesquisa afirmaram conhecer as definições, o que corresponde a 100% dos respondentes, em análise comparativa com os alunos iniciantes, pressupõe-se que no decorrer do curso todos os alunos em dado momento, compreenderam as definições de tributos.

Para entender se os alunos que realizam o orçamento doméstico compreendem, os conceitos e definições de receitas e despesas, a Tabela 26 – Você sabe a definição de receita e despesa? Apresenta os resultados, que se consolidam como afirmação, negação ou incerteza, conforme as informações, que são:

Tabela 26 – Você sabe a definição de receita e despesa?

PRIMEIRO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
SIM	9	9	64,29%	64,29%
NÃO	0	9	0,00%	64,29%
Talvez	5	14	35,71%	100%
TOTAL	14		100,00%	
ÚLTIMO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
SIM	18	18	100,00%	100,00%
NÃO	0	18	0,00%	100,00%
Talvez	0	18	0,00%	100%
TOTAL	18		100,00%	

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados demonstram que a maior parcela dos alunos do início do curso já entende a definição de receitas e despesas, com o quantitativo de 9 alunos, a frequência relativa de 64,29%, e 5 alunos demonstram incerteza ao responder talvez, correspondendo a frequência relativa de 35,71%. Os alunos em conclusão responderam em sua totalidade que entendem as definições de receitas e despesa.

Conforme abordado na pesquisa, para garantir uma boa saúde financeira, não adianta apenas efetuar o controle dos gastos e receitas, sendo necessário atribuir ao resultado sobressalente deste controle a aplicação em investimentos. Então, a Tabela 27 - Significado de investimento, corresponde aos resultados da pergunta sobre se os

alunos entendem o significado, conceito ou definição de investimento, tendo como opções a afirmação ou negação do conhecer sobre a terminologia, resultando nas seguintes informações, que são:

Tabela 27 - Significado de investimento

PRIMEIRO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
SIM	14	14	100,00%	100,00%
NÃO	0	14	0,00%	100%
TOTAL	14		100,00%	
ÚLTIMO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
SIM	18	18	100,00%	100,00%
NÃO	0	18	0,00%	100%
TOTAL	18		100,00%	

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao entendimento sobre o significado de investimento, 100% dos respondentes do primeiro e último período, afirmaram que sabem o que significa investimento, no quantitativo de 14 acadêmicos do início do curso, e 18 acadêmicos em processo de conclusão do curso.

Para aferir o grau de importância que os alunos dão a prática do investimento, pergunta-se aos meus quanto eles consideram investimento importante, em uma escala de 5 níveis, que possuem como variável a proporção de discordância e concordância, com a prática de investir dinheiro. E, os resultados são demonstrados na Tabela 28 – Grau de importância do investimento, que são:

Tabela 28 – Grau de importância do investimento

PRIMEIRO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
Extremamente não importante	1	1	7,14%	7,14%
Pouco importante	0	1	0,00%	7,14%
Neutro	0	1	0,00%	7,14%
Importante	9	10	64,29%	71,43%
Muito importante	4	14	28,57%	100,00%

TOTAL	14		100,00%	
ÚLTIMO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
Extremamente não importante	1	1	5,56%	5,56%
Pouco importante	2	3	11,11%	16,67%
Neutro	2	5	11,11%	27,78%
Importante	7	12	38,89%	66,67%
Muito importante	6	18	33,33%	100,00%
TOTAL	18		100,00%	

Fonte: Elaboração própria.

Ao analisar os resultados, descreve-se que a maior parcela dos acadêmicos do primeiro período, considera importante investir, com o percentual de 64,29%, o que resulta no quantitativo de 9 respondentes, 4 acadêmicos consideram muito importante, o que caracteriza 28,57% dos respondentes, e 1 acadêmico considera extremamente não importante a prática de investimentos.

Na análise dos resultados referentes aos acadêmicos do oitavo período, houve maior parcialidade, em que 7 acadêmicos responderam ser importante investimento, correspondendo ao percentual de 38,89%, 6 acadêmicos entenderam como sendo muito importante investir, correspondendo ao percentual de 33,33% dos respondentes, 2 acadêmicos apresentam-se na neutralidade, com o percentual de 11,11%, 2 acadêmicos consideraram pouco importante, com o percentual de 11,11%, e 1 acadêmico considerou investimento extremamente não importante, o que caracteriza 5,56% dos respondentes. Portanto, na comparação da proporcionalidade das respostas, afere-se maior grau de importância dado pelos alunos do início do curso aos investimentos, em contraposição aos do final do curso.

Em relação a prática de investimentos, para entender se os estudantes já investiram, é perguntado aos acadêmicos se praticaram investimento alguma vez durante suas vidas, com as opções de sim para afirmação, e não para negação. Então, a Tabela 29 – Já Investiu? Traz informações quanto ao resultado, que são:

Tabela 29 – Já Investiu?

PRIMEIRO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada

SIM	5	5	35,71%	35,71%
NÃO	9	14	64,29%	100%
TOTAL	14		100,00%	
ÚLTIMO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
SIM	11	11	61,11%	61,11%
NÃO	7	18	38,89%	100%
TOTAL	18		100,00%	

Fonte: Elaboração própria.

Em relação a prática de investimentos exercida pelos alunos do início da graduação, a maioria afirma não ter investido seu dinheiro, correspondendo ao percentual de 64,29% dos respondentes, o quantitativo de 9 alunos, e 5 alunos afirmam ter investimento, o que representa 35,71%. Os alunos em processo de conclusão de curso afirmam em sua maior parcela terem investido seus recursos, com o percentual de 61,11% dos respondentes, no quantitativo de 11 alunos, e 7 alunos afirmam não ter investido seus recursos, no percentual de 38,89%. Com a comparação das afirmações do início do curso e final do curso, é notório que a prática de investimentos é mais realizada pelos alunos em estágio de conclusão de curso.

Existem diferentes tipos de investimentos, e diferentes perfis de investidores, conforme já abordado, cada investidor assume o risco das aplicações de seus recursos, de acordo com o grau de tolerância a assumir riscos, sendo o risco do investimento proporcional aos rendimentos. E para verificar os tipos de aplicações de recursos realizados pelos alunos do Ciências Contábeis, é perguntando aos acadêmicos, quais os tipos de investimentos que os mesmos praticam ou praticaram, durante suas vidas, fornecendo as alternativas Títulos Públicos/Tesouro Direto, Caderneta de Poupança, Fundos de Investimento, CDB e RDB, Investimentos em ações, LCI ou LCA, Criptomoedas ou Bitcoin, nenhuma das alternativas e Nenhuma das alternativas. Neste sentido, a Tabela 30 - Tipos de investimentos realizados, trata das informações relacionadas a diversidade de investimentos realizadas pelos acadêmicos, podendo os mesmos praticar mais de uma modalidade de investimento, assim são apresentadas as informações, que são:

Tabela 30 - Tipos de investimentos realizados

PRIMEIRO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
Títulos Públicos/Tesouro Direto	2	2	10,00%	10,00%
Caderneta de Poupança	2	4	10,00%	20,00%
Fundos de Investimento	2	6	10,00%	30,00%
CDBe RDB	0	6	0,00%	30,00%
Investimentos em ações	1	7	5,00%	35,00%
LCI ou LCA	1	8	5,00%	40,00%
Criptomoedas ou Bitcoin	2	10	10,00%	50,00%
Nenhuma das alternativas	10	20	50,00%	100,00%
Nenhuma das alternativas	0	20	0,00%	100,00%
TOTAL	20		100,00%	
ÚLTIMO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
Títulos Públicos/Tesouro Direto	4	4	13,33%	13,33%
Caderneta de Poupança	8	12	26,67%	40,00%
Fundos de Investimento	4	16	13,33%	53,33%
CDBe RDB	4	20	13,33%	66,67%
Investimentos em ações	2	22	6,67%	73,33%
LCI ou LCA	2	24	6,67%	80,00%
Criptomoedas ou Bitcoin	0	24	0,00%	80,00%
Nenhuma das alternativas	6	30	20,00%	100,00%
Não sei	0	30	0,00%	100,00%
TOTAL	30		100,00%	

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que a maioria dos estudantes do início do curso, não realizou nenhuma das opções de investimento, em que 10 acadêmicos selecionaram a opção nenhuma das alternativas, representando 50% das seleções, houve duas seleções em caderneta de poupanças, em títulos públicos e criptomoedas, correspondendo a 30 % das seleções, e uma seleção realizada em investimentos e letras de crédito imobiliário e rural, correspondendo a 10% das seleções. Assim, caracteriza-se o perfil de investidor dos que selecionaram as opções de cardeneta de poupanças e títulos públicos, como mais conservadores, que recebem menor rendimento assumindo menores riscos, investidores de fundos de investimento assumem maiores riscos, e

demandam de maior conhecimento, quanto a complexidade de se investir em fundos, e houve também que se caracterizou pelo investimento em criptomoedas, que são investimentos de alta complexidade e margem de risco superior, pois não possuem regulação ou controle por parte do Estado.

A categorização dos perfis de investimento relacionada aos acadêmicos do último período de graduação, denota maior variabilidade das aplicações de recursos, tendo como principal investimento realizado a aplicação na caderneta de poupanças, em que ocorreu 8 seleções, correspondendo a frequência relativa de 26,67%, 4 seleções em títulos públicos, fundos de investimento e CDB e RDB cada, correspondendo a 40% das seleções, 2 seleções em investimentos em ações e letras de crédito imobiliário ou rural, representando 13,33% das seleções, e 6 acadêmicos informaram não praticar nenhuma das alternativas então mencionadas. Sobre a perspectiva dos investidores em conclusão de curso, grande maioria se apresenta como investidores conservadores, em que 8 dos respondentes já aplicaram recursos na caderneta de poupança, também se observa maior prática proporcional das aplicações em fundos de investimentos, CDB e RDB, e a ausência de investimentos em criptomoedas. Existe uma diferença em comparativo com os alunos do primeiro período, que pressupõe prática superior de investimentos, nos exemplos abordados na pesquisa.

Para entender os tipos de dívidas consolidadas pelos acadêmicos, referente a produtos e serviços bancários de crédito, pergunta-se aos alunos quais dos serviços de crédito já foram utilizados. Então a Tabela 31 - Serviços de crédito de instituições financeiras e bancos, em que foram fornecidas as opções de seleção cartão de crédito, empréstimo pessoal, empréstimo consignado, cheque, cheque especial, financiamento de casa, financiamento de carro, nenhuma das alternativas para aqueles que não contrataram nenhum dos serviços exemplificados, e não sei demonstrando grau de incerteza ou desconhecimento sobre o assunto tratado, apresentando as seguintes informações, que são:

Tabela 31 - Serviços de crédito de instituições financeiras e bancos

PRIMEIRO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
Cartão de crédito	7	7	38,89%	38,89%
Empréstimo Pessoal	0	7	0,00%	38,89%

Empréstimo Consignado	1	8	5,56%	44,44%
Cheque	0	8	0,00%	44,44%
Cheque especial	2	10	11,11%	55,56%
Financiamento de Casa	1	11	5,56%	61,11%
Financiamento de Carro	0	11	0,00%	61,11%
Nenhuma das alternativas	7	18	38,89%	100,00%
Não sei	0	18	0,00%	100,00%
TOTAL	18		100,00%	
ÚLTIMO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
Cartão de crédito	17	17	53,13%	53,13%
Empréstimo Pessoal	9	26	28,13%	81,25%
Empréstimo Consignado	0	26	0,00%	81,25%
Cheque	1	27	3,13%	84,38%
Cheque especial	0	27	0,00%	84,38%
Financiamento de Casa	0	27	0,00%	84,38%
Financiamento de Carro	4	31	12,50%	96,88%
Nenhuma das alternativas	1	32	3,13%	100,00%
Não sei	0	32	0,00%	100,00%
TOTAL	32		100,00%	

Fonte: Elaboração própria.

É possível evidenciar com os resultados, que em relação aos acadêmicos do início do curso, o cartão de crédito é usado por 7 participantes da pesquisa, correspondendo ao percentual 38,89% das seleções, 7 participantes afirmam não possuir nenhum dos serviços de crédito apontados na pergunta, representando 38,89% das seleções, houve 2 seleções em serviços de cheque especial, que se caracteriza pelo percentual de 11,11% das seleções, 1 participante apresentou empréstimo consignado representando 5,56% das seleções, e um participante possui financiamento de casa, refletindo 5,56% das seleções. Com a exposição dos serviços de crédito mais utilizados, o mais utilizado pelos alunos do início do curso, se caracteriza como os serviços de cartões de crédito, sendo um dos serviços disponibilizados por instituições financeiras, com maior taxa de juros mensal e anual conforme já abordado, seguidos por cheque especial, que também apresenta elevada taxa de juros, entre outros. Sendo oportuno enfatizar que o uso habitual do cartão de crédito em consonância com a democratização do acesso ao crédito, pode influir no endividamento, caso não seja feito controle dos gastos através do orçamento familiar.

As informações apresentadas dos acadêmicos do último período, demonstram

que 17 dos 18 participantes da pesquisa, utilizam o cartão de crédito, o que corresponde 94,44% dos respondentes, e a frequência relativa das seleções resultante é de 53% dos serviços de crédito, também apresentam um número elevado de contratação dos serviços de empréstimos pessoais, em que 9 acadêmicos afirmam utilizar o serviço, com o percentual de 28,13% das seleções, 4 acadêmicos contrataram financiamento de veículo, 1 acadêmico utiliza o serviço de talões de cheque para compras a prazo, e acadêmico disse não ter utilizado nenhum dos serviços bancários dispostos nas alternativas. Sendo assim, em comparação com os alunos do início do curso, os acadêmicos no final do curso, apresentam maior consumo de cartões de crédito e financiamentos de veículos, em relação aos cartões, é notória a facilidade de acesso ao uso de cartões de crédito, quando comprovada a renda, sendo importante analisar as condições de emprego conforme Tabela 13, em que 15 alunos encontram-se empregados, e 1 em estágio não obrigatório.

4.3. APRENDIZADO, SATISFAÇÃO E ENSINO A DISTÂNCIA DURANTE A PANDEMIA, COMPREENSÃO DAS AULAS E IMPORTÂNCIA DO ENSINO DE FINANÇAS NO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Após a conclusão das etapas construção do perfil socioeconômico dos alunos do curso de ciências contábeis, e avaliação dos conhecimentos e práticas no viés da educação financeira, é realizada pesquisa com relação à satisfação e frequência do aprendizado do Curso de Ciências Contábeis. Em decorrência da pandemia também se evidencia diferenças no início do aprendizado dos alunos que se encontram no último período e primeiro período, as circunstâncias especiais, também são levadas em consideração na análise de satisfação.

Para verificar o nível de satisfação com o aprendizado no curso, é constituída a pergunta sobre o quanto os acadêmicos se sentem satisfeitos com o aprendizado no curso, as alternativas são fornecidas em cinco níveis, e variam de nada satisfeito a muito satisfeito. Então, a Tabela 32 – Qual seu grau de satisfação com o aprendizado no Curso de Ciências Contábeis? Apresenta as informações, que são:

Tabela 32 – Qual seu grau de satisfação com o aprendizado no Curso de Ciências Contábeis?

PRIMEIRO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
Nenhum pouco satisfeito	0	0	0,00%	0,00%
Pouco satisfeito	1	1	7,14%	7,14%
Neutro	3	4	21,43%	28,57%
Satisfeito	8	12	57,14%	85,71%
Muito satisfeito	2	14	14,29%	100,00%
TOTAL	14		100,00%	
ÚLTIMO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
Nenhum pouco satisfeito	0	0	0,00%	0,00%
Pouco satisfeito	2	2	11,11%	11,11%
Neutro	2	4	11,11%	22,22%
Satisfeito	12	16	66,67%	88,89%
Muito satisfeito	2	18	11,11%	100,00%
TOTAL	18		100,00%	

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados apontam os níveis de discordância ou concordância, a respeito da satisfação com o aprendizado no curso. Os alunos do início do curso em maior parcela se consideram satisfeitos, no quantitativo de 8 alunos, o que corresponde a frequência relativa de 57,14% dos respondentes, 3 alunos apresentam neutralidade em questões de satisfação com o aprendizado, o que representa 21,47% dos respondentes, 2 alunos se consideram muito satisfeitos, representando 14,29% dos respondentes, e 1 aluno demonstra pouca satisfação com o aprendizado, caracterizando 7,14% dos respondentes. No estágio de conclusão do curso maior parcela demonstra estar satisfeito, no quantitativo de 12 alunos, correspondendo a 66,67% dos respondentes, para a opção pouco satisfeito 2 alunos marcaram esta opção, representando 11,11% dos respondentes, 2 alunos selecionaram a opção de neutralidade, no percentual de 11,11%, e 2 alunos se consideram muito satisfeitos com o aprendizado, correspondendo a 11,11% dos respondentes.

Adicionando ao construto da pesquisa novamente a pergunta, direcionada ao período específico de pandemia, procura-se saber as variantes do ensino a distância e níveis de satisfação, em caráter interpretativo da população em análise. Neste

sentido, a Tabela 33 - Com relação ao aprendizado do Curso de Ciências Contábeis, neste período de pandemia, qual seu nível de satisfação? Apresenta informações com relação aos níveis de satisfação dos alunos durante a pandemia, que são:

Tabela 33 - Com relação ao aprendizado do Curso de Ciências Contábeis, neste período de pandemia, qual seu nível de satisfação?

PRIMEIRO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
Nenhum pouco satisfeito	1	1	7,14%	7,14%
Pouco satisfeito	5	6	35,71%	42,86%
Neutro	4	10	28,57%	71,43%
Satisfeito	4	14	28,57%	100,00%
Muito satisfeito	0	0	0,00%	100,00%
TOTAL	14		100,00%	
ÚLTIMO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
Nenhum pouco satisfeito	0	0	0,00%	0,00%
Pouco satisfeito	6	6	33,33%	33,33%
Neutro	8	14	44,44%	77,78%
Satisfeito	3	17	16,67%	94,44%
Muito satisfeito	1	18	5,56%	100,00%
TOTAL	18		100,00%	

Fonte: Elaboração própria.

Na abordagem específica do período de pandemia, observa-se uma alteração nos níveis de satisfação dos alunos tanto do primeiro período, quanto do último período. O primeiro período apresenta o quantitativo de 4 alunos satisfeitos com o aprendizado durante o período de pandemia, com a frequência relativa de 28,57% dos respondentes, 5 alunos se consideraram pouco satisfeitos, correspondendo ao percentual de 35,71%, 4 alunos apresentaram neutralidade em questão de satisfação com o aprendizado, correspondendo a 28,57%, e 1 aluno apresenta-se como pouco satisfeito correspondendo a 7,11% dos respondentes. Ao responder a pergunta sobre satisfação os acadêmicos em fase de conclusão do curso, também interpretaram a pergunta, de forma a modificar seus níveis de satisfação, em que maior parcela correspondeu a neutralidade, no quantitativo de 8 alunos, o que se caracteriza como 44,44% dos respondentes, 6 alunos entenderam estar pouco satisfeitos, o que corresponde ao percentual de 33,33%, 3 alunos estão satisfeitos, representando o

percentual de 16,67%, e 1 aluno se considera muito satisfeito, correspondendo a 5,56% dos respondentes.

A satisfação com aprendizado está relacionada a autoconfiança dos respondentes com as informações passadas nas aulas a distância, e em se tratando da compreensão das informações tratadas, pergunta-se a frequência que consideram as informações compreensivas. Portanto, a Tabela 34 - Você compreende as aulas e as informações passadas durante as aulas de modo geral? Apresenta os níveis de concordância e discordância em relação a frequência que compreendem as informações, e os resultados encontrados são:

Tabela 34 - Você compreende as aulas e as informações passadas durante as aulas de modo geral

PRIMEIRO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
Nunca	0	0	0,00%	0,00%
Raramente	0	0	0,00%	0,00%
as vezes	0	0	0,00%	0,00%
muitas vezes	9	9	64,29%	64,29%
Sempre	5	14	35,71%	100,00%
TOTAL	14		100,00%	
ÚLTIMO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
Nunca	0	0	0,00%	0,00%
Raramente	1	1	5,56%	5,56%
as vezes	5	6	27,78%	33,33%
muitas vezes	10	16	55,56%	88,89%
Sempre	2	18	11,11%	100,00%
TOTAL	18		100,00%	

Fonte: Elaboração própria.

Evidencia-se que em relação aos alunos do primeiro período, grande parte dos alunos, informam entender as informações abordadas nas aulas muitas vezes, no quantitativo de 9 alunos, frequência relativa de 64,29%, e 5 alunos afirmam entender sempre os conhecimentos empreendidos nas aulas, representando 35,71% dos respondentes. No último período 10 alunos afirmam entender muitas vezes as informações tratadas nas aulas, com o percentual de 55,56% dos respondentes, 2 alunos afirmam sempre entender os assuntos tratados nas aulas, correspondendo a 11,11% dos respondentes, 5 alunos afirmam entender as vezes as informações

abordadas nas aulas, com o percentual de 27,78% dos respondentes, e 1 aluno afirma que raramente compreende as aulas, com o percentual de 5,56%.

Para entender a perspectiva dos alunos sobre o ensino de finanças na faculdade, foi perguntando aos alunos o quanto eles consideram o ensino sobre finanças importante no Curso de Ciências Contábeis. Assim, a Tabela 35 - Conhecimento sobre finanças no Curso de Ciências Contábeis? Apresenta a percepção dos acadêmicos do curso quanto a importância de finanças, com as seguintes informações que são:

Tabela 35 - Conhecimento sobre finanças no Curso de Ciências Contábeis?

PRIMEIRO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
Extremamente não importante	0	0	0,00%	0,00%
Pouco importante	0	0	0,00%	0,00%
Neutro	1	1	7,14%	7,14%
Importante	2	3	14,29%	21,43%
Muito importante	11	14	78,57%	100,00%
TOTAL	14		100,00%	
ÚLTIMO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
Extremamente não importante	0	0	0,00%	0,00%
Pouco importante	0	0	0,00%	0,00%
Neutro	1	1	5,56%	5,56%
Importante	3	4	16,67%	22,22%
Muito importante	14	18	77,78%	100,00%
TOTAL	18		100,00%	

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao grau de importância do estudo de finanças no ensino superior, no curso de Ciências Contábeis, a maior parcela dos acadêmicos do início do curso considera muito importante, no quantitativo de 11 alunos, representando 78,57% da amostra, 2 alunos consideram importante representando 14,29% dos respondentes, e 1 apresenta neutralidade, correspondendo ao percentual de 7,14% dos respondentes. No último período 14 acadêmicos consideram o estudo de finanças muito importante representando 77,78% dos respondentes, 3 alunos consideram importante, correspondendo a 16,67% dos respondentes, e um apresenta neutralidade, no percentual de 5,56%. Portanto, pressupõe-se que a grande maioria

dos acadêmicos do curso percebe a importância de conhecimentos relativos a educação financeira.

4.4. ETICA PROFISSIONAL E OS PRINCÍPIOS DE CONTABILIDADE

Finalizando a pesquisa preocupa-se saber sobre as competências e habilidades almejadas no Plano Pedagógico do Curso – PPC, de Ciências Contábeis, e a necessidade da atuação profissional do graduado, em caráter ético, com competência para o exercício profissional técnico e científico, com responsabilidade social e em atenção aos princípios de contabilidade. Então, para entender se os alunos tem compreensão da necessidade da atuação profissional ética, a Tabela 36 – Ética profissional é importante? Caracteriza-se, com os resultados sobre a percepção de importância da ética profissional, na atuação do contador, trazendo as informações, que são:

Tabela 36 – Ética profissional é importante?

PRIMEIRO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
Extremamente não importante	0	0	0,00%	0,00%
Pouco importante	0	0	0,00%	0,00%
Neutro	0	1	0,00%	0,00%
Importante	1	3	7,14%	7,14%
Muito importante	13	14	92,86%	100,00%
TOTAL	14		100,00%	
ÚLTIMO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
Extremamente não importante	0	0	0,00%	0,00%
Pouco importante	0	0	0,00%	0,00%
Neutro	0	1	0,00%	0,00%
Importante	2	4	11,11%	11,11%
Muito importante	16	18	88,89%	100,00%
TOTAL	18		100,00%	

Fonte: Elaboração própria.

Observa-se que tanto no primeiro, quanto no último período, os alunos deram elevado grau de importância à ética profissional, na atual do profissional de contabilidade. Sendo que, no primeiro período 13 alunos responderam como sendo

muito importante, resultando no percentual de 92,86% dos respondentes, e 1 aluno respondeu como sendo importante, no último período 16 alunos responderam como sendo muito importante, com a frequência relativa de 88,89% dos respondentes, e 2 alunos consideraram como sendo importante, correspondendo ao percentual de 11,11%.

Em relação ao conhecimento a cerca dos princípios de contabilidade, a Tabela 37 – Conhece os princípios da contabilidade? Pergunta-se aos acadêmicos, se eles entendem quais são os princípios de contabilidade, sendo os resultados apresentados, como sendo:

Tabela 37 – Conhece os princípios da contabilidade?

PRIMEIRO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
SIM	9	9	64,29%	64,29%
NÃO	0	9	0,00%	64,29%
Talvez	5	14	35,71%	100%
TOTAL	14		100,00%	
ÚLTIMO PERÍODO				
OPÇÕES DE RESPOSTA	Frequência absoluta	Frequência acumulada absoluta	Frequência relativa	Frequência relativa acumulada
SIM	16	18	88,89%	88,89%
NÃO	0	18	0,00%	88,89%
Talvez	2	18	11,11%	100%
TOTAL	18		100,00%	

Fonte: Elaboração própria.

Em relação ao conhecimento a cerca dos princípios de contabilidade, os acadêmicos do início do curso afirmaram em maior parcela conhecer os princípios, no quantitativo de 9 alunos, frequência relativa de 64,29% dos respondentes, e 5 alunos marcaram a opção talvez, o que demonstra grau de incerteza em relação ao enunciado da pergunta, os acadêmicos no último período no quantitativo de 16 alunos afirmaram conhecer os princípios, frequência relativa de 88,89% dos respondentes, e 2 alunos demonstraram incertezas na afirmação, ao selecionar a opção talvez, correspondendo a 11,11% dos respondentes.

5. CONCLUSÕES

Após a análise dos resultados, e comparação dos dados relacionados aos alunos do início do curso e fase de conclusão de curso, considera-se que os dados apreciados contemplam o objetivo da pesquisa geral e específico. A abordagem de diferentes elementos para tratar dos assuntos da pesquisa, em que se trata inicialmente do perfil socioeconômico dos acadêmicos, posterior feito a análise dos conhecimentos e práticas do viés da educação financeira, e aprendizado durante as aulas, bem o fatores que antecedem o ensino da graduação, em que se verificou fatos preexistentes, como educação durante a infância, com os familiares, e na escola no ensino fundamental e ensino médio, para estabelecer um critério que permita compreender a evolução dos conhecimentos dos alunos no transcorrer do aprendizado e graduação. Neste sentido, foram apresentados como perfis socioeconômicos dos alunos, seus conhecimentos sobre finanças, planejamento financeiro, orçamento doméstico, investimentos, serviços bancários de crédito, entre outros.

O transcorrer da história da educação humana, o fenômeno educativo tem como principal objetivo, o aprimoramento humano, através da propagação do conhecimento e informações, que são utilizados o desenvolvimento social econômico e social, de determinada sociedade, grupo ou comunidade. Sendo, o conhecimento agente transformador das condições de vida de um indivíduo.

A educação financeira se caracteriza como uma educação interdisciplinar, capaz de atribuir ao indivíduo que aprende, em situação de educando, a capacidade de interagir melhor com o seu dinheiro, tendo maior consciência dos seus recursos e capacidade de consumo, e controle de seus gastos, resultando numa melhoria da qualidade de vida, de quem aplica os conhecimentos as boas práticas na gestão de suas finanças pessoais.

Com os resultados da pesquisa é possível perceber, uma evolução nas práticas dos contadores em formação, no entendimento e aplicação do aprendizado sobre finanças. Esta formação também atende a interdisciplinaridade de uma educação, com grande variabilidade de informações, em que se espera a aplicação prática no exercício profissional após a graduação.

Conforme abordado no trabalho, o terceiro nível de graduação foi instituído,

com a finalidade de melhorar as condições econômicas de uma nação, atribuindo ao curso de Ciências Contábeis disciplinas voltadas para a necessidade de mercado, e da sociedade civil como um todo. O profissional contador ao concluir sua graduação, detém de capacidade de atuação com a aplicação de conhecimentos, voltados para o mercado de trabalho, organizações do viés público ou privado, empresários e pessoas. Sendo o profissional capaz de transmitir conhecimentos práticos, com clareza nas informações, conhecimentos estes capazes de transformar tanto organizações como indivíduos.

A atual crise econômica demandará dos contadores maior atuação, na gestão de finanças, e transmissão de conhecimentos aos seus clientes, tendo em vista o “status” de vulnerabilidade em que muitas empresas se encontram, na busca da sobrevivência, e é neste momento em que se assume a necessidade, de maior análise dos recursos e disponibilidades, conscientização quanto as capacidades de consumo e assumir despesas. Sendo assim, o exercício profissional da contabilidade se modifica diariamente, com atualização da legislação e das necessidades de mercado, sendo momento oportuno, para a especialização para consultoria financeira, para atuação na prestação de serviços direcionada à organizações, empresas e indivíduos.

A responsabilidade social na educação da sociedade civil, tanto em questão da educação fiscal, quanto em relação à educação financeira, é primordial para a saúde financeira de organizações ou indivíduos, e o bem estar financeiro, propicia aos que o praticam, maior capacidade de investimento e consumo, resultando em um aquecimento da economia, e o contador demonstra ter a completude de conhecimentos, para se tornar agente transformador social, neste atual período.

Os resultados da pesquisa demonstram que existe oportunidade de aprimorar os conhecimentos relacionados à educação financeira, em que se verificou que muitos acadêmicos detém o conhecimento sobre finanças, planejamento financeiro e orçamento doméstico, mas não o colocam em prática, conforme apresentando nos resultados e discussões. A mudança comportamental dar-se por um maior nível de esclarecimentos, dos benefícios das boas práticas sobre finanças. Podendo resultar em uma melhoria da qualidade de vida, e capacidade de evolução e desenvolvimento.

Na relação da composição das dívidas assumidas com serviços financeiros de crédito, partindo da abordagem da fundamentação, com relação ao fenômeno da democratização do acesso ao crédito, este fenômeno é constatado na sociedade, em

caráter global, e pode ser identificado em muitos países. O benefício ao crédito, sem o devido controle, planejamento e orçamento, pode suscitar em um maior endividamento da sociedade, conforme dados levantados, que demonstram que grande parte das famílias brasileiras, se encontram endividadas com cartões de crédito, o que se considera uma opção com menos benefícios, em razão da alta taxa de juros.

Os perfis dos usuários de crédito são caracterizados, com menor preponderância em assumir dívidas, por parte dos mais endividados. Para mudar esse quadro faz-se necessário maior disseminação de informações, que possibilitem aos usuários de serviços bancários, melhores alternativas para sair do “vermelho”. Os cidadãos brasileiros estão expostos a capacidade de assumir crédito

Cada dia as informações quanto a produtos financeiros para investimento ou consumo, se tornam mais complexas, demandando de maior conhecimento da população, para atuação como investidor ou consumidor de tais produtos. O que se espera com a disseminação da educação financeira, é a formação de indivíduo capaz de assumir suas interações com o dinheiro, de forma consciente e com criticidade, sabendo discernir entre as melhores opções de consumo e investimento, relacionadas à sua vida.

As boas práticas de educação financeira, não está interligado a um grande volume de rendimentos, e deve ser praticada por todos, independente do valor de seus rendimentos, pois o indivíduo que recebe muito ou pouco, deve se conscientizar das suas necessidade e capacidade de consumo. O controle de gastos, planejamento e orçamento são instrumentos a serem utilizados pela população em geral, pois só com as boas práticas é possível ter percepção do seu real status e condições econômicas.

Conclui-se, que os resultados demonstram que muitos acadêmicos são alfabetizados financeiramente, e conhecem as boas práticas sobre finanças, o que infere em saber como utilizar o dinheiro, controlar seus rendimentos, planejar suas finanças e praticar o orçamento doméstico. Entretanto, não é em absoluto que é realizada a aplicação desses conhecimentos, o que evidencia a necessidade de maior nível de informação e conscientização, quanto a interação com o dinheiro.

O acadêmico de contabilidade também é capaz de beneficiar a sociedade, com a transmissão de seus conhecimentos, em que se sugere o desenvolvimento de

projetos voltados à comunidade palmense, relacionados a educação financeira. Pois as informações apresentadas nas disciplinas podem ser multiplicadas, com o desenvolvimento de projetos voltados ao aprendizado comunitário, para a elaboração de um orçamento doméstico, planejamento financeiro e controle de gastos.

Então, o presente trabalho se finaliza com o entendimento, de que há necessidade de maior desenvolvimento dos conhecimentos sobre finanças, para melhoria de vida dos próprios acadêmicos, e para que os mesmos possam também influenciar seus futuros clientes, e a sociedade civil nas boas práticas sobre finanças. Portanto, espera-se que os participantes da pesquisa, possam um dia retribuir a educação a eles fornecida em caráter públicos, em que foram aplicados recursos governamentais, originários de tributos das relações comerciais e de serviços pagas pela população, transmitindo seus conhecimentos de forma compreensível, e melhorando as condições de vida da sociedade civil, como um todo.

REFERÊNCIAS

ABREU FILHO, José Carlos Franco; CRISTOVÃO, Pereira de; GONÇALVES, Danilo Américo; CURY, Marcos Vinicius Quintella. **Finanças Corporativas**. Editora FGV, Ed. 11, 145 páginas, 2014.

ALMEIDA, Felipe Mateus de. **O Conceito de Educação nos Clássicos da Sociologia**. Revista Científic@ n. 1, v. 3, pág. 117-128. Disponível em: <<http://periodicos.unievangelica.edu.br/index.php/cientifica/article/view/1923>>. Acessado em 20 de Maio de 2021.

AMADO, João. **Ciências da Educação – Que Estatuto Epistemológico?**. Revista Portuguesa De Pedagogia, 2011, p. 45-55. Disponível em: <impactum-journals.uc.pt/rppedagogia/article/view/1647-8614_Extra-2011_4>. Acessado em 15 de Maio de 2021.

AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. **Primórdios da Educação no Brasil**. Revista História da Educação, v. 10, n. 20, jul./dez. 2006. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/29264>>. Acessado em 15 de Maio de 2021.

ANBIMA. Raio X **Investidores Brasileiros**. 3º Edição, 2020. Disponível em: <https://www.anbima.com.br/pt_br/especial/raio-x-do-investidor-2020.htm#>. Acessado em 9 de Junho de 2021.

ARAUJO, Marta Maria; BRITO, Anderson Dantas da Silva; SEGUNDO, Israel Maria dos Santos. **O direito à educação no Brasil**. Revista Educação em Questão. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, v. 54 n. 42 (2016): set./dez. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/10962>>. Acessado em 15 de Maio de 2021.

ARAÚJO, I. S. de; BRANDÃO, V. B. G. **TRABALHO E RENDA NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL**. Revista Práxis, [S. l.], v. 2, p. 96–111, 2021. DOI: 10.25112/rpr.v2i0.2545. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistapraxis/article/view/2545>. Acesso em: 18 jun. 2021.

BAIALARDI, C., ROSA, P., PETRI, S.. O CONTADOR COMO COLABORADOR DA CONSCIENTIZAÇÃO TRIBUTÁRIA. REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - ISSN 2176-9036, América do Norte, 7, jan. 2015. Disponível em: <http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente/article/view/2236>. Acesso em: 18 Jun. 2021.

BARDIN. Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p. 1977.

BARROS, Alerrandre. **Com a pandemia, 20 estados tem taxa média de desemprego recorde em 2020**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30235-com-pandemia-20-estados-tem-taxa-media-de-desemprego-recorde-em-2020>>. Acessado em: 18 de Junho de 2021.

BCB. Banco Central do Brasil. **Caderno de Educação Financeira – Gestão de Finanças Pessoais**. Brasília: BCB, 2013. 72 p. Disponível também on-line texto integral: www.bcb.gov.br. Acessado em: 10 de Junho de 2021.

BCB, Banco Central do Brasil. **Taxas de Juros**. Jun. 2021. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/txjuros>>. Acessado em: 30 de Junho de 2021.

BCB, Banco Central do Brasil. **Perfil dos Usuários de cartão de crédito**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/Perfil_usuarios_cartao_credito_taxa_juros_rotativo.pdf>. 2017. Acessado em: 30 de Junho de 2021

BUGARIM, Maria Clara Cavalcante; FILHO, Joaquim de Alencar Bezerra; VASCONCELOS, Adriana; ALMEIDA, Augusto Luiz de; GONÇALVES, Clara Germana Campos; CARVALHO, Elys Tevania Alves de Souza Carvalho; NETO, José Carvalho da Silva; CARNEIRO, José Henrique Domingues. **Orçamento familiar e o Controle Social Instrumentos de Organização da Sociedade**. Brasília-DF, 2011. Disponível em: <https://www.crc-ce.org.br/crcnovo/files/orcamento_familiar.pdf>. Acessado em: 08 de Junho de 2021.

BRASIL. Alvará de 15 de Julho de 1809. Instituiu as aulas de Comércio no Rio de Janeiro. Disponível em: <[www.browm.edu/Facilities/John Carter Brown Library/C/1809_docs?L23_p01](http://www.browm.edu/Facilities/John_Carter_Brown_Library/C/1809_docs?L23_p01)> Acessado em: 02 de Junho de 2021.

BRASIL. Lei no . 9.324, de 20 de novembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: SENADO FEDERAL. Legislação Republicana Brasileira. Brasília, 1996. Disponível em: . Acessado em 15 de Maio de 2021.

BRASIL. Resolução CNE/ CES no . 10, de 16 de dezembro de 2004. Institui as Diretrizes Nacionais Curriculares para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências. In: CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR. Legislação Republicana Brasileira. Brasília, 2004. Disponível em: . Acessado em 15 de Maio de 2021.

BRASIL, Decreto nº. 7.397, de 22 de Dezembro de 2010. Institui a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF, dispõe sobre a sua gestão e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7397.htm>. Acessado em: 07 de Junho de 2021.

BRASIL, Decreto nº. 1763, de 14 de maio de 1856. Dá novos estatutos à aula do commercio da Côrte. Coleção de Leis do Império do Brasil.

BRASIL, Decreto nº. 2741, de 9 de fevereiro de 1861. Dá nova organização ao Instituto Commercial do Rio de Janeiro. Coleção de Leis do Império do Brasil.

BRASIL, Decreto-Lei n. 3058, de 11 de março de 1863. Dá novos estatutos ao Instituto Commercial do Rio de Janeiro. Coleção de Leis do Império do Brasil.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL, INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Censo da Educação Superior Brasileira: Resumo Técnico 2009**. Brasília, DF: INEP/MEC, 2009. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/>

censo/2009/resumo_tecnico2009.pdf. Acesso: em 15 de Maio de 2021.

BRUSSOLO, Fábio. **As diretrizes curriculares dos cursos de graduação em Ciências Contábeis x o mercado de trabalho através das ofertas de emprego para a área contábil na Grande São Paulo: uma análise crítica. Dissertação (mestrado)**. Centro Universitário Álvares Penteado, São Paulo, 2002. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/superior/censo/2009/resumo_tecnico2009.pdf>. Acesso: em 04 de Junho de 2021

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CERBASI, Gustavo. Pais Inteligentes enriquecem seus filhos. Rio de Janeiro: Sextane, pág. 1-25, 2011.

CERBASI, Gustavo. Como organizar sua vida financeira. Editora Elsevier, Rio de Janeiro, 2009.

CAVALCANTE, Joseneide Franklin. **Educação Superior: Conceitos, Definições e Classificações**. Brasília, 2000. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkKW1/document/id/486167>. Acessado em 30 de Maio de 2021.

COELHO, Namilton Nei Alves; CAMARGOS, Marco Antonio de. Investimentos em previdência privada fechada: uma análise comparativa com outras opções de aplicações financeiras no Brasil. Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão, v. 10, n. 2, p. 7-24, 31 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/contextus/article/view/32146>>. Acessado em 15 de Maio de 2021.

COOPER, Larê Sandra; STOLTZ, Tânia. **Conhecimento social: o caso do pagamento mínimo da fatura do cartão de crédito**. Ensino em Re-Vista. 25, 1 (mar. 2018), 82-106. Disponível em: DOI:<https://doi.org/10.14393/ER-v25n1a2018-04>. Acessado em 15 de Maio de 2021.

COSTA, José Junio Souza da. **A Educação segundo Paulo Freire: uma primeira Análise Filosófica**. Theoria - Revista Eletrônica de Filosofia Faculdade Católica de Pouso Alegre, Vol. 07, nº. 18, 2015, pág. 72-88. Disponível em: <<https://www.theoria.com.br/edicao18/06182015RT.pdf>>. Acessado em 15 de Maio de 2021.

DESTEFANI, Sonia Maria. Educação financeira na infância. **Eventos Pedagógicos**, Local de publicação (editar no plugin de tradução o arquivo da citação ABNT), 6, nov. 2015. Disponível em: <<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/2012>>. Acesso em: 15 Jun. 2021..

DONADIO, Rosimara; CAMPANARIO, Milton de Abreu; RANGEL, Armênio de Sousa. **O Papel da Alfabetização Financeira e do Cartão de Crédito no Endividamento dos Consumidores Brasileiros**. REMARK Revista de Marketing, vol. 11, nº. 1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/remark/article/view/12510>. Acesso em: 29 Junho 2021..

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. Editorial Presença, 9ª Edição, São Paulo: Martin Claret, 2001. Disponível em: <<https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2018/05/As-Regras-Do-Metodo-Sociologico-Emile-Durkheim.pdf>>. Acessado em 15 de Maio de 2021.

ENEF. **Mapa da Educação Financeira.** Arquivo PDF. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2018/05/Mapeamento_2018.pdf>. Acessado em 07 de junho de 2021.

FAUST, André. **"A moeda que subiu 200 000%: essa foi a valorização da bitcoin, uma moeda virtual que pode ser emitida por qualquer pessoa que tenha um computador ligado a internet. A questão é: da para confiar num sistema desses?"** Exame, vol. 45, no. 16, 7 Sept. 2011, p. 174+. Gale Academic OneFile. Disponível em: <<link.gale.com/apps/doc/A270809694/AONE?u=capes&sid=bookmark-AONE&xid=b351603c>>. Accessed 18 June 2021.

FILHO, Paulo de Souza. **Atendimento à famílias e indivíduos em situação de risco e vulnerabilidade social.** GESUAS, dez. 2017. Disponível em: <https://www.gesuas.com.br/blog/atendimento-risco-e-vulnerabilidade/>. Acessado em: 3 de julho de 2021.

FEIJÓ, Carmem Aparecida; RAMOS, Rober Luis Olinto; LIMA, Fernando Carlos G. de Cerqueira; FILHO, Nelson Henrique Barbosa Filho; PALIS, Rebeca Palis; RAMOS, Roberto Luis Olinto. **Contabilidade Social.** Elsevier Editora Ltda, 2013, Capítulo 3.

ROSA, Luiz Carlos Goiabeira; BIZELLI, Rafael Ferreira, FÉLIX, Vinícius Cesar. **Vulnerabilidade e hipossuficiência no contrato existencial de consumo.** Scientia Iuris, Londrina, v. 21, n. 1, p.155-188, mar. 2017. Disponível em: DOI: 10.5433/2178-8189.2017v21n1p155. ISSN: 2178-8189. Acessado em: 3 de julho de 2021.

FERREIRA, Denilson Carrijo; GANDOLFI, Peterson Elizandro. O planejamento financeiro familiar como estratégia de empoderamento de uma comunidade economicamente vulnerável. Revista Em Extensão, v. 17, n. 1, p. 93-104, 9 ago. 2018. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/40750>>. Acessado em 08 de junho de 2021

FLORES, Kátia Maia; PEREIRA, Isabel Cristinha Auler; CARVALHO, Roberto. Projeto Político Institucional da UFT (PPI). 2006. Arquivo pdf disponível em: <http://download.uft.edu.br/?d=1f1b9036-7c3a-4db5-b793-17cec631e709;1.0:ppi.pdf>. Acessado em 19 de junho de 2021

FREIRE, Sara Filipa Rodrigues. Os atributos do investidor que explicam a sua propensão face ao risco na alocação das suas poupanças. Coimbra, 2012. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/21285>>. Acessado em: 11 de Junho de 2021.

FILHO, Bolívar Godinho Oliveira. **Fundos de Investimento no Brasil.** Revista Administração em Diálogo - RAD, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.20946/rad.v1i1.12513>>. Acessado em 08 de junho de 2021.

GUERRA, Luiz Antonio. Sexo, gênero e sexualidade. Revista Info Escola, 2014. Disponível em: <https://www.infoescola.com/sociologia/sexo-genero-e-sexualidade/>. Acessado em: 3 de Julho de 2021.

GRAF, K. S. On The Origins of Bitcoin:: Stages of Monetary Evolution – Part II. MISES: Interdisciplinary Journal of Philosophy, Law and Economics, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 121–139, 2016. DOI: 10.30800/mises.2016.v4.827. Disponível em: <https://misesjournal.org.br/misesjournal/article/view/827>. Acesso em: 18 jun. 2021.

HOFMANN, Ruth Margareth; MORO, Maria Lucia Faria. Educação matemática e educação financeira: perspectivas para a ENEF. Unicamp – v. 20, n. 38 – jul/dez 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/zetetike/article/view/8646609>>. Acessado em 08 de junho de 2021

HURTADO, Antonio Paulo Guillen; FREITAS, Carlos Cesar Garcia. A importância da educação financeira na educação de jovens e adultos. Revista de Educação Popular, v. 19, n. 3, p. 56-76, 23 nov. 2020. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/52731>>. Acessado em 08 de junho de 2021.

IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF. 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9050-pesquisa-de-orcamentos-familiares.html>>. Acessado em 08 de junho de 2021.

JUNIOR, Luiz Honorato da Silva Júnior; SAMPAIO, Yony. **Notas Sobre Pobreza e Educação no Brasil**. Prob. Des vol.41 no.163 México oct./dic. 2010 Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0301-70362010000400005>. Acessado em 15 de Maio de 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M.A. Fundamentos de metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LIMA, Antonio Bosco de. **Reforma e qualidade da educação no Brasil**. Universidade Estadual de Campinas. V. 9 N. 33E: MAIO. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639534>>. Acessado em 15 de Maio de 2021.

LIMA, Kátia Regina de Souza. **A Educação Superior no plano nacional de Educação: 2011-2020**. Revista do Centro de Ciências da Educação. V. 30, nº. 2, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-795X.2012v30n2p625>> Acessado em 18 de Maio de 2021.

LUCIAN, Rael; DORNELAS, Jairo Simião. **Mensuração de Atitude: Proposição de um Protocolo de Elaboração de Escalas**. RAC, Rio de Janeiro, V19, 2º Edição Especial, Art. 3, pág 157-177, Ago. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rac/a/xbHN8JRbG6f4N7h3Ms8y7bx/?format=pdf&lang=pt>>. Acessado em: 01 de Julho de 2021.

MANCEDO, Deise; SILVA, João dos Reis Júnior; LEDA, Denise Bessa. **O Trabalho nas Instituições de Ensino Superior**. Journal Volume & Issue, Vol. 32, nº. 3, pág; 739-757. Disponível em: <<https://doi.org/10.21573/vol32n32016.68572>> Acessado em 18 de Maio de 2021.

MARTINS, G. A.; THE ÓPHILO, C. R. Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MASOLA, Wilson de Jesus; ALLEVATO, Norma Suely Gomes. **Educação Superior no Brasil: Traços da História**. Revista de Ensino de Ciências e Matemática, v. 8, n. 1, p. 98-108, 7 abr. 2017. Disponível em: <doi.org/10.26843/rencima.v8i1.1180> Acessado em 18 de Maio de 2021.

MEC. Resolução CFE s.n., de 8 de fevereiro de 1963. Fixa os mínimos de conteúdo e duração dos cursos de Ciências Atuariais, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Passarinho,

Yesislícia (org). Resoluções e Portarias do Conselho Federal de Educação -1962/1978. Brasília: DF – CFE – 1979.

MEC. Resolução CFE n. 3, de 3 de outubro de 1992. Fixa os mínimos de conteúdo e duração do curso de graduação em Ciências Contábeis.

MEC. Ministério da Educação. Resolução CNE/CES n. 10, de 16 de dezembro de 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Ciências Contábeis, bacharelado, e dá outras providências.

MEC. Ministério da Educação. Censo da Educação Superior de 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acessado em: 3 de julho de 2021.

MEDEIROS, Flaviani Souto Bolzan, LOPES, Taize de Andrade Machado. Finanças pessoais: um estudo com alunos do curso de Ciências Contábeis de uma IES privada de Santa Maria – RS. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, [S.l.], v. 7, n. 2, p. 221-251, ago. 2014. ISSN 1984-3372. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/EeN/article/view/1966/1688>>. Acesso em: 16 jun. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.19177/reen.v7e22014221-251>.

MORAES, Mário Cesar Barreto; KALNIN Guilherme Felipe. **Qualidade na Educação Superior: uma visão teórica da evolução conceitual no campo da educação superior**. Journal Volume & Issue. V. 26, nº. 100, pág. 530-55. Disponível em: <doi.org/10.1590/s0104-40362018002601114>. Acessado em 18 de Maio de 2021.

NOVELI, Pedro Geraldo. **O Conceito de Educação em Hegel**. Ensaios • Interface, São Paulo, Botucatu, Ago 2001. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1414-32832001000200005>> Acessado em 15 de Maio de 2021.

OECD. Princípios e Boas Práticas de Conscientização e Educação Financeira. CVM, 2005. Disponível em: <[https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/\[PTI\]20Recomenda%C3%A7%C3%A3o20Princ%C3%ADpios20de20Educa%C3%A7%C3%A3o20Financeira20200520.pdf](https://www.oecd.org/daf/fin/financial-education/[PTI]20Recomenda%C3%A7%C3%A3o20Princ%C3%ADpios20de20Educa%C3%A7%C3%A3o20Financeira20200520.pdf)>. Acessado em 08 de junho de 2021.

OLIVIERI, Maria de Fátima Abud. **Educação Financeira**. Revista Eniac Pesquisa, 01 July 2013, Vol.2(1), pp.43-51. Disponível em: <<https://ojs.eniac.com.br/index.php/EniacPesquisa/article/view/108>>. Acessado em 15 de Maio de 2021.

OTT, Ernani; PIRES, Charline Barbosa. **Estrutura curricular do curso de Ciências Contábeis no Brasil versus estruturas curriculares propostas por organismos internacionais: uma análise comparativa**. Revista Universo Contábil, Blumenau, vol. 6, nº. 1, p. 28-45, março, 2010. Disponível em: <<https://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/1147>>. Acessado em 03 de junho de 2021.

PAULA, Tainah de. **Técnicas de Amostragem**. CAPCS, ago. 2019. Disponível em: <http://www.capcs.uerj.br/tecnicas-de-amostragem/>. Acessado em: 30 de Junho de 2021.

PERONI, Vera Maria Vidal; FLORES, Maria Luiza Rodrigues. **Sistema Nacional, Plano Nacional e Gestão Democrática da educação no Brasil: Articulações e Tensões**. Educação, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 180-189, maio-ago. 2014. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/16342/11737>>.

Acessado em 15 de Maio de 2021.

PELEIAS, Ivan Ricardo; BACCI, João. Pequena Cronologia do Desenvolvimento Contábil no Brasil: Os Primeiros Pensadores, a Padronização Contábil e os Congressos Brasileiros de Contabilidade. Revista Administração On Line Vol.5, No.3, p.39–54, 2004. Disponível em: <<https://document.onl/documents/pequena-cronologia-do-desenvolvimento-contabil-no-brasil-os-.html>>. Acessado em 01 de Junho de 2021.

PIMENTEL, Andreia de Souza; Filho, Geraldo Alemandro Leite. Relação entre a execução e entendimento do princípio da entidade e o controle financeiro pessoal dos empresários de micro e pequenas empresas. Revista FOCO V.12, nº. 2, p.27-48, mar./jun. 2019. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/333834696_Relacao_entre_a_execucao_e_entendimento_do_principio_da_entidade_e_o_controle_financeiro_pessoal_dos_empresarios_de_micro_e_pequenas_empresas>. Acessado em: 10 de Junho de 2021.

POLIDORI, Marlis Morosini; RETTI, Ana Maria de Mattos; MORAES, Mario Cesar Barreto; CASTRO Maria Cristina Lima. Políticas de Avaliação da Educação Superior Brasileira. Revista Educação X Realidade, vol. 36 nº. 1. Disponível em: <seer.ufrgs.br/educacaoerealidade>. Acessado em 30 de Maio de 2021.

QUEIROZ, Fábio José Cavalcanti de, FARIAS, Paula Emanuela Lima de. **O Conceito de Educação para Revolução em Lênin**. Revista Labor, 2018, Vol. 2, no. 18, pág. 150-163. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/33513/73407>>. Acessado em 20 de Maio de 2021.

QUINTANA, Alexandre Costa; PERAZO, Ana Néles Chaves; FERNANDES, Vera Lucia Pinheiro. **A grade curricular dos cursos de Ciências Contábeis e os resultados institucionais no ENADE: um estudo nas disciplinas da área da contabilidade financeira e orçamento**. Revista GUAL, Florianópolis, vol. 6 nº.3, pág. 127-145, setembro, 2013. Disponível em: [dx.doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n3p127](https://doi.org/10.5007/1983-4535.2013v6n3p127). Acessado em: 03 de Junho de 2021.

REIS, Aline de Jesus; SILVA, Selma Leal da. A história da Contabilidade no Brasil. Revista UNIFACS, Vol. 11, nº. 1, 2007. Disponível em: <<https://revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/299>>. Acessado em: 03 de Junho de 2021.

RÖHR, Ferdinand. **Um conceito básico da Educação no pensamento filosófico e pedagógico de Otto Friedrich Bollnow**. EccoS Revista Científica, núm. 26, julho-dezembro, 2011, pág.. 193-208 Universidade Nove de Julho São Paulo, Brasil. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71522347012>>. Acessado em 20 de Maio de 2021.

SANTOS, José Odálio dos; FAMA, Rubens. Avaliação de Estratégias para a redução do risco de inadimplência em carteiras de crédito bancário rotativo de pessoas físicas. Revista Conabilidade Financeira, vol. 17, nº. 42, dez. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1519-70772006000300008>. Acessado em 20 de Maio de 2021.

SAVIANI, Dermeval História da história da educação no brasil: um balanço prévio e necessário. EccoS Revista Científica. 2008, pág. 147-167. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=71509907>. Acessado em 20 de Maio de 2021.

SILVA, Antonio João Hocayen da. Metodoloia de pesquisa: conceitos gerais. UNICENTRO Paraná, 2014. Disponível em: <<http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/bitstream/123456789/841/1/Metodologia-da-pesquisa-cient%C3%ADfica-conceitos-gerais.pdf>>. Acessado em: 30 de junho de 2021.

SOARES, Sandro Vieira; RICHARTZ, Fernando; VOSS, Barbara de Lima; FREITAS, Claudio Luis de. **Evolução do currículo de Contabilidade no Brasil desde 1809**. Revista Catarinense da Ciência Contábil, [S. l.], v. 10, n. 30, p. p. 27–42, 2012. Disponível em: <https://revista.crcsc.org.br/index.php/CRCSC/article/view/1225>. Acesso em: 12 jun. 2021.

SOUZA Liliane Santos. **A importância da educação financeira nas empresas sob o aspecto da produtividade e da redução dos acidentes de trabalho**. Revista Científica Hermes n. 8, p.140-149, jan.- jun.,2013. Disponível em: <<http://www.fipen.edu.br/hermes1/index.php/hermes1/article/view/76>>. Acessado em: 05 de junho de 2021.

SILVA, Thiago Bruno de Jesus; LAY, Luis Antonio; SOUSA, Alisson Manoel de; NOGUEIRA, Paula Graciele Coelho de Paula; VALERETTO, Gerson João. **Educação financeira, interação com os pais e outros fatores relacionados ao uso de cartões de crédito por estudantes de contabilidade**. REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL - Universidade Federal do Rio Grande do Norte - ISSN 2176-9036, v. 11, n. 2, p. 131-151, 3 jul. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/ambiente/article/view/15616>. Acessado em: 05 de junho de 2021.

SILVA, Daniele Flores da. **Educação financeira como prática pedagógica na educação infantil**. Eventos Pedagógicos, 7, dez. 2016. Disponível em: <<http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/2515>>. Acessado em 07 de junho de 2021.

TEIXEIRA, P. J. M. Uma experiência didática em Educação Financeira Crítica. REMAT: Revista Eletrônica da Matemática, v. 2, n. 2, p. 51-71, 9 nov. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/REMAT/article/view/1529>>. Acessado em 07 de junho de 2021.

Trindade, Larissa, & Brondani, Gustavo. A CONTABILIDADE E SUA RESPONSABILIDADE SOCIAL. Revista Eletrônica de Contabilidade, vol. 2, nº. 3, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/REMAT/article/view/1529>>. Acessado em 07 de junho de 2021.

TRINDADE, Larissa de Lima. Determinantes da propensão ao endividamento: um estudo nas mulheres da mesorregião centro ocidental rio-grandense. Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, Santa Maria, 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/4550/TRINDADE%2c%20LARISSA%20DE%20LIMA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acessado em 07 de junho de 2021.

UFT, Universidade Federal do Tocantins. **Resolução nº. 07 de 15 de abril de 2015**. Dispõe sobre a atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Ciências Contábeis (Câmpus de Palmas). Disponível em: <<https://docs.uft.edu.br/share/s/kumvAHd2QEKemTgC9BVuBA>>. Acessado em: 5 de julho de 2021.

VALENTINA, José Donizete. Contadores são fundamentais para a sobrevivência dos negócios na crise. Disponível em: <<https://online.crcsp.org.br/portal/noticias/noticia.asp?c=3599#>>. Acessado em 07 de junho

de 2021.

VIEIRA, Glauciane; OLIVEIRA, Marilene, PESSOA, Cristiane Azevedo dos Santos. Educação Financeira: análise dos cadernos do MEC para séries iniciais. Revista Multidisciplinar em Educação, vol. 6, nº.3, 2019. Disponível em: <<https://www.periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/3273>>. Acessado em 07 de junho de 2021.

APÊNDICE I - QUESTIONÁRIO

PROSPECÇÃO DOS NÍVEIS DE CONHECIMENTO DOS ACADÊMICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - UFT, SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA.

TERMO DE CONSENTIMENTO

O(a) Senhor(a) está sendo convidado a participar da pesquisa "PROSPECÇÃO DOS NÍVEIS DE CONHECIMENTO DOS ACADÊMICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - UFT, SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA" desenvolvida por "Italo Alves Pacheco", graduando do Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal do Tocantins, sob a orientação da Professora Marli Terezinha Vieira.

Esta pesquisa pretende analisar o perfil socioeconômico dos alunos do Curso de Ciências Contábeis, tratando de informações sobre a área de finanças pessoais, emprego e renda, também serão apresentadas na pesquisa questões sobre conhecimento e práticas relacionadas a área financeira, e por fim pesquisa de satisfação com os conhecimentos apreendidos no Curso de Ciências Contábeis, durante o período de pandemia.

Esta pesquisa segue estritos protocolos éticos e de confidencialidade e o tempo médio de duração é de 10 min. Vossa contribuição para a pesquisa, poderá resultar em uma melhor percepção do ensino sobre finanças, podendo servir de base para a construção de novos projetos e políticas públicas de ensino.

Ao participar desta pesquisa você se considera ciente de que sua privacidade será respeitada, ou seja, seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, identificar o respondente, será mantido em sigilo, podendo se recusar a participar do estudo, ou retirar seu consentimento a qualquer momento comunicando o responsável pela pesquisa, sem precisar se justificar, por desejar sair da pesquisa, não sofrerá qualquer prejuízo.

O pesquisador envolvido com o referido projeto Italo Alves Pacheco, acadêmico estará disponível para quaisquer esclarecimentos, através do endereço eletrônico italoalvespacheco@mail.uft.edu.br. É assegurada a assistência durante toda a pesquisa, bem como lhe é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesta seu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por sua participação.

*Obrigatório

1. Declaração de consentimento *

Marque todas que se aplicam.

Eu li o termo de consentimento e concordo em Participar da Pesquisa "PROSPECÇÃO DOS NÍVEIS DE CONHECIMENTO DOS ACADÊMICOS DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - UFT, SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA" E-mail *

Pesquisa socioeconômica

Perfil dos entrevistados

2. Qual o seu nome?

3. Quanto ao sexo, o entrevistado se auto declara?

Masculino

Feminino

Outros: _____.

4. QUANTO A IDADE *

IDADE INFERIOR A 20 ANOS

21 A 25 ANOS

- () 26 ANOS 30 ANOS
 () 31 A 35 ANOS
 () 36 A 40 ANOS
 () SUPERIOR A 40 ANOS DE IDADE

5. QUAL PERÍODO VOCÊ SE ENCONTRA?

- () PRIMEIRO PERÍODO
 () OITAVO PERÍODO

6. ATUALMENTE VOCÊ SE ENCONTRA EM EMPREGO REMUNERADO?

Marcar apenas uma oval.

- () SIM, ESTOU EMPREGADO.
 () NÃO, ESTOU DESEMPREGADO
 () Outros: _____.

7. SUA RENDA FAMILIAR RELATIVA AO SALÁRIO MÍNIMO, EQUIVALE A QUAL VALOR EM MÉDIA?

Marcar apenas uma oval.

- Inferior a 1 salário mínimo, menor que o valor de R\$ 1.100,00
 Entre 1 salário mínimo e 3 salários mínimos, entre o valor de R\$ 1.100,00 e R\$ 3.300,00
 superior a 3 salários mínimos e inferior a 6 salários mínimos, entre os valores de R\$ 3.300, 00 e R\$ 6.600,00
 superior a 6 salários mínimos e 9 salários mínimos, entre os valores de R\$ 6.600, 00 e R\$ 9.900,00
 Superior a 9 salários mínimos, superior ao valor de R\$ 9.900,00

8. QUAL SUA RENDA MENSAL?

- Nenhuma renda.
 Inferior a um salário mínimo, no valor de R\$ 1.100,00
 superior a 1 salários mínimos e inferior a 3 salários mínimos, entre os valores de R\$ 1.100, 00 e R\$ 3.300,00
 superior a 3 salários mínimos e inferior a 6 salários mínimos, entre os valores de R\$ 3.300, 00 e R\$ 6.600,00
 Superior a 6 salários mínimos, valor superior a R\$ 6.600,00.

9. Com relação a endividamentos, você se considera?

Marcar apenas uma oval por linha.

Nenhum pouco Pouco Neutro Muito Extremamente

Grau de endividamento

10. Você sabe o significado de educação financeira?

Marcar apenas uma oval.

() SIM.

() NÃO.

12. Você já recebeu ensinamentos sobre educação financeira nas escolas públicas ou privadas, e educação familiar exercida por parte de seus pais ? (pode selecionar mais de uma opção)

Marque todas que se aplicam.

Aprendi sobre educação financeira com meus pais	Aprendi sobre educação financeira no ensino fundamental	Aprendi sobre no Ensino Médio	Aprendi sobre educação financeira no pré-escolar	Aprendi sobre educação financeira na faculdade	Não aprendi sobre educação financeira	Não sei responder.
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

13. Você considera educação financeira importante?

Marcar apenas uma oval por linha.

	Extremamente não importante	Pouco importante	Neutro	Importante	Muito importante
Eu considero	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

14. Você sabe o que significa Planejamento Financeiro?

() SIM.

() NÃO.

15. Planejamento Financeiro *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Extremamente não importante	Pouco importante	Neutro	Importante	Muito importante
Eu considero	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

16. Você sabe o que significa Orçamento Doméstico ou Familiar? *

() SIM.

() NÃO

17. Você sabe o que significa Orçamento Doméstico ou Familiar *

	Extremamente não importante	Pouco importante	Neutro	Importante	Muito importante
Eu considero	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

18. Você pratica o orçamento familiar em uma planilha em excel, caderno de anotações ou papel?

Sim

Não

19. Você sabe o significado de investimento?

Sim

Não

20. Investimentos

	Extremamente não importante	Pouco importante	Neutro	Importante	Extremamente importante
Eu considero	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

23. Você já praticou algum desses investimentos (pode selecionar mais de uma alternativa)

	Títulos Públicos/Tesouro Direto	Caderneta de Poupança	Fundos de Investimento	Certificado de Depósito Bancário - CDB e Recibo de Depósito Bancário RDB	Investimentos em ações	LCI ou LCA	Criptomoedas ou Bitcoin	Nenhuma das alternativas
Investimento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

24. Você sabe a definição de receita e despesa? *

Marcar apenas uma oval.

SIM

NÃO

TALVEZ

25. Você sabe a definição impostos, taxas e contribuições? *

Sim Não

Talvez

Sobre o Curso de Ciências Contábeis

26. Qual seu grau de satisfação com o aprendizado no Curso de Ciências Contábeis?

Nenhum pouco satisfeito

Pouco satisfeito

Neutro

Satisfeito

Muito Satisfeito

Eu me considero

27. Com relação ao aprendizado do Curso de Ciências Contábeis, neste período de pandemia, qual seu nível de satisfação? *

Nada satisfeito

Pouco satisfeito

Neutro

Satisfeito

Muito satisfeito

Você está?

28. Você compreende as aulas e as informações passadas durante as aulas de modo geral?

Nunca

Raramente

As vezes

Muitas vezes

Sempre

Eu entendo

29. Conhecimento sobre finanças no Curso de Ciências Contábeis? *

Nenhum pouco importante

Pouco importante

Neutro

Importante

Muito Importante

Você considera

30. Ética profissional é importante?

Nenhum pouco importante Pouco importante Neutro Importante Muito Importante

Você considera

31. Conhece os princípios da contabilidade?

SIM

NÃO

TALVEZ

APÊNDICE II – TABULAÇÃO DOS RESULTADOS

QUANTO AO SEXO VOCÊ SE CONSIDERA?	
PRIMEIRO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
MASCULINO	3
FEMININO	11
OUTROS	0
TOTAL	14
ÚLTIMO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
MASCULINO	7
FEMININO	11
OUTROS	0
TOTAL	18
QUAL SUA IDADE?	
PRIMEIRO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
idade menor de 20	11
21 a 25 anos	2
26 a 30	0
31 a 35	1
36 a 40	0
superior a 40 anos	0
TOTAL	14
ÚLTIMO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
idade menor de 20	0
21 a 25 anos	8
26 a 30	6
31 a 35	1
36 a 40	1
superior a 40 anos	2
TOTAL	18
ATUALMENTE ENCONTRA-SE EMPREGADO?	
PRIMEIRO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
SIM, ESTOU EMPREGADO	8
NÃO, ESTOU DESEMPREGADO	6
OUTRO	0
TOTAL	14
ÚLTIMO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS

SIM, ESTOU.	15
NÃO, ESTOU DESEMPREGADO	2
OUTRO	1
TOTAL	18
QUAL SUA RENDA FAMILIAR?	
PRIMEIRO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
inferior a 1 salário mínimo, no valor de 1100	2
entre 1 salário mínimo e 3 salários mínimos	7
superior a 3 salários mínimos e inferior a 6 salários mínimos	3
superior a 6 salários mínimo e inferior a 9 salários mínimos	1
superior a 9 salários mínimos	1
TOTAL	14
ÚLTIMO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
inferior a 1 salário mínimo, no valor de 1100	2
entre 1 salário mínimo e 3 salários mínimos	12
superior a 3 salários mínimos e inferior a 6 salários mínimos	3
superior a 6 salários mínimo e inferior a 9 salários mínimos	1
superior a 9 salários mínimos	0
TOTAL	18
QUAL SUA RENDA PRÓPRIA?	
PRIMEIRO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
nenhuma renda	6
inferior a 1 salário mínimo, no valor de 1100	6
superior a 1 salário mínimo e inferior a 3 salários mínimos	2
superior a 3 salários mínimos e inferior a 6 salários mínimos	0
superior a 6 salários mínimos	0
TOTAL	14
ÚLTIMO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
nenhuma renda	1
inferior a 1 salário mínimo, no valor de 1100	2
superior a 1 salário mínimo e inferior a 3 salários mínimos	14
superior a 3 salários mínimos e inferior a 6 salários mínimos	1
superior a 6 salários mínimos	0
TOTAL	18
TABELA 6 - GRAU DE ENDIVIDAMENTO	
PRIMEIRO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
nenhum pouco	8
Pouco	4
Neutro	2

Muito	0
Extremamente	0
TOTAL	14
ÚLTIMO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
nenhum pouco	6
Pouco	10
Neutro	1
Muito	1
Extremamente	0
TOTAL	18
VOCÊ SABE O QUE É EDUCAÇÃO FINANCEIRA?	
PRIMEIRO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
SIM	14
NÃO	0
TOTAL	14
ÚLTIMO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
SIM	18
NÃO	0
TOTAL	18
Você já recebeu ensinamentos sobre educação financeira nas escolas públicas ou privadas, ou educação familiar exercida por parte de seus pais ?	
PRIMEIRO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
Aprendi sobre educação financeira com meus pais	8
Aprendi sobre educação financeira no ensino fundamental	0
Aprendi sobre no ensino médio	2
Aprendi sobre educação financeira no pré-escolar	0
Aprendi sobre educação financeira na faculdade	3
Não aprendi sobre educação financeira	3
Não sei responder.	0
TOTAL	16
ÚLTIMO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
Aprendi sobre educação financeira com meus pais	7
Aprendi sobre educação financeira no ensino fundamental	0
Aprendi sobre no ensino médio	3
Aprendi sobre educação financeira no pré-escolar	0
Aprendi sobre educação financeira na faculdade	10
Não aprendi sobre educação financeira	0
Não sei responder.	0
TOTAL	20

GRAU DE IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA	
PRIMEIRO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
extremamente não importante	2
pouco importante	0
Neutro	0
Importante	1
muito importante	11
TOTAL	14
ÚLTIMO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
extremamente não importante	6
pouco importante	0
Neutro	0
Importante	0
muito importante	12
TOTAL	18
SABE O SIGNIFICADO DE PLANEJAMENTO FINANCEIRO?	
PRIMEIRO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
SIM	14
NÃO	0
TOTAL	14
ÚLTIMO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
SIM	18
NÃO	0
TOTAL	18
GRAU DE IMPORTÂNCIA PLANEJAMENTO FINANCEIRO	
PRIMEIRO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
extremamente não importante	1
pouco importante	0
Neutro	0
Importante	1
muito importante	12
TOTAL	14
ÚLTIMO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
extremamente não importante	3
pouco importante	0
Neutro	0
Importante	1
muito importante	14

TOTAL	18
VOCÊ SABE O SIGNIFICADO DE ORÇAMENTO FAMILIAR OU ORÇAMENTOD DOMÉSTICO?	
PRIMEIRO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
SIM	14
NÃO	0
TOTAL	14
ÚLTIMO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
SIM	17
NÃO	1
TOTAL	18
GRAU DE IMPORTÂNCIA ORÇAMENTO DOMÉSTICO OU FAMILIAR	
PRIMEIRO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
extremamente não importante	1
pouco importante	0
Neutro	0
Importante	4
muito importante	9
TOTAL	14
ÚLTIMO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
extremamente não importante	3
pouco importante	0
Neutro	1
Importante	1
muito importante	13
TOTAL	18
VOCÊ PRATICA O ORÇAMENTO DOMÉSTICO EM UM PAPEL OU PLANILHA NO EXCEL?	
PRIMEIRO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
SIM	5
NÃO	9
TOTAL	14
ÚLTIMO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
SIM	15
NÃO	3
TOTAL	18
SABE O SIGNIFICADO DE INVESTIMENTO?	
PRIMEIRO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
SIM	14

NÃO	0
TOTAL	14
ÚLTIMO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
SIM	18
NÃO	0
TOTAL	18
GRAU DE IMPORTÂNCIA INVESTIMENTO	
PRIMEIRO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
extremamente não importante	1
pouco importante	0
Neutro	0
Importante	9
muito importante	4
TOTAL	14
ÚLTIMO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
extremamente não importante	1
pouco importante	2
Neutro	2
Importante	7
muito importante	6
TOTAL	18
JÁ INVESTIU?	
PRIMEIRO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
SIM	5
NÃO	9
TOTAL	14
ÚLTIMO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
SIM	11
NÃO	7
TOTAL	18
JÁ CONSUMIU ALGUM DESSES SERVIÇOS BANCÁRIOS?	
PRIMEIRO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
Cartão de crédito	7
Empréstimo Pessoal	0
Empréstimo Consignado	1
Cheque	0
Cheque especial	2
Financiamento de Casa	1

Financiamento de Carro	0
Nenhuma das alternativas	7
Não sei	0
TOTAL	18
ÚLTIMO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
Cartão de crédito	17
Empréstimo Pessoal	9
Empréstimo Consignado	0
Cheque	1
Cheque especial	0
Financiamento de Casa	0
Financiamento de Carro	4
Nenhuma das alternativas	1
Não sei	0
TOTAL	32
TABELA 19 - VOCÊ JÁ PRATICOU ALGUM TIPO DESTES INVESTIMENTOS	
PRIMEIRO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
Títulos Públicos/Tesouro Direto	2
Caderneta de Poupança	2
Fundos de Investimento	2
CDBe RDB	0
Investimentos em ações	1
LCI ou LCA	1
Criptomoedas ou Bitcoin	2
Nenhuma das alternativas	10
Nenhuma das alternativas	0
TOTAL	20
ÚLTIMO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
Títulos Públicos/Tesouro Direto	4
Caderneta de Poupança	8
Fundos de Investimento	4
CDBe RDB	4
Investimentos em ações	2
LCI ou LCA	2
Criptomoedas ou Bitcoin	0
Nenhuma das alternativas	6
Não sei	0
TOTAL	30
Você sabe a definição impostos, taxas e contribuições?	
PRIMEIRO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS

SIM	10
NÃO	1
Talvez	3
TOTAL	14
ÚLTIMO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
SIM	18
NÃO	0
Talvez	0
TOTAL	18
Você sabe a definição de receita e despesa?	
PRIMEIRO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
SIM	9
NÃO	0
Talvez	5
TOTAL	14
ÚLTIMO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
SIM	18
NÃO	0
Talvez	0
TOTAL	18
Qual seu grau de satisfação com o aprendizado no Curso de Ciências Contábeis?	
PRIMEIRO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
Nenhum pouco satisfeito	0
Pouco satisfeito	1
Neutro	3
Satisfeito	8
Muito satisfeito	2
TOTAL	14
ÚLTIMO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
Nenhum pouco satisfeito	0
Pouco satisfeito	2
Neutro	2
Satisfeito	12
Muito satisfeito	2
TOTAL	18
Qual seu grau de satisfação com o aprendizado no Curso de Ciências Contábeis, durante o período de pandemia?	
PRIMEIRO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS

Nenhum pouco satisfeito	1
Pouco satisfeito	5
Neutro	4
Satisfeito	4
Muito satisfeito	0
TOTAL	14
ÚLTIMO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
Nenhum pouco satisfeito	0
Pouco satisfeito	6
Neutro	8
Satisfeito	3
Muito satisfeito	1
TOTAL	18
Você compreende as aulas e as informações passadas durante as aulas de modo geral?	
PRIMEIRO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
Nunca	0
Raramente	0
as vezes	0
muitas vezes	9
Sempre	5
TOTAL	14
ÚLTIMO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
Nunca	0
Raramente	1
as vezes	5
muitas vezes	10
Sempre	2
TOTAL	18
Conhecimento sobre finanças no Curso de Ciências Contábeis?	
PRIMEIRO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
extremamente não importante	0
pouco importante	0
Neutro	1
Importante	2
muito importante	11
TOTAL	14
ÚLTIMO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
extremamente não importante	0
pouco importante	0

Neutro	1
Importante	3
muito importante	14
TOTAL	18
Ética profissional é importante?	
PRIMEIRO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
extremamente não importante	0
pouco importante	0
Neutro	0
Importante	1
muito importante	13
TOTAL	14
ÚLTIMO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
extremamente não importante	0
pouco importante	0
Neutro	0
Importante	2
muito importante	16
TOTAL	18
Conhece os princípios de contabilidade?	
PRIMEIRO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
SIM	9
NÃO	0
Talvez	5
TOTAL	14
ÚLTIMO PERÍODO	
OPÇÕES DE RESPOSTA	QUANTIDADE DE RESPOSTAS
SIM	16
NÃO	0
Talvez	2
TOTAL	18